



**ESCOLA DE GOVERNO PROFESSOR PAULO NEVES DE CARVALHO  
GERÊNCIA DE EXTENSÃO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS**

## **DIAGNÓSTICO E PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE ARAPONGA**

Ágnez de Lelis Saraiva (coordenador)  
Bernardo Hoffman Versieux  
Clayton José Batista  
Marco Antônio Jardim Schelk

**Belo Horizonte  
Fevereiro de 2026**

**Parcerias  
Institucionais**



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Governador

Romeu Zema Neto

Vice-Governador

Mateus Simões

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Secretária de Estado de Planejamento e Gestão

Silvia Caroline Listgarten Dias

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Presidente

Luciana Lopes Nominato Braga

Vice-Presidente

Mônica Moreira Esteves Bernardi

Diretora-Geral da Escola de Governo

Kamila Pagel de Oliveira

Coordenadora-Geral

Rosânia Rodrigues Sousa

Gerência de Extensão e Relações Institucionais

Christiane Contigli

Coordenação de Editoração

Ana Paula da Silva



**ESCOLA DE GOVERNO PROFESSOR PAULO NEVES DE CARVALHO  
GERÊNCIA DE EXTENSÃO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS**

**DIAGNÓSTICO E PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE ARAPONGA**

**Belo Horizonte**

**2026**

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Alameda das Acácias, 70

São Luiz

Belo Horizonte – MG

CEP 31.275-150

Telefones: (31)3448-9711

*E-mail:* comunicação@fjp.mg.gov.br

Site: <http://www.fjp.mg.gov.br>

F981d

Fundação João Pinheiro.

Diagnóstico e plano de desenvolvimento do município de Araponga /  
Fundação João Pinheiro. – Belo Horizonte, 2026.

91 p.: il.

Inclui bibliografia.

1. Araponga (MG) – Condições socioeconômicas. I. Título.

CDU 338:308(815.12 Araponga)



## **EQUIPE TÉCNICA**

### **COORDENAÇÃO GERAL**

Ágnez de Lelis Saraiva

### **ELABORAÇÃO**

Ágnez de Lelis Saraiva

Bernardo Hoffman Versieux

Clayton José Batista

Marco Antônio Jardim Schelk

### **COORDENAÇÃO DE EDITORAÇÃO**

Ana Paula da Silva

Gleiciellen Alvernaz Ribeiro

Graziella Napoli Terra Caldeira

Mariza Gabriela de Lacerda



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### MAPAS

Mapa 1: Localização de Araponga em Minas Gerais.....	12
Mapa 2: Hipsometria do município de Araponga .....	13
Mapa 3: Topografia dos arredores da sede municipal de Araponga .....	14
Mapa 4: Hidrografia de Araponga.....	16
Mapa 5: Região Hidrográfica e Sub-Bacias de Araponga .....	16
Mapa 6: Uso do solo de Araponga .....	27

### FOTOGRAFIAS

Fotografia 1: Encontro de apresentação do diagnóstico do município de Araponga entre a equipe da Fundação João Pinheiro e a gestão municipal – 12/1/2026 .....	46
Fotografia 2: Sede municipal de Araponga .....	46
Fotografia 3: Vista aérea da sede municipal de Araponga a partir do Mirante do Cruzeiro .....	47
Fotografia 4: Visita ao novo local de eventos de Araponga .....	47
Fotografia 5: Distrito de Estevão de Araújo .....	48
Fotografia 6: Visita à fazenda Pico do Boné.....	48
Fotografia 7: Visita à cachoeira na região de Estouros .....	49
Fotografia 8: Mapa do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro e da APA Araponga.....	49
Fotografia 9: Ponto de coleta de lixo na estrada do parque.....	50
Fotografia 10: Ponto de deslizamento de terra na estrada do parque.....	50
Fotografia 11: Diálogo da equipe da Fundação João Pinheiro com a comunidade na Barraca de Praia Danta – 27/1/2026 .....	51
Fotografia 12: Revisão do plano de desenvolvimento da equipe da Fundação João Pinheiro com a representante do Ministério Público, Lúnia Dias – 29/1/2026.....	52
Fotografia 13: Apresentação final e pactuação do plano de desenvolvimento entre as equipes da Fundação João Pinheiro, do Ministério Público e da Prefeitura Municipal de Araponga – 30/1/2026 .....	52



## GRÁFICOS

Gráfico 1: Clima de Araponga .....	15
Gráfico 2: Pirâmide etária do município de Araponga.....	23
Gráfico 3: Evolução temporal do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC) em Araponga .....	35
Gráfico 4: Evolução temporal do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) de Araponga .....	36
Gráfico 5: Indicadores do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) de Araponga.....	36

## FIGURAS

Figura 1: Estrutura racial do município de Araponga.....	24
Figura 2: Nível de instrução em Araponga .....	27
Figura 3: Árvore do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Araponga e de Minas Gerais – 2000.....	32
Figura 4: Árvore do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Araponga e de Minas Gerais – 2010.....	33
Figura 5: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades ((IDSC)) em Araponga .....	34
Figura 6: Índice Sebrae de Desenvolvimento Econômico Local (Isdel) de Araponga .....	37



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Associação dos Cafeicultores Familiares de Araponga (ACAFA)

Área de Proteção Ambiental (APA)

Associação de Produtores de Cafés Especiais de Araponga (ASCA)

Benefícios Complementares (BC)

Benefícios Primeira Infância (BPI)

Benefícios de Renda Cidadania (BRC)

Boas Práticas Agrícolas (BPA)

Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)

Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden)

Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG)

Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais (Cimos)

Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG)

Estação de Tratamento de Esgoto (ETE)

Fundação Estadual de Meio Ambiente (Feam)

Fundação João Pinheiro (FJP)

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

Instituto Estadual de Florestas (IEF)

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI)

Índice de Pobreza Multidimensional de Minas Gerais (IPM Minas)

Índice Sebrae de Desenvolvimento Econômico Local (Isdel)

Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC)

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Programa Brasil Alfabetizado (PBA)



Produto Interno Bruto (PIB)

Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ)

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese)

Serviço de Inspeção Municipal (SIM)

Sistemas Brasileiros de Inspeção de Produtos e Insumos Agropecuários (SISBI)

Sistema Unificado da Assistência Social (Suas)

Sistema Único de Saúde (SUS)



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>CONTEXTUALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO .....</b>	<b>12</b>
	2.1 Contexto geográfico .....	12
	2.2 Contexto histórico .....	17
	2.3 Contexto cultural.....	19
<b>3</b>	<b>INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E AMBIENTAIS.....</b>	<b>22</b>
	3.1 Indicadores demográficos.....	22
	3.2 Indicadores de urbanização e ambientais.....	25
	3.3 Indicadores sociais .....	27
	3.4 Indicadores econômicos .....	30
	3.5 Índices de desenvolvimento .....	32
<b>4</b>	<b>RELATO DO ESTUDO DE CAMPO .....</b>	<b>39</b>
	4.1 Acervo fotográfico da imersão em Araponga.....	46
<b>5</b>	<b>PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE ARAPONGA.....</b>	<b>53</b>
	5.1 Secretaria de Administração .....	56
	5.2 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.....	57
	5.3 Secretaria de Assistência Social.....	61
	5.4 Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.....	62
	5.5 Secretaria de Educação.....	66
	5.6 Secretaria de Infraestrutura Viária .....	68
	5.7 Secretaria de Obras .....	69
	5.8 Secretaria de Saúde.....	69
	5.9 Secretaria de Transporte .....	71
	5.10 Defesa Civil .....	71
	REFERÊNCIAS.....	73
	APÊNDICE: TABELAS DE METAS, AÇÕES, INDICADORES, RESPONSÁVEIS E PRAZOS DE CADA SECRETARIA MUNICIPAL E DIVISÃO ADMINISTRATIVA.....	78



## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho dedica-se à construção do Plano de Desenvolvimento Municipal de Araponga, por meio de uma parceria realizada entre a Fundação João Pinheiro (FJP), o Ministério Público de Minas Gerais e a Prefeitura Municipal de Araponga, com o objetivo de promover o desenvolvimento socioeconômico por meio da melhoria das políticas públicas desenvolvidas pela gestão municipal. A equipe que desenvolveu o plano de desenvolvimento esteve imersa no município de Araponga entre os dias 12 e 30 de janeiro de 2026.

O Ministério Público — sob iniciativa do promotor Felipe Valente Vasconcelos Sousa e dentro do arcabouço da Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais (Cimos) — foi o ator responsável pela articulação institucional, de modo a coordenar os encontros que levaram à realização da imersão para a realização do plano de desenvolvimento em janeiro de 2026. Além disso, o Ministério Público prestou o suporte logístico, por meio da disponibilização de transporte e motorista durante os trabalhos em Araponga e de suporte técnico no processo de revisão final do plano de desenvolvimento.

A Prefeitura Municipal de Araponga — sob a liderança do Prefeito Kaká Gomes (mandato 2025-2028) — foi responsável por receber a equipe da FJP, de modo a oferecer o custeio de estadia e de alimentação durante todo o período de imersão. Além disso, a gestão municipal foi extremamente aberta e disponível durante todo o período, de forma a permitir o bom andamento dos trabalhos entre os gestores e a equipe da FJP, o que reflete diretamente na qualidade do trabalho que se apresenta.

A FJP ficou responsável por desenvolver os aspectos técnicos do plano de desenvolvimento. A instituição, por meio das atividades da Gerência de Extensão e Relações Institucionais e sob a coordenação do pesquisador e professor Ágnez de Lelis Saraiva, realizou a captação de alunos que atuaram diretamente em Araponga na construção do plano de desenvolvimento. Essa atividade integra o rol de exigências acadêmicas a serem cumpridas por todos os alunos do Curso Superior em Administração Pública da Escola de Governo, com o intuito de oferecer aos alunos uma experiência profissional imersiva antes de assumirem o cargo de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG) no governo do estado de Minas Gerais.

O plano de desenvolvimento foi desenvolvido em duas etapas. A primeira etapa foi a construção do diagnóstico do município de Araponga, realizado previamente à chegada da equipe ao município, por meio de dados secundários. A primeira parte do diagnóstico dedica-se à contextualização do município, em seus aspectos geográficos, históricos e culturais. Já a segunda etapa



volta-se para a apresentação dos indicadores socioeconômicos e ambientais e os índices de desenvolvimento, com destaque para o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), pelo qual Araponga apresenta a penúltima colocação dentre todos os 853 municípios de Minas Gerais. Essas etapas prévias foram de fundamental importância para a compreensão dos desafios enfrentados pela gestão municipal e foram apresentados ao prefeito e ao secretariado logo no primeiro dia da imersão em Araponga, no dia 12/1/2026.

Esse diagnóstico do município foi refinado ao longo da imersão, por meio do contato direto com os gestores municipais e as entidades da sociedade civil, a partir de uma estratégia de diálogo e escuta ativa. A intenção da equipe da FJP era não apenas aperfeiçoar o diagnóstico construído, mas também, principalmente, entender diretamente as dificuldades de cada pasta, com o intuito de construir metas de trabalho que fossem críveis, ainda que desafiadoras. A terceira parte desse trabalho, portanto, apresenta o estudo de campo, no qual houve o refinamento do diagnóstico por meio de uma perspectiva qualitativa.

A quarta etapa do trabalho dedica-se ao plano de desenvolvimento propriamente dito, por meio do qual foram traçadas metas a serem cumpridas por todo o secretariado nos próximos meses e anos. Essas metas foram refinadas pelo diálogo com a sociedade, pela negociação direta com os gestores e o prefeito e pelo processo de revisão do Ministério Público. O quadro com todas as metas, com as respectivas ações, descrições, indicadores, responsáveis e prazos, está disponibilizado no apêndice desse documento.

A pactuação do Plano de Desenvolvimento de Araponga aconteceu em reunião entre membros da FJP, do Ministério Público e da Prefeitura Municipal de Araponga no dia 30/1/2026. O diálogo entre as três instituições foi considerado um sucesso e se firmou o interesse de manutenção da parceria para o acompanhamento da efetivação do plano de desenvolvimento, com a ideia de recepção de novos alunos da FJP em janeiro de 2027. A Prefeitura de Araponga se comprometeu a reportar o andamento do Plano em agosto de 2026, para acompanhamento à distância do Ministério Público e da FJP.

Os alunos da FJP participantes do projeto de imersão — Bernardo Hoffman Versieux, Clayton José Batista e Marco Antônio Jardim Schelk — agradecem às três instituições pela oportunidade de vivenciar a prática da gestão pública em um município tão distinto da realidade presenciada em Belo Horizonte. Reconhece-se que essa experiência seja de suma importância para o exercício do cargo de EPPGG no Estado de Minas Gerais, sobretudo quando os estudantes tiverem a oportunidade de participar do processo de formulação das políticas públicas. Apesar de os 35



municípios mais populosos do estado (acima de 100 mil habitantes) concentrarem cerca de 50% da população, mais de 75% dos municípios de Minas Gerais apresentam população de até 20 mil habitantes. Nesse sentido, a maior parte do território do estado é governado por gestões semelhantes àquela encontrada no município de Araponga.

## 2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

Essa seção dedica-se a descrever brevemente o município de Araponga em seus aspectos, históricos, geográficos e culturais. Nessa etapa, não se objetiva realizar um estudo exaustivo, a ideia central é caracterizar o município em linhas gerais. Em primeiro lugar, observa-se o contexto geográfico, por meio de elementos da geografia física, como relevo, clima, vegetação e hidrografia. Em segundo lugar, procura-se descrever o processo histórico da ocupação da região e a evolução administrativa do município. Por fim, busca-se delinear aspectos culturais mais proeminentes de Araponga.

### 2.1 Contexto geográfico

Araponga localiza-se no Estado de Minas Gerais, na Mesorregião da Zona da Mata, que faz divisa com os Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. O município encontra-se na Região Intermediária de Juiz de Fora e na Região Imediata de Viçosa, acerca de 275km de distância da capital Belo Horizonte (Mapa 1). Outros municípios de maior porte no entorno de Araponga são Muriaé, Ponte Nova e Ubá (IBGE, © 2023).

Mapa 1: Localização de Araponga em Minas Gerais

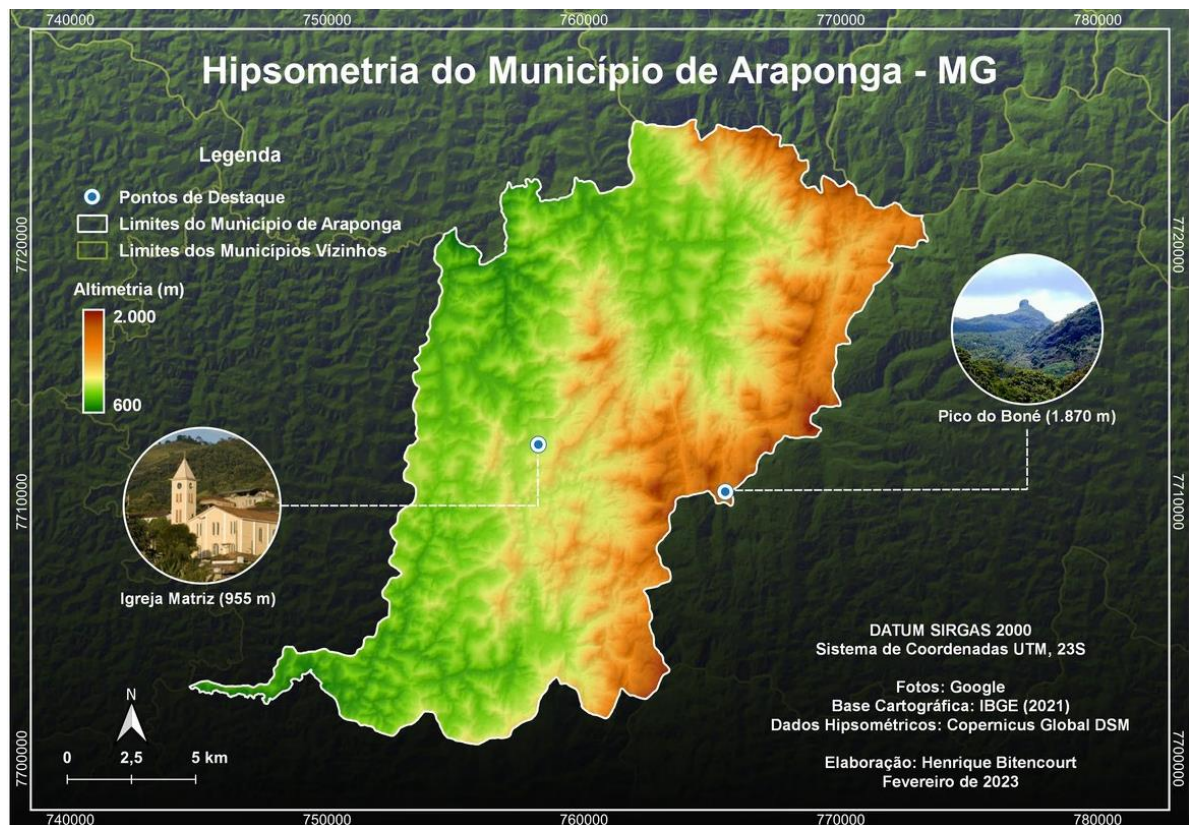


Fonte: Araponga (2025m).

A área territorial de Araponga é 303,793 km<sup>2</sup> — em termos comparativos, Belo Horizonte apresenta uma extensão territorial similar, com 331,354 km<sup>2</sup> — e apresenta os seguintes municípios limítrofes: Canaã, Ervália, Fervedouro, Jequeri, Miradouro, Pedra Bonita e Sericita (IBGE, © 2023).

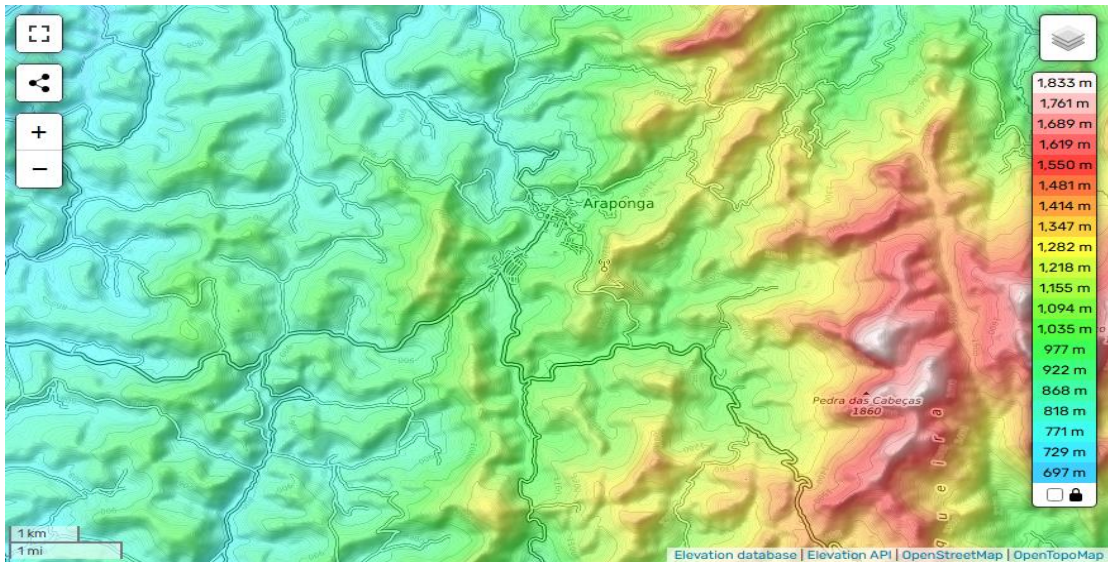
Com relação ao relevo, percebe-se que o município se localiza na região do complexo da Mantiqueira e apresenta bastante variação de altitude, entre 600m e 2.000m e uma altitude média de 961m (Mapa 2). Observa-se que o limite Leste de Araponga, onde se localiza o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, concentra as maiores altitudes, como o Pico do Soares (1.985m), o Pico do Boné (1,985m) e a Serra das Cabeças (1.853m) — (Araponga, 2026). O mapa topográfico aproximado da sede municipal de Araponga dá a dimensão da grande variação de relevo presente no município, de modo que a região seja configurada como o domínio dos “Mares de Morros” (Mapa 3).

Mapa 2: Hipsometria do município de Araponga



Fonte: Bitencourt (2023).

Mapa 3: Topografia dos arredores da sede municipal de Araponga

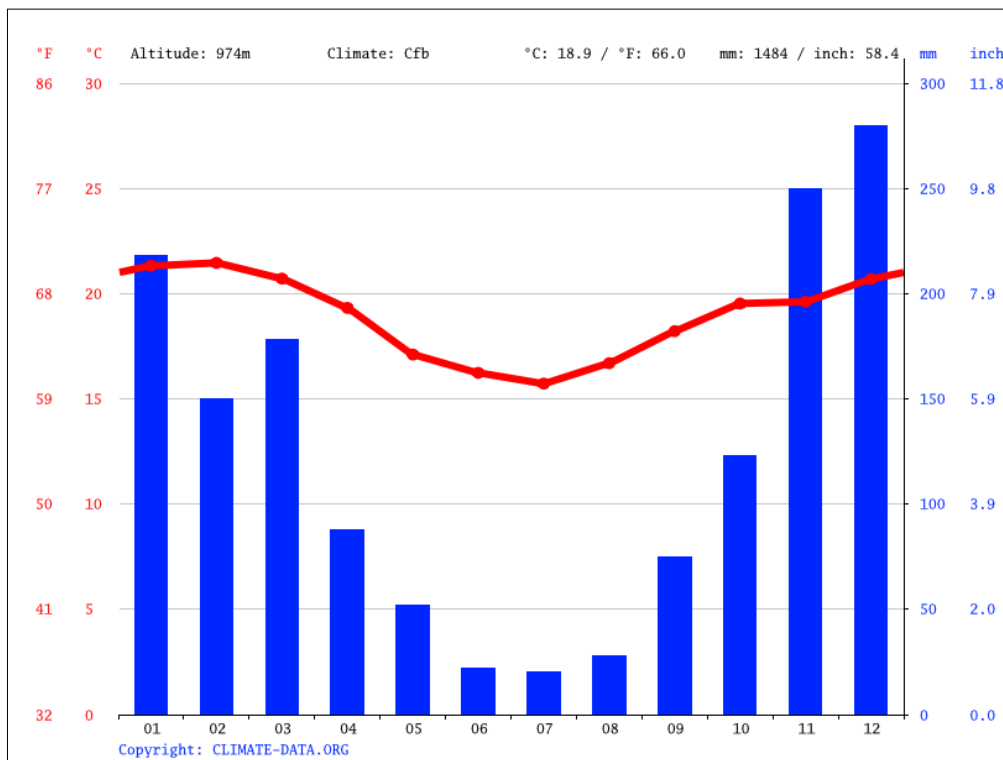


Fonte: Topographic-Map.

Para a região da Zona da Mata, o clima predominante do município de Araponga é o tropical de altitude, com temperaturas amenas ao longo de todo o ano, com alta amplitude térmica nos meses de inverno. Em síntese, pode-se distinguir duas estações principais, verões quentes e chuvosos e invernos frios e secos, com forte influência do relevo dentro do microclima local (Silva, 2014) — Gráfico 1.



Gráfico 1: Clima de Araponga

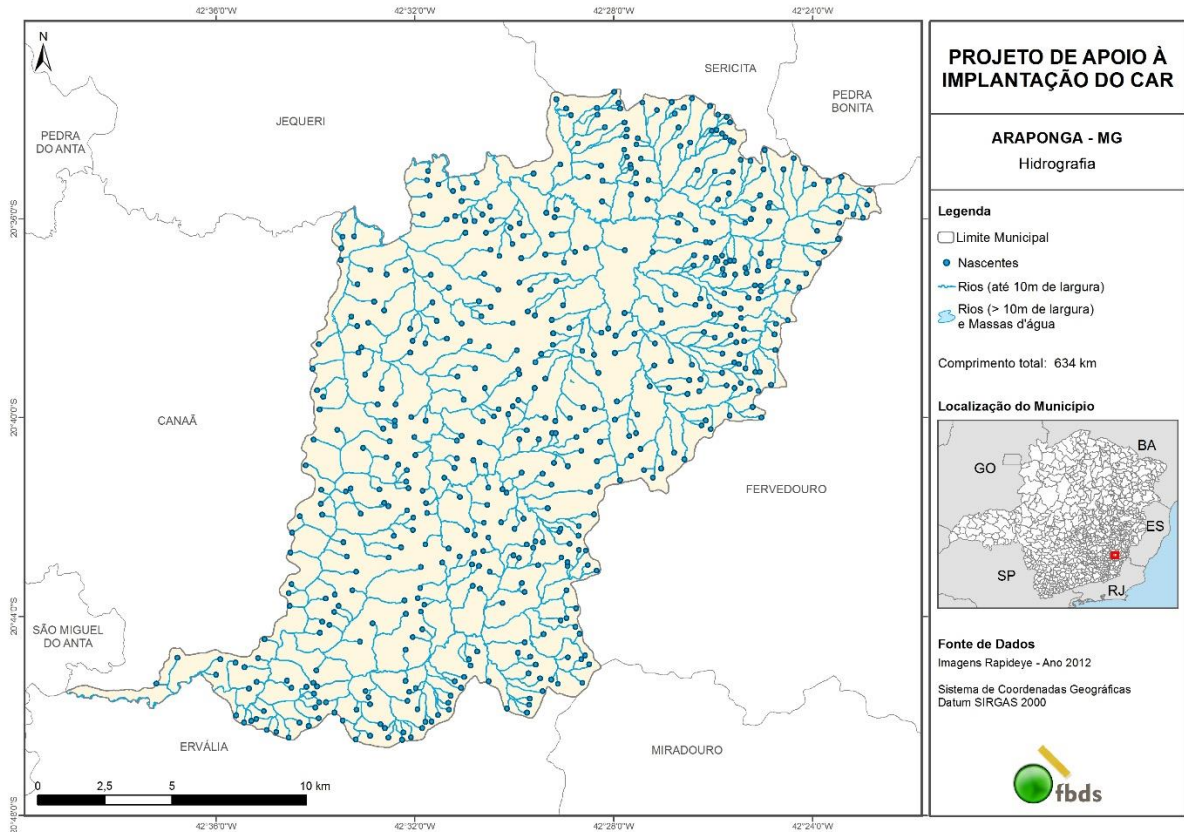


Fonte: Climate Data ([202-]).

Todo o município de Araponga encontra-se no bioma da Mata Atlântica, um dos maiores *hotspots* de biodiversidade do mundo, que tem sofrido severamente com o desmatamento de espécies ameaçadas de extinção. O relevo acidentado da região — sobretudo no entorno da Serra do Brigadeiro, com vales profundos e estritos — condiciona um microclima singular, com elevada pluviosidade e com flora e fauna endêmicas e ainda pouco catalogadas (Soares *et al.*, 2006). Nesse sentido, os ecossistemas nativos de Araponga devem ser considerados como um verdadeiro patrimônio natural a ser preservado.

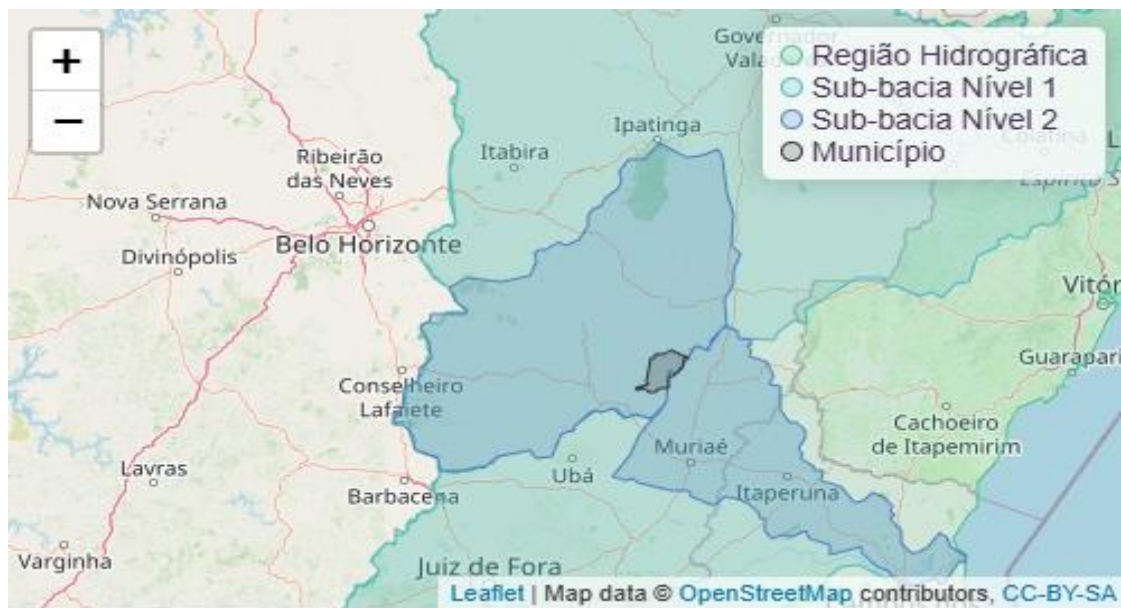
O relevo, o clima e a vegetação de Araponga são elementos cruciais para que o município apresente um grande conjunto de nascentes e mananciais por todo o território (Mapa 4). Araponga insere-se dentro do arcabouço da Região Hidrográfica do Atlântico Sudeste e suas águas superficiais vertem sobretudo para a Bacia Hidrográfica do Rio Doce (sub-bacia nível 1), mas também se registram contribuições para a Bacia Hidrográfica do Paraíba do Sul (sub-bacia nível 2) (Mapa 5). Ademais, os principais rios que adentram o território são o Ribeirão São Lourenço, o Rio São Domingos e o Ribeirão Félix, sendo esse último o manancial responsável pelo abastecimento de água. O amplo conjunto de recursos hídricos de Araponga provê alto índice de segurança hídrica ao município (Infosanbas, 2020).

Mapa 4: Hidrografia de Araponga



Fonte: FBDS (2018).

Mapa 5: Região Hidrográfica e Sub-Bacias de Araponga



Fonte: Infosambas (2020).



Esse conjunto de elementos geográficos naturais não apenas estabelecem características muito favoráveis para o município de Araponga, com atrativos naturais que apresentam grande potencial turístico (cenários, matas, picos, cachoeiras, entre outros), como também estipulam condições muito favoráveis para a condução de práticas agropecuárias. Entende-se que o município deve estabelecer um equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de atividades econômicas, de modo a assegurar a preservação dos recursos naturais de Araponga.

## **2.2 Contexto histórico**

As características naturais, especialmente o relevo, conformam uma dificuldade e certo isolamento da região ao longo do processo histórico. Com relações aos povos originários, não há extensos registros sobre quais nações habitavam a localidade que hoje se denomina de Araponga. Apesar dos registros históricos imprecisos, percebe-se a presença significativa de povos Puris na região (Assis, 2003).

Os povos Puris habitavam notadamente o complexo da Mantiqueira e as formações de Mata Atlântica, por isso há registros históricos na região Sudeste do Brasil, especialmente na Zona da Mata mineira. Os Puris eram nômades, dedicados à caça e à coleta, com a formação de aldeias pouco estruturadas e de fácil desmontagem e deslocamento, portanto não constituem um grupo homogêneo. Os idiomas Puris filiam-se ao tronco linguístico Macro-Jê. Os Puris, cuja denominação significa “ousados”, eram conhecidos por sua coragem e estratégia, por meio do uso de táticas de guerrilha e ataques surpresas e grande capacidade de imersão em florestas e terrenos acidentados (Assis, 2003; Museu da Cultura Puri, 2024).

Há poucos registros históricos formais dos Puris, observam-se as formas ancestrais de comunicação visual e identitária, por meio dos grafismos e das terapias e práticas curativas baseadas no conhecimento profundo das propriedades medicinais da natureza. Nota-se hoje no Brasil o movimento de ressurgência da cultura Puri, um movimento de resgate identitário das comunidades “purizadas” diante do apagamento e da invisibilização institucional, sendo as comunidades do município de Araponga das mais relevantes expressões desse movimento no país. Nesse sentido, os saberes e os modos de fazer tradicionais devem ser reconhecidos como patrimônio histórico e cultural (Silva, 2011; Museu da Cultura Puri, 2024).

A região de Araponga registra incursões de bandeirantes no fim do século XVII, em 1693. Outras expedições oficiais foram registradas ao longo do século XVIII, destinadas à procura de ouro e à ocupação do território da capitania de Minas Gerais. Em 1780, tem-se a fundação das primeiras



ocupações, por meio da expedição liderada pelo Padre Manuel Luís Branco, que foi bem-sucedida na busca de ouro na região. O governador da capitania, Dom José Menezes, visitou a região em 1781 e despachou 400 requerimentos de datas e sesmarias de terras, de forma a configurar o Povoado dos Arrepiados (IBGE, © 2026). A denominação “Arrepiados” é mais antiga do que a ocupação oficial da região, e não há consenso sobre a sua origem. Alguns relatos apontam para o aspecto da serra escarpada e entrecortada, outros apontam para as características físicas e o uso de penas dos indígenas que habitavam a região. O surto de crescimento inicial foi arrefecido nos anos subsequentes, em razão da escassez de novas fontes de ouro (Araponga, 2025).

Em 1826, o povoado foi elevado a Distrito de São Miguel e Almas dos Arrepiados, subordinado ao município de Viçosa. Em 1957, o distrito passa a ser denominado de São Miguel de Araponga, nome supostamente motivado pela denominação da época para a Serra localizada na região do distrito, para Serra do Araponga, cuja denominação tem origem no termo tupi “guiráponga”. Ele foi alterado para “araponga” ao longo do tempo e significa “o pássaro martelante”, em referência à ave característica da região que emite um som metálico (Araponga, 2025). Cabe ressaltar que, ao longo do século XIX, a região estava inserida na economia da Colônia e do Império, principalmente em função do cultivo do café, de modo a registrar o comércio e a presença de escravizados africanos, a perseguição e escravização de indígenas e, no fim do século, o recebimento de imigrantes italianos, espanhóis, turcos e francês. Todas essas relações implicaram a diversificação da composição demográfica da população municipal (Assis, 2003).

A Revolução Constitucionalista de 1932 representou uma inflexão para o desenvolvimento da região de Araponga. Viçosa, reduto político do ex-presidente Arthur Bernardes, apoiou o levante paulista contra Getúlio Vargas. A região de Araponga foi utilizada para a concentração de tropas revolucionárias e foi alvo de cerco e invasão por parte da Força Pública do Estado de Minas Gerais, governado pelo interventor Olegário Maciel. A batalha de Araponga foi curta e de amplo sucesso para a Força Pública, sendo os eventos políticos relativos a esse episódio pouco registrados pela historiografia. A Era Vargas marcaria anos de isolamento político, com a estagnação da região de Araponga (Araponga, 2025; Assis, 2003; Oliveira, 2025).

O nome do distrito veio a ser simplificado por decreto para “Araponga” em 1938. Entre 1939-1961, o Distrito de Araponga deixou de ser parte do município de Viçosa e passou a ser integrado ao município de Erval, que viria a se denominar Ervália em 1943. Por fim, Araponga alcançou a emancipação política em 1962, desmembrando-se de Ervália e se constituindo a partir da sede municipal e do distrito de Estevão de Araújo, com os municípios assumindo o gentílico de araponguense



(IBGE, ©2026). Nesse sentido, ressalta-se que a autonomia política de Araponga é recente, com menos de 70 anos, o que traz reflexos sobre a evolução das políticas públicas desenvolvidas no município e sobre o senso de pertencimento dos cidadãos.

### **2.3 Contexto cultural**

As experiências históricas vivenciadas na região de Araponga conformam um conjunto rico de manifestações culturais. Em relação à herança Puri, percebe-se a ocorrência do Grupo de Caboclos — uma das únicas manifestações do tipo em Minas Gerais —, que busca valorizar as origens indígenas por meio de vestimentas, músicas e danças em cortejos pelo município (Assis, 2003).

De um modo geral, nota-se um grupo de manifestações derivadas da religião católica e do movimento de resistência dos povos negros e indígenas escravizados, como os vários grupos de Congado, de Folia de Reis e de Folia do Divino Espírito Santo existentes no município de Araponga. A cultura caipira, de raízes sertanejas, também se faz presente por meio dos calangueiros — músicos e repentistas característicos do Sudeste do Brasil (Assis, 2003; Cumbuca, 2010).

As festividades católicas concentram os principais eventos culturais populares de Araponga, como a Semana Santa, as Festas Juninas, a Encomendação das Almas, as Festas do Mês de Maria, a Festa de Nossa Senhora e outros dias santos, como a Festa de São Sebastião e de São Miguel Arcanjo, padroeiro do município (Assis, 2003).

O município de Araponga registra uma das corporações musicais mais antigas do Estado de Minas Gerais, desde os tempos de Arraial dos Arrepiados em 1881, sob incentivo do governador provincial. Ao longo do século XIX e do século XX, a banda formou músicos e maestros, registrou composições próprias e recebeu novo fôlego com a chegada dos imigrantes. Entretanto, ela também sofreu com a falta de incentivo para a manutenção de suas atividades, apesar do notório papel na promoção da cultura e participação nas festividades locais. Nas últimas décadas, o funcionamento da banda encontra-se irregular, com dificuldades de apoio financeiro por parte das instâncias municipal e estadual (Assis, 2003).

Não foi possível divisar, nos materiais de divulgação da Prefeitura Municipal, um suporte consistente às atividades tradicionais, como grupo de caboclos, congado, folia de reis, folia do divino espírito santo, e à corporação musical. Percebe-se certo apoio a alguns eventos religiosos empreendidos pela Igreja Católica, que são desenvolvidos notadamente pela própria paróquia. Cabe ressaltar também que, apesar de haver um conjunto expressivo de entidades da sociedade civil, as



parcerias para eventos de cultura, como foi o 1º Festival Literário de Araponga, ainda permanecem limitadas.

Em contrapartida, nota-se a recorrência das festividades e dos eventos dedicados à cultura cafeeira, como o Festival do Café, que apresentou ocorrência irregular em décadas passadas (Assis, 2003), porém tem ocorrido de forma mais recorrente recentemente (Araponga, 2026). Em 2025, o Festival do Café foi um evento que mesclou atividades culturais com atividades de assistência técnica aos produtores, de modo a contar com palestrantes, cantores e com a realização do concurso Rei e Rainha do Café e de premiações (Araponga, 2025l).

Em 2025, a Prefeitura de Araponga também promoveu o 5º Concurso de Cafés Especiais de Araponga, no sentido de promover a valorização da produção local e fortalecer a cadeia produtiva do café. Além disso, percebe-se a divulgação oficial da participação de agricultoras de café no concurso Florada Premiada, realizado pela Café Três Corações, da participação de agricultores no concurso *Green Gold Coffee*, em que apenas amostras de café zero agrotóxico são avaliados, e da participação de exemplares do café araponguense na feira turística da Serra do Brigadeiro. Tais iniciativas divulgam, assim, o reconhecimento que o café de Araponga vem obtendo na região (Araponga, 2025a).

Percebe-se ainda como incipiente as iniciativas para a promoção da diversificação dos produtos derivados da produção do café, inclusive o artesanato. O artesanato da palha de café, assim como outras manifestações do artesanato, não é propriamente incentivado no município de Araponga e as ações da sociedade civil mostram-se igualmente limitadas e pouco organizadas, tendo em vista à promoção da economia do artesanato, intensamente atrelada à identidade cultural e à economia criativa.

Por outro lado, eventos equestres foram objeto de significativa atenção oficial. Em 2025, ocorreu a 1ª Cavalgada da Tradição em Araponga, com o mote de celebração da cultura sertaneja, e o 1º Mega Poeirão de Araponga, com concursos de marcha e montaria. Observa-se que em Araponga, e nas cidades do entorno, a tradição equestre é bastante presente em celebração da cultura rural e da religiosidade, como ilustram a Cavalhada da Colheita e a Cavalhada de Nossa Senhora Aparecida (Araponga, 2025f).

O ano de 2025 também marca a realização da primeira Expo Araponga, o primeiro evento realizado no novo espaço de eventos, o Parque de Exposições de Araponga. Caracterizado como festa da cidade, o evento contou com rodeios e atrações de caráter regional e nacional, de modo a contar com a presença de muitos visitantes vindos dos municípios vizinhos (Araponga, 2025h).



Nos eventos oficiais e/ou com suporte oficial, percebe-se o uso intenso do Instagram da Prefeitura de Araponga em vez do *site* oficial da prefeitura e do *site* de turismo, o que deve ser considerado uma falha de estratégia de comunicação da gestão municipal, tendo em vista que os *sites* devem ser entendidos não apenas como instrumentos de divulgação, mas também como plataformas de transparência da gestão municipal.

Dessa forma, observa-se que, pela contextualização geográfica, histórica e cultural, Araponga apresenta um conjunto expressivo de atributos naturais e sociais que projetam elementos que deveriam ser assumidos, valorizados e protegidos como verdadeiros patrimônios naturais, históricos e imateriais do município. A defesa dessa riqueza guarda relação direta com os processos identitários e com a sensação de pertencimento do cidadão. Quando se pensa na elaboração de um plano de desenvolvimento, esses fatores devem ser considerados como base para se dinamizar o desempenho socioeconômico local, sobretudo naquilo que concerne à atração de visitantes para eventos e o turismo.



### **3 INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E AMBIENTAIS**

Essa seção busca apresentar indicadores demográficos, de urbanização, ambientais, sociais, econômicos e índices de desenvolvimento a partir de dados secundários providos por importantes instituições de pesquisa do Brasil, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e a própria FJP. Esses dados apresentados constituem as informações mais atualizadas disponíveis para o município de Araponga, no sentido de delinear um retrato da conjuntura local sob diferentes aspectos.

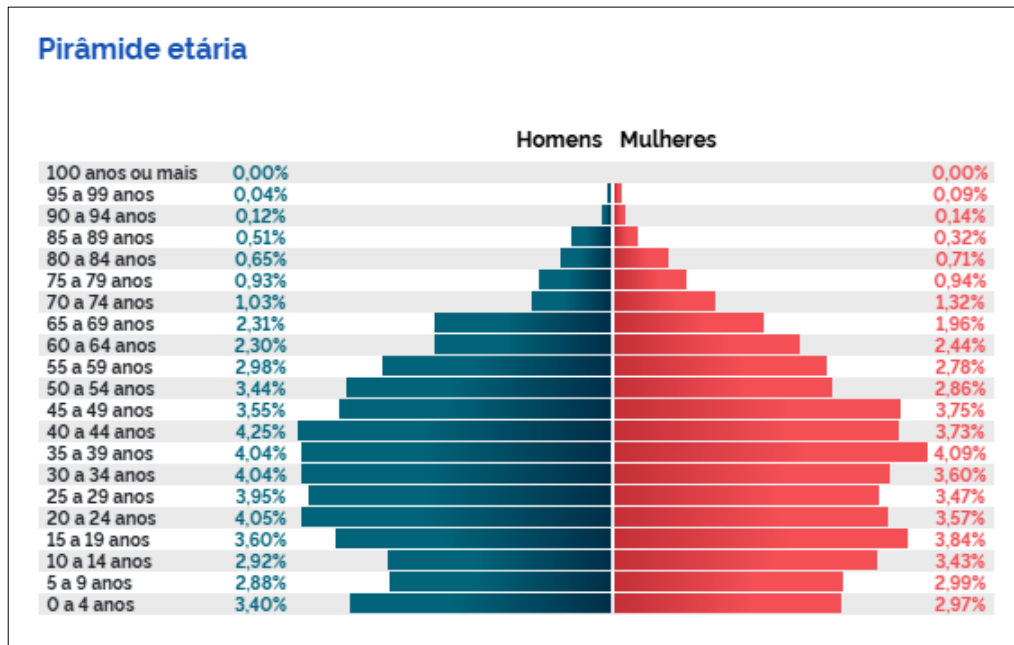
Os dados secundários consolidados permitem a comparação entre os municípios, de modo a permitir análises mais amplas. Sempre que disponível, foi apresentada a posição do município de Araponga dentre o conjunto de municípios de Minas Gerais e do Brasil, no sentido de ampliar a perspectiva de análise da realidade local.

#### **3.1 Indicadores demográficos**

O município de Araponga apresenta baixo crescimento populacional desde 1970, com população praticamente estável desde 1991 e com o registro de taxa de crescimento anual de -0,11% entre 2022-2023. Em 2022, o município registrou 8.048 habitantes (ocupando a 427ª posição dentre os 853 municípios de Minas Gerais e a 3394ª posição em 5570 municípios do país), com um território de 303,79 km<sup>2</sup>, de modo a estabelecer uma baixa densidade demográfica de 26,49 hab./km<sup>2</sup> (IBGE, 2022, © 2023).

Em termos de gênero, a população é 51,01% masculina (4105 homens) e 48,99% feminina (3943 mulheres), com a razão de gênero de 104,11 homens para cada 100 mulheres. A pirâmide etária indica um processo de transição demográfica, em que a presença de crianças e jovens é significativamente menor em relação aos adultos (Gráfico 2). O índice de envelhecimento aponta para 84,97 pessoas idosas (acima de 60 anos) para cada 100 com idade até 14 anos (IBGE, 2022).

Gráfico 2: Pirâmide etária do município de Araponga

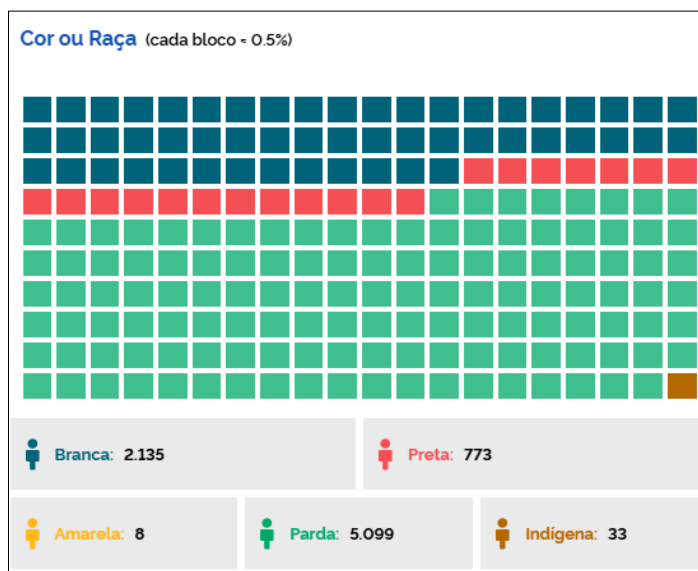


Fonte: IBGE (2022).

Ainda em termos de composição da população, todos os habitantes de Araponga são brasileiros natos, sem a presença de estrangeiros ou de moradores que residiram no exterior nos últimos cinco anos. Em termos de composição racial (Figura 1), a população é majoritariamente parda (63,4%), seguido de brancos (26,5%), pretos (9,6%) e indígenas (0,4%). Não há registro de pessoas quilombolas e são contabilizados 172 indígenas (33 de cor ou raça e 139 que se consideram indígenas). Existem duas pessoas residentes em unidade de conservação (IBGE, 2022).



Figura 1: Estrutura racial do município de Araponga



Fonte: IBGE (2022).

O município de Araponga registrou 7,9% de pessoas com deficiências, sendo mais prevalentes em idosos, sobretudo em questões relativas à mobilidade, à visão, à audição e às funções mentais, e 0,7% de pessoas diagnosticadas com autismo. Observa-se que a taxa de analfabetismo é três vezes superior em pessoas com deficiência (34,44%) em relação às pessoas sem deficiência (10,46%), segundo o IBGE (2022).

Com relação aos grupos de religião, observa-se que 79,75% (5.631) da população são católicos apostólicos romanos, percentual seguido por religiões evangélicas, com 17,46% (1.233) da população. As demais religiões juntas alcançam 0,96% (68) da população, ao passo que as pessoas que declararam não ter nenhuma religião somam 1,83% (129) do total (IBGE, 2022).

No que diz respeito à composição da unidade domiciliar, observa-se a média de 2,81 moradores por município nos domicílios permanentemente ocupados. Com relação à presença de cônjuges, 70,75% (2.027) dos domicílios apresentam cônjuges diferentes; 0,07% (2) cônjuges do mesmo sexo; e 29,18% (836) sem cônjuges. Com relação à espécie de unidade doméstica, 74,14% (2.124) são compostas pelo núcleo familiar; 14,69% (421) são unipessoais; 10,37% (297) são estendidas, com a presença de outros parentes além do núcleo; e 0,8% (23) são compostas, com a presença de algum não parente (IBGE, 2022).



### 3.2 Indicadores de urbanização e ambientais

Com relação à urbanização, tem-se que 57,55% (4632 pessoas) da população situa-se em meio rural, enquanto 42,45% (3416 pessoas) estão em área urbana. A área urbanizada é bastante exígua, pois dados de 2019 apontam para 1,04 km<sup>2</sup>, 645º lugar dentre os 853 municípios de Minas Gerais e 4689º lugar dentre os 5570 municípios do Brasil (IBGE, © 2023). Com relação às vias, percebe-se que:

- a) 95,22% apresentam iluminação pública;
- b) 90,83% são pavimentadas;
- c) 90,90% apresentam calçada ou passeio;
- d) 97,88% apresentam capacidade de circulação de caminhão ou ônibus;
- e) 58,53% não apresentam arborização;
- f) 98,94% não apresentam sinalização para bicicletas;
- g) 90,14% apresentam obstáculo na calçada;
- h) 70,2% não apresentam rampa para cadeirantes.

Com relação aos domicílios, tem-se o registro de 3671 unidades, em que 94,2% (2696) são casas e 5,73% (164) são apartamentos. Desses domicílios, 78,13% (2862) encontram-se permanentemente ocupados, 13,65% (511) encontram-se não ocupados vagos e 7,92% (290) encontram-se não ocupados de uso ocasional. Com relação às condições de ocupação, 74,94% (2144) são imóveis próprios, 12,51% (358) são imóveis cedidos ou emprestados e 10,84% (310) são alugados (IBGE, 2022).

No que diz respeito à estrutura dos domicílios, 93,71% (2681) são constituídos de alvenaria ou taipa com revestimento, enquanto 6,29% (180) são constituídos de alvenaria sem revestimento. Quanto ao número de cômodos: 1,47% apresentam 3 cômodos; 5,7% 4 cômodos; 19,4% 5 cômodos; 64% de 6 a 9 cômodos; 9,4% 10 ou mais cômodos. Em relação à internet, 68,89% (1971 municípios) registram o seu uso dentro do domicílio, enquanto 31,11% (890) não contam com internet em casa. Com relação à presença de máquina de lavar roupas, apenas 35,06% (1003) dos domicílios registram a existência do aparelho, ao passo que 64,94% (1858) dos domicílios não contam com esse recurso (IBGE, 2022).



Não há registro de população residente em favelas. Quanto ao deslocamento até o trabalho, a locomoção é realizada majoritariamente por motocicleta (51%), ao passo que o deslocamento a pé totaliza 33,1%, em automóvel alcança 12,3%, em bicicleta 1,4% e em ônibus totaliza apenas 0,5% do total (IBGE, 2022). Nesse sentido, o município de Araponga não apresenta problemas característicos de municípios maiores, como as comunidades urbanas e o trânsito desordenados.

O saneamento básico apresenta-se como um gargalo para a promoção do desenvolvimento municipal. Segundo o Panorama Censo 2022 do IBGE, os domicílios de Araponga são caracterizados por baixos indicadores:

- a) 44,79% abastecidos pela rede geral de água;
- b) 37,6% conectados à rede de esgoto;
- c) 99,9% têm banheiro de uso exclusivo;
- d) 72,15% têm coleta de lixo.

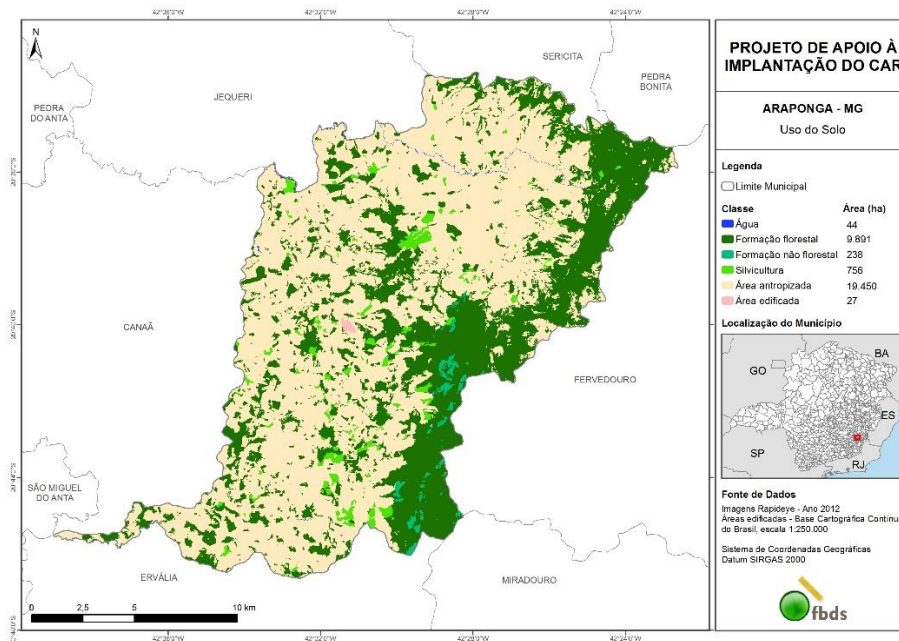
Segundo dados do site da Prefeitura Municipal de Araponga, o município apresenta contrato com a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa-MG) para os serviços de abastecimento de água nas áreas urbanizadas, sem ser possível distinguir o nível de atendimento desses serviços em sua sede na zona rural. Ademais, o município apresenta aterro de construção civil (classe A) devidamente licenciado e operado pelo município, enquanto o lixo doméstico e outros resíduos sólidos apresentam a destinação final ambientalmente adequada no aterro sanitário de Piedade da Ponte Nova.

A Plataforma Cidades do IBGE aponta que não há informações sobre o percentual de população exposta ao risco de ocorrência de desastres naturais a partir dos dados do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden). Segundo o Atlas Digital de Desastres no Brasil (Brasil, 2022), Araponga vivenciou a ocorrência de cinco desastres ambientais, com o registro de 153 desalojados e danos estimados em R\$ 11,5 milhões de reais.

Com predomínio do bioma Mata Atlântica, o município de Araponga registra 36,49% de cobertura vegetal nativa em 2017, sendo as demais áreas ocupadas por pastagens, cultivos, silviculturas e mosaicos (Mapa 6). A participação do município, no total de queimadas no Brasil nesse mesmo ano, foi de 0,01 por mil (Nações Unidas; Ipea; FJP, [2000]). Os incêndios apresentam-se como um dos principais riscos para o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, assim como outras formas de

ameaça à flora e à fauna, como a ocupação desordenada, a extração ilegal de madeira e a captura de animais silvestres (IEF, 2007).

Mapa 6: Uso do solo de Araponga



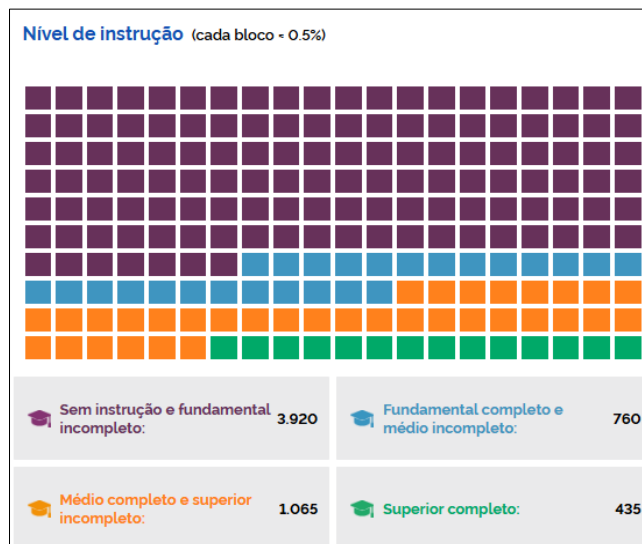
Fonte: FBDS (2018).

### 3.3 Indicadores sociais

No campo da educação, observa-se que 86,73% (5682 indivíduos) são alfabetizados e 13,27% (869 indivíduos) não são alfabetizados. No que se refere ao nível de instrução (Figura 2), 63,4% (3920 pessoas) encontram-se sem instrução ou com ensino fundamental incompleto; 12,3% (760 pessoas) apresentam ensino fundamental completo ou ensino médio incompleto; 17,2% (1065 pessoas) têm o ensino médio completo ou superior incompleto; e 7% (435 pessoas) alcançaram o ensino superior completo.



Figura 2: Nível de instrução em Araponga



Fonte: IBGE (2022).

Em 2022, a taxa de escolarização de crianças de 6 a 14 anos alcançou 97,55%, ocupando a precária posição 785ª dentre os 853 municípios de Minas Gerais e a posição 4930ª em relação aos 5570 municípios do país. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), no ano de 2023, apresentou o resultado de 6,4 para os anos iniciais (239ª lugar em Minas Gerais) e de 5,2 para os anos finais do ensino fundamental da rede pública (104ª lugar em Minas Gerais). Nesse sentido, observa-se que a educação pública de Araponga apresenta qualidade e resultados relevantes quando observado o tamanho do município. Por outro lado, a gestão pública deve envidar esforços para a redução do número de crianças sem escolarização (IBGE, © 2023).

Outro desafio para o setor de educação, no município de Araponga, é a adequação idade-série, que no ano de 2010 indicava a adequação escolar na proporção de: 66,13% das crianças entre 5 e 6 anos; 76,67% das crianças entre 11 e 13 anos; 34,47% de jovens entre 15 e 17 anos e 16,85% de jovens entre 18 e 20 anos. Em todos os casos, com porcentagens de adequação idade-série menores que as médias de Minas Gerais e do Brasil, a permanência dos alunos no ensino médio torna-se um verdadeiro desafio para a gestão municipal. Os resultados do Censo 2022 ainda não foram consolidados (Nações Unidas; Ipea; FJP, [2000]).

Para o ano de 2024, foram registradas 805 matrículas no ensino fundamental e 281 matrículas no ensino médio, com a presença de 59 docentes no ensino fundamental e 48 docentes no ensino médio. O município de Araponga apresenta oito estabelecimentos de ensino fundamental e três estabelecimentos de ensino médio (IBGE, © 2023).



Com relação à saúde pública, em 2024, a taxa de mortalidade infantil média no município é de 9,52 para 1000 nascidos vivos, o que o coloca em 427º lugar dentre os 853 municípios de Minas Gerais e 3160º dentre os 5570 municípios do país (IBGE, © 2023). Esse é um resultado relevante para o município, uma vez que o indicador de mortalidade infantil era de 45,85 para 1000 nascidos vivos em 2000 e de 23,10 em 2010. Com relação à expectativa de vida ao nascer, ainda não há resultado do Censo 2022. A expectativa era de 65,03 anos em 200 e 70,60 anos em 2010 (Nações Unidas; Ipea; FJP, [2000]).

Em 2024, não houve registro de internações devido a diarreias. Em 2009, Araponga registrava três estabelecimentos de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS), sendo um deles dedicado ao atendimento de emergência (IBGE, © 2023).

No que concerne à assistência social e aos dados do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único para o mês de dezembro de 2025, o município de Araponga teve 699 famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família, com 2249 pessoas beneficiadas, totalizando um investimento de R\$ 499.329,00, com um benefício médio de R\$ 777,77 (Brasil, 2026a). Com Relação à distribuição dos benefícios, houve:

- a) 2244 Benefícios de Renda Cidadania (BRC), no valor de R\$ 142,00 por integrante;
- b) 623 Benefícios Complementares (BC), destinados às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família cuja soma de valores relativos aos benefícios seja inferior a R\$ 600,00, calculado pela diferença entre esse valor e a referida soma;
- c) 390 Benefícios Primeira Infância (BPI), no valor de R\$ 150,00 por criança, destinado às famílias beneficiárias que possuírem crianças entre zero e sete anos em sua composição;
- d) 22 famílias beneficiadas pelo Programa Auxílio Gás dos Brasileiros.

Cabe ressaltar que os indicadores de acompanhamento dos programas federais de transferência de renda em Araponga são superiores à média nacional, seja em termos da atualização cadastral, seja em termos de acompanhamento das condicionalidades de educação e saúde (Brasil, 2026).



Em relação aos indicadores de esporte, o município de Araponga registra quatro instalações esportivas municipais que contam com ações e projetos desenvolvidos pela prefeitura em 2023, já o percentual de alunos em escolas com quadra de esporte alcança 28,99% do total (FJP, 2024).

Em termos de cultura, o município de Araponga conta com uma biblioteca, sem o registro da existência de centros culturais, teatros, cinemas e museus. A baixa pluralidade de equipamentos culturais se reflete na presença de poucos grupos artísticos e bandas de música, de modo que os eventos culturais do município sejam notadamente atrelados a eventos religiosos (FJP, 2024).

Por último, os indicadores de segurança pública para o ano 2021 revelam baixas taxas de crimes violentos, de crimes contra o patrimônio e de crimes de menor poder ofensivo, como furtos, posse ilegal de arma de fogo e posse e uso de entorpecentes. Em 2021, o município contava com apenas dez policiais militares, sem o registro de policiais civis e guardas municipais. Araponga faz parte da comarca de Viçosa e não apresenta unidades de delegacia civil, de internação de adolescentes infratores e prisional (FJP, 2024).

### **3.4 Indicadores econômicos**

Em 2023, o Produto Interno Bruto (PIB) de Araponga alcançou R\$ 143.377.300,00, representando o 515º lugar dentre os 853 municípios de Minas Gerais e o 4091º lugar dentre os 5570 municípios do Brasil. O PIB per capita em 2023 registrou o valor de R\$ 17.815,27, de modo a ocupar o 652º lugar entre os 853 municípios de Minas Gerais e o 4029º lugar entre os 5570 municípios do país (IBGE, © 2023).

Quando se analisa de forma mais ampla o rendimento da população referente ao ano de 2010, o percentual da população com rendimento nominal mensal per capita com até  $\frac{1}{2}$  salário-mínimo é de 44,1%, 192ª posição entre os 853 municípios de Minas Gerais e 2250ª posição entre os 5570 municípios do país. Em 2023, Araponga registrou 153 empresas e unidades locais, com 629 postos de trabalho formais, com uma média de salário mensal de 1,7 salários-mínimos (IBGE, © 2023).

Ainda não foram divulgados os indicadores de pobreza relativos ao Censo de 2022. Em 2000, 28,67% da população de Araponga eram extremamente pobres, 56,40% eram pobres e 82,26% eram vulneráveis à pobreza. Em 2010, 8,88% da população eram extremamente pobres, 24,49% eram pobres e 55,46% eram vulneráveis à pobreza, de modo a evidenciar a relevância das políticas de transferência de renda. Entre 2000 e 2010, o Índice de Gini passou de 0,50 para 0,44, indicando redução da desigualdade de renda no município entre os censos, ainda que a desigualdade permaneça em nível elevado (Nações Unidas; Ipea; FJP, [2000]).



Em 2024, o município de Araponga detinha uma frota de 4836 veículos, sendo 2412 motocicletas, 1676 automóveis, 478 caminhonetes, 118 caminhões e 20 ônibus. O Censo Agro 2017 ainda aponta a existência de 184 tratores e 23 colheitadeiras (IBGE, © 2023).

O principal setor da economia de Araponga é o agropecuário, com 4329 pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários, sendo que 3059 desses indivíduos têm laços de parentesco com o produtor. O Censo Agro 2017 contabiliza a presença de 1438 estabelecimentos rurais, que compreendem uma área de 14.776 hectares. Desses estabelecimentos, 1374 estão dedicados à produção de café, notadamente o café arábica, de alta qualidade e reconhecimento internacional, com uma produção de 4789 toneladas. Outras culturas permanentes de menor magnitude relacionam-se ao cultivo de frutas, sendo a banana o cultivo mais representativo, com a produção de 34 toneladas (IBGE, © 2023).

Com relação às lavouras temporárias, tem-se o destaque para: milho, com 435 estabelecimentos e a produção de 1119 toneladas; feijão, com 418 estabelecimentos e a produção de 120 toneladas; cana-de-açúcar, com 19 estabelecimentos e a produção de 217 toneladas. Outras culturas de menor expressão relacionam-se à subsistência, sobretudo a mandioca, com a produção de duas toneladas (IBGE, © 2023).

Em relação à pecuária, o destaque é para a produção de bovinos, notadamente o gado leiteiro, com o registro de 224 estabelecimentos e a produção de 994.000 litros de leite ao ano. O Censo Agro 2017 ainda aponta para a criação de: suínos, com 36 estabelecimentos; equinos, com 34 estabelecimentos; e galináceos, com 29 estabelecimentos, sendo a produção de caprinos e ovinos de menor expressão (IBGE, © 2023).

A extração vegetal e a silvicultura ocupam uma área de 436 hectares, com o eucalipto ocupando 430 hectares desse total. Registra-se ainda a produção de 422 toneladas de carvão vegetal, de 10.500 m<sup>3</sup> de madeira em tora e de 1000 m<sup>3</sup> de lenha (IBGE, © 2023).

Com relação às contas públicas para o ano de 2024, Araponga registra o total de receitas brutas realizadas de R\$ 51.581.748,73 (453º lugar em Minas Gerais e 3850º lugar no Brasil), enquanto o total de despesas brutas empenhadas alcançou R\$ 46.285.127,93 (476º lugar em Minas Gerais e 3909º lugar no Brasil). No que concerne às transferências correntes, que contabilizam os repasses de recursos financeiros de outros entes federados ao município, percebe-se que 89,78% do total das receitas correntes brutas é proveniente de repasses externos, de modo a ocupar o 531º lugar entre os 853 municípios de Minas Gerais e o 4205º lugar entre os 5570 municípios do Brasil (IBGE, © 2023).



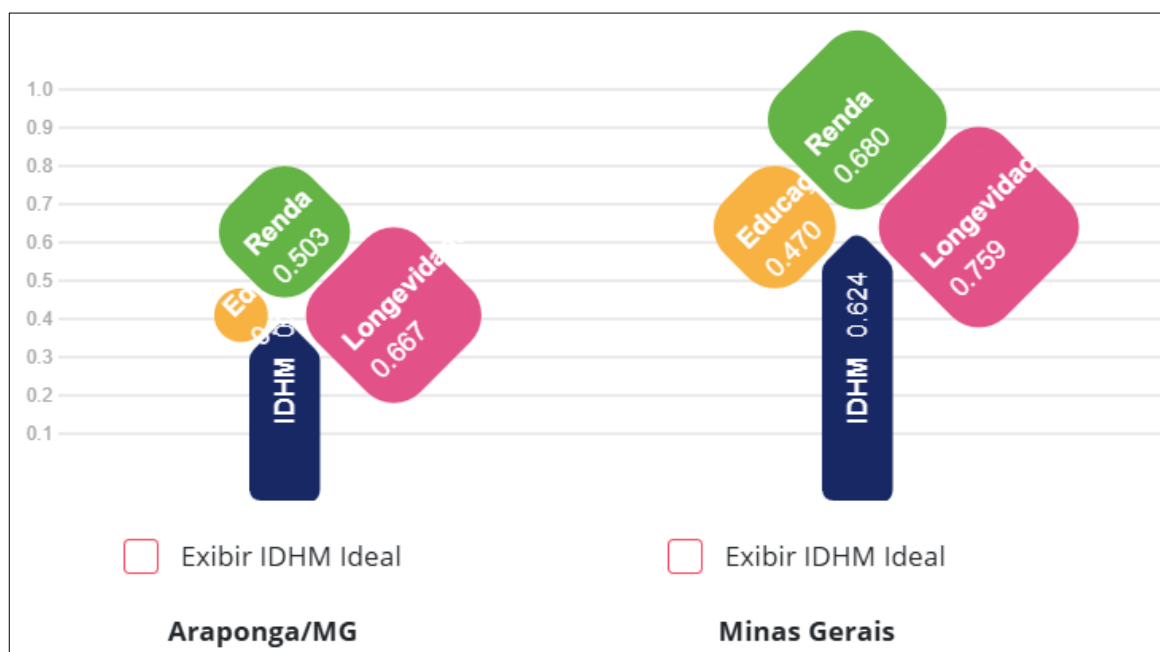
### 3.5 Índices de desenvolvimento

A partir dos indicadores sociais, econômicos e ambientais, são criados os índices de desenvolvimento. O IDH é uma das formas mais antigas de se medir o desenvolvimento no mundo, com uma série histórica bastante consolidada, que mede o desenvolvimento a partir de indicadores de educação, longevidade e renda, em respeito à seguinte classificação: muito baixo (abaixo de 0,499); baixo (entre 0,500 e 0,599); médio (entre 0,600 e 0,699); alto (entre 0,700 e 0,799) e muito alto (entre 0,800 e 1).

Em Araponga, o IDH foi muito baixo até o Censo 2000, com o registro do resultado de 0,277 em 1991 e de 0,393 em 2000. Já no Censo 2010, o município contabilizou um IDH de 0,536, passando para baixo. Cabe ressaltar que ainda não foram divulgados o IDH dos municípios a partir dos dados do Censo 2022 (Nações Unidas; Ipea; FJP, [2000]).

É importante ressaltar a evolução do IDH em Araponga, que aumentou 36,39% entre 2000 e 2010, resultado superior ao do Estado, que aumentou 17,15% no mesmo período — Minas Gerais tinha o resultado de 0,624 (médio) em 2000 e de 0,731 (alto) em 2010. Como pode ser observado na árvore do IDH — Figura 3 e 4 — (Nações Unidas; Ipea; FJP, [2000]).

Figura 3: Árvore do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Araponga e de Minas Gerais – 2000



Fonte: Nações Unidas; Ipea; FJP ([2000]).

Figura 4: Árvore do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Araponga e de Minas Gerais – 2010



Fonte: Nações Unidas; Ipea; FJP ([2000]).

Como pode ser depreendido, os indicadores de educação são os principais responsáveis pelos resultados limitados alcançados por Araponga, seguidos, em menor grau, pelos indicadores de renda. Com o resultado de 0,536, o município ocupa a preocupante 852ª posição entre os 853 municípios de Minas Gerais e a 5354ª posição entre os 5570 municípios do Brasil.

A discussão internacional do IDH foi ampliada pela visão de desenvolvimento promovida pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que visam estimular o cumprimento da Agenda 2030 de desenvolvimento sustentável por meio de 17 objetivos que congregam dezenas de indicadores sociais, econômicos, ambientais e institucionais, aferidos pelo Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC). A pontuação geral do município de Araponga foi de 57,85 em um total de 100 pontos em 2025, apresentando nível de desenvolvimento sustentável médio e classificação de 72º lugar entre os 853 municípios de Minas Gerais e de 432º entre os 5570 municípios do país — Figura 5 (IDSC, [20--]). Os objetivos acompanham dezenas de indicadores com os respectivos resultados para o município de Araponga:

- Objetivo 1 – Erradicar a pobreza (Alto – 60 a 79,99);
- Objetivo 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável (Médio – 50 a 59,99);
- Objetivo 3 – Saúde de Qualidade (Alto – 60 a 79,99);
- Objetivo 4 – Educação de Qualidade (Médio – 50 a 59,99);
- Objetivo 5 – Igualdade de Gênero (Médio – 50 a 59,99);



- Objetivo 6 – Água Potável e Saneamento (Alto – 60 a 79,99);
- Objetivo 7 – Energia Acessível e Limpa (Muito Alto – 80 a 100);
- Objetivo 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico (Médio – 50 a 59,99);
- Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura (Muito Baixo – 0 a 39,99);
- Objetivo 10 – Redução da Desigualdades (Baixo – 40 a 49,99);
- Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis (Muito Alto – 80 a 100);
- Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis (Muito Alto – 80 a 100);
- Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima (Médio – 50 a 59,99);
- Objetivo 14 – Vida na Água (Alto – 60 a 79,99);
- Objetivo 15 – Vida Terrestre (Muito Baixo - 0 a 39,99);
- Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes (Muito baixo – 0 a 39,99);
- Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação (Muito baixo – 0 a 39,99).

Cabe ressaltar que o IDSC é um indicador bastante variável e que boa parte dos municípios

se concentra em um nível de desenvolvimento social médio, assim como Araponga apresenta ao longo do tempo (Gráfico 3). A título de exemplificação, a pontuação geral de 53,25, em 2024, colocaria o município em torno da classificação 1500ª entre os 5570 municípios do Brasil (IDSC, [20--]).

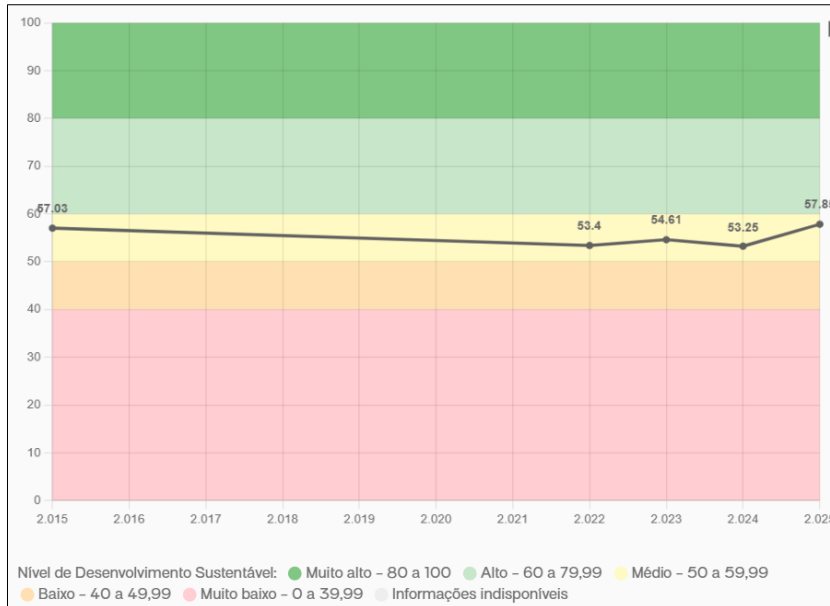
Figura 5: Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDSC) das Cidades em Araponga



Fonte: IDSC ([20--]).



Gráfico 3: Evolução temporal do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDSC) das Cidades em Araponga



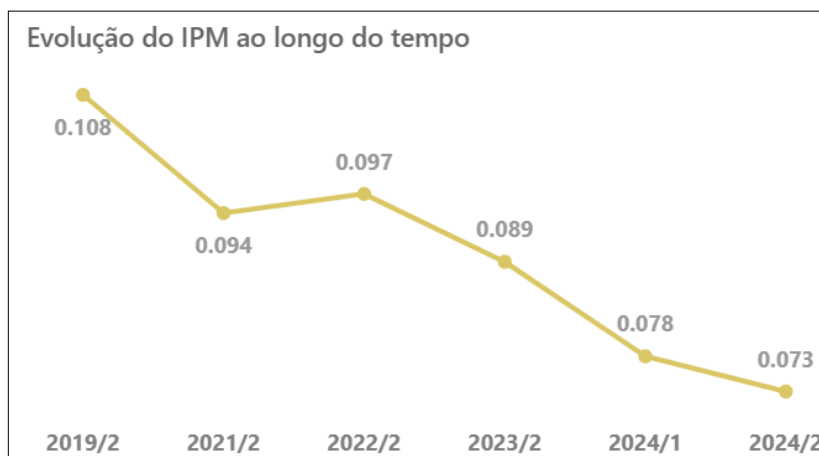
Fonte: IDSC ([20--]).

Outro indicador de desenvolvimento, elaborado pelo governo de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), é o Índice de Pobreza Multidimensional de Minas Gerais (IPM Minas). Ele é composto por 12 indicadores em 4 dimensões: saneamento (coleta de lixo, banheiro e/ou esgotamento adequado e água canalizada), educação (adulto sem ensino fundamental, distorção idade-série, criança e adolescente fora da escola), padrão de vida (energia elétrica, material de construção do domicílio e densidade de moradores) e trabalho (trabalho formal, jovem “nem-nem” e trabalho infantil). O IPM Minas responde à seguinte legenda: baixo – menor que 0,02; médio – entre 0,02 e 0,04; alto – entre 0,04 e 0,08 e muito alto – superior a 0,08 (Minas Gerais, 2024).

O IPM de Araponga alcançou o resultado de 0,073 no segundo semestre de 2024 (0,026 para Minas Gerais). Apesar do IPM alto, o município encontra-se em trajetória de franca evolução. No segundo semestre de 2019, o IPM de Araponga era superior a 0,1 (Gráfico 4). Entre os 12 indicadores, percebe-se que poucos deles concentram grande percentual da composição do IPM de Araponga, a saber: a falta de trabalho formal (21,2%); adultos sem ensino fundamental (21%); coleta de lixo (17,9%); material de construção do domicílio (12,3%) e esgotamento adequado (8,6%), que juntos totalizam 81% do IPM (Minas Gerais, 2024), conforme Gráfico 5.

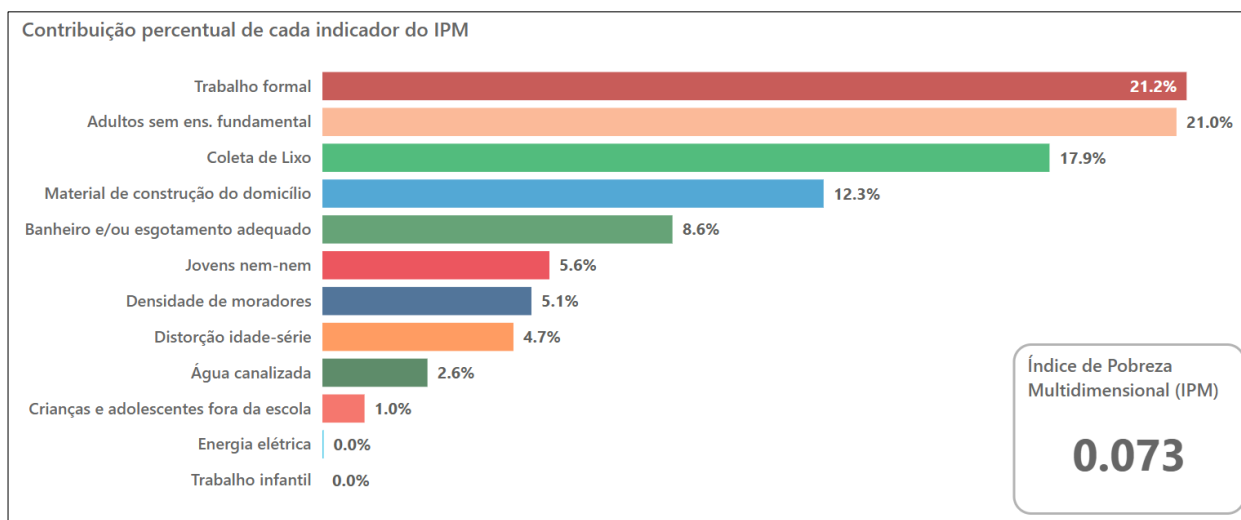


Gráfico 4: Evolução temporal do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) de Araponga



Fonte: Minas Gerais (2024).

Gráfico 5: Indicadores do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) de Araponga

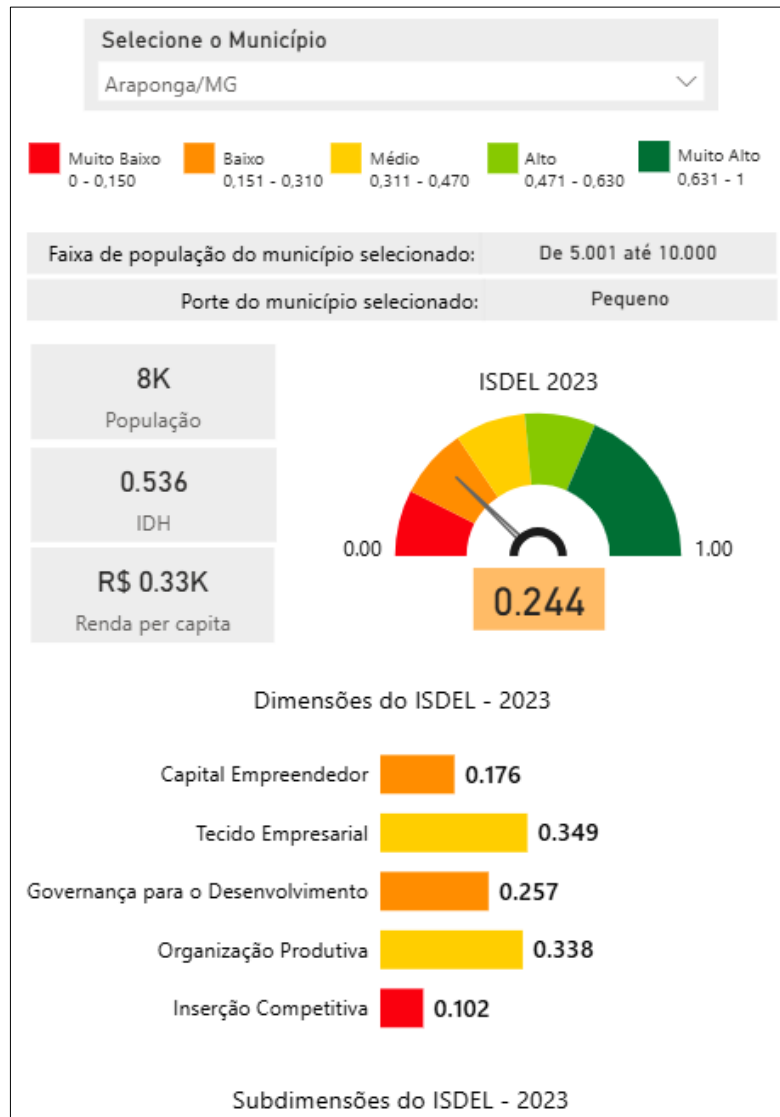


Fonte: Minas Gerais (2024).

Por fim, tem-se o Índice Sebrae de Desenvolvimento Econômico Local (Isdel), desenvolvido pela Inteligência Sebrae para aferir o grau de desenvolvimento econômico dos municípios brasileiros. Em 2023, o Isdel de Araponga é baixo, alcançando um resultado de 0,244 (o resultado de 0,407 para Minas Gerais), em uma escala de 0 a 1 (Figura 6). O Isdel é composto por dezenas de variáveis em 5 dimensões: capital empreendedor; tecido empresarial; governança para o desenvolvimento; organização produtiva e inserção competitiva (Sebrae, [202-]).



Figura 6: Índice Sebrae de Desenvolvimento Econômico Local de Araponga



Fonte: Sebrae ([202-]).

O capital empreendedor analisa o estoque de capacidades empreendedoras do território, manifestado pela quantidade e qualidade das empresas, empreendedores e lideranças, com o resultado de apenas 0,176 em Araponga (0,201 para Minas Gerais). O tecido empresarial avalia a rede formal e informal de empreendedores e empresas em prol de interesses comuns, com o resultado de 0,349 em Araponga – 0,483 para Minas Gerais – (Sebrae, [202-]). O resultado mais expressivo para o tecido empresarial pode ser atribuído ao associativismo local, sobretudo por meio das associações dos produtores de café, como a Associação de Produtores de Cafés Especiais de Araponga (Asca) e a Associação dos Cafeicultores Familiares de Araponga (Acafa).



A governança para o desenvolvimento foca no alinhamento da visão de futuro do município entre a sociedade civil, o mercado e o poder público, com o resultado de 0,257 em Araponga (0,500 para Minas Gerais). A organização produtiva avalia como o território é ordenado para gerar renda e riqueza, com o resultado de 0,338 em Araponga (0,488 para Minas Gerais). E, por fim, a inserção competitiva analisa a dinamização da economia local, tendo em vista o acesso de mercados externos, inclusive o internacional, com o resultado de 0,102 em Araponga (0,362 para Minas Gerais) (Sebrae, [202-]).

Em resumo, esse conjunto de dados provêm uma visão de todo que ressalta o baixo grau de urbanização, com a população majoritariamente residente em zonas rurais e dedicada às atividades agropecuárias. Nota-se a informalidade da economia e do trabalho no município de Araponga, altamente dependente de economia do café, com baixo grau de diversificação e pouco inserida em cadeias produtivas mais amplas. Essa realidade se agrava com os indicadores de escolaridade extremamente baixos, principal componente para o baixo resultado do IDH, o que se reflete em outras áreas, como o baixo desenvolvimento de atividades culturais. Além disso, a população encontra-se em transição demográfica, com o aumento progressivo do envelhecimento. Por fim, percebe-se que a universalização do saneamento básico ainda permanece limitada, de modo a se configurar como o principal problema de meio ambiente.



#### **4 RELATO DO ESTUDO DE CAMPO**

A equipe da Fundação João Pinheiro esteve no município de Araponga entre os dias 12 e 30 de janeiro de 2026, quando foi possível verificar a realidade municipal. A primeira semana de trabalho foi destinada para dialogar com a gestão municipal, por meio dos representantes de cada pasta, período durante o qual foi possível entender melhor os principais problemas de Araponga sob a ótica da estrutura de governança e refinar o diagnóstico do município.

A segunda semana foi marcada ainda por algumas conversas com as secretarias, com entidades da sociedade civil e por chuvas intensas que dificultaram sobremaneira a visitação da zona rural de Araponga. As estradas com difícil passagem e parcialmente impedidas ressaltam o problema de mobilidade enfrentado no município.

A terceira semana foi pautada por visitas à zona rural, por alinhamentos relativos ao Plano de Desenvolvimento, tanto com a gestão municipal como com representante do Ministério Público. Por fim, o último dia de imersão foi pautado pela reunião de entrega do plano de desenvolvimento à gestão municipal, juntamente com o Ministério Público. Nessa reunião, foi requisitado um breve período adicional para o alinhamento final do texto e para verificar as condições de publicação do plano de desenvolvimento pela Fundação João Pinheiro, com anuência da Prefeitura de Araponga e do Ministério Público, que também demonstraram interesse em replicar a publicação em seus respectivos sites.

Como já exposto no diagnóstico, entende-se que a economia de Araponga se encontra basicamente atrelada à produção de café. Essa realidade impõe ao município uma vulnerabilidade, no sentido de que a economia municipal esteja dependente de um único setor, cujo valor está atrelado ao comércio internacional. Nesse sentido, aponta-se para a necessidade de diversificação da produção agrícola e o aumento da assistência técnica ao produtor rural, no sentido do aumento da produtividade e do acesso a novos mercados.

Em diálogo com a gestão municipal e a sociedade civil, é possível perceber que o setor cafeeiro está inserido em um contexto de alto grau de informalidade. Com relação ao modo de produção, nota-se a falta de assistência técnica, o amplo uso de defensivos agrícolas e o baixo nível de certificação entre os produtores do município. Nesse cenário, é possível supor que essa informalidade também seja prevalente na declaração fiscal, na emissão de guias de produção e nas relações trabalhistas.



Ademais, percebe-se que o turismo é ainda incipiente e incapaz de dinamizar a economia local, apesar de vários atrativos naturais (como parques, picos e cachoeiras), o patrimônio histórico e cultural da região (como as manifestações do povo indígena Puri, a participação do município no Ciclo do Ouro e na Revolução Constitucionalista de 1932) e o próprio turismo associado à produção cafeeira.

Essa diversificação da economia mostra-se de suma importância, tendo em vista que o setor de serviços é limitado e insuficiente, com a população recorrendo frequentemente aos municípios vizinhos para atender às suas necessidades. Ademais, registram-se relatos de lavras de pesquisa mineral no município. A mineração industrial ainda não está estabelecida, porém pode representar uma inflexão da economia local, com fortes impactos socioambientais em uma sociedade notadamente baseada na produção agrícola.

Em termos da educação, principal segmento para a baixa pontuação de Araponga no IDH, aponta-se que a educação municipal é responsável pela educação infantil (0 a 5 anos) e pelo ensino fundamental anos iniciais (6 a 10 anos), enquanto o ensino fundamental anos finais (11 a 14 anos) e ensino médio (15 a 17 anos) são de responsabilidade do estado. Nesse sentido, a responsabilidade dos indicadores de educação é compartilhada entre o município e o estado. Com relação à idade pré-escolar (0 a 3 anos), o município de Araponga ainda não fornece o serviço de creche pública, de modo que esse é o principal gargalo da educação infantil. Duas creches estão em construção no município, com previsão de encerramento de suas obras ainda para 2026.

O município apresenta 7 escolas, em 3 delas ocorre o ensino em turmas separadas, enquanto em 4 há a presença do ensino multi-seriado, que, apesar de garantir o direito à educação na zona rural, representa um desafio em termos de capacidade de ensino e de aprendizagem dos alunos. A gestão das escolas é feita de forma centralizada, sem que exista efetivo para coordenação de cada unidade, de modo que seja evidenciado a necessidade de ampliação da supervisão administrativa e pedagógica na educação municipal. Observa-se também que eventos extraclasse (como feira literária, de cultura e de ciência; gincanas e torneios; e visitação aos parques) são pouco recorrentes e podem ser instrumentos de ampliação do engajamento dos alunos em temas afetos ao meio ambiente, esporte e cultura, bem como para a promoção do senso de pertencimento dos alunos ao município.

Com relação ao meio ambiente, assim como na maior parte dos municípios brasileiros, o saneamento básico é o principal problema para a gestão municipal. Percebe-se que em Araponga, as quatro áreas do saneamento básico (abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de resíduos e drenagem) estão divididas em diferentes secretarias, o que dificulta uma gestão unificada do saneamento. O município apresenta contrato com a Copasa apenas para o abastecimento de água



para a sede municipal e no distrito de Estevão Araújo. A sede municipal também abriga uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), gerida pelo próprio município, porém sem apresentar plena funcionalidade e com problemas de licenciamento ambiental, tendo recebido autuação da Fundação Estadual de Meio Ambiente (Feam). Sem a regularização do funcionamento da ETE, não é possível afirmar que o município de Araponga apresente qualquer nível de tratamento de esgoto. Não há rede de abastecimento de água e de esgotamento sanitário nas zonas rurais, localidades em que residem quase 60% da população do município.

Com relação à conservação dos recursos naturais, apesar de um percentual significativo de área de mata nativa de Mata Atlântica preservada, a maior parte dessa área relaciona-se ao Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, em que o manejo se encontra sob responsabilidade estadual. Nota-se que grande parte dos atrativos do parque são acessíveis pelo município de Araponga e que algumas áreas de interesse de visitação precisam de melhorar a infraestrutura. Nesse sentido, uma parceria com a administração do parque e com o Instituto Estadual de Florestas (IEF) mostra-se potencialmente positiva. Ademais, Araponga conta com uma Área de Proteção Ambiental em que não há uma gestão efetiva da unidade de conservação, apenas uma delimitação formal, sem o registro de uma efetiva gestão. De um modo geral, é possível notar uma pressão de expansão das atividades agrícolas sobre as áreas de mata nativa, o que representa um risco para a Mata Atlântica da região e para a conservação dos recursos naturais, especialmente os recursos hídricos.

No campo da cultura, percebe-se que o município de Araponga apresenta um rico arcabouço de experiências que constituem a sedimentação da população local, por meio dos povos indígenas Puris, da participação no Ciclo do Ouro e na Revolução Constitucionalista de 1932 e da produção do café. Apesar desse patrimônio histórico-cultural do município, percebem-se poucas iniciativas institucionalizadas, sem efetivamente haver um calendário de eventos culturais, com atividades mais dedicadas à festa da cidade, ao café e ao calendário religioso. Durante toda a visita técnica, não havia secretário empossado para a pasta da Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, nem Chefe da Divisão de Cultura.

Ressalta-se que Araponga apresenta associações culturais que têm envidado esforços para promover a cultura local, como foi o caso do Festival Literário de 2025, de modo que o fortalecimento das parcerias público-privadas pode cumprir um relevante papel para o desenvolvimento cultural municipal. O município conta com uma corporação musical que atualmente encontra-se parada, apesar de ter disponível instrumentos e maestro. Não se presencia no município a existência de museus, centros culturais, casa das artes ou do artesanato. Cabe à gestão municipal



também, um maior reconhecimento da cultura Puri, de modo a legitimar o movimento de ressurgência e compreendê-la como um verdadeiro patrimônio imaterial de Araponga.

Com relação aos esportes, percebe-se a existência de equipamentos na sede municipal, distrital e em algumas comunidades rurais. Esses equipamentos destinam-se, notadamente, à prática do futebol de campo e de quadra, de modo que o estímulo à prática de outros esportes ainda seja incipiente. Na sede municipal e no distrito de Estevão Araújo, tem-se a oferta de escolinha de futebol, enquanto também na sede há prática da arte marcial *hapkido* em parceria com a assistência social. Nesse sentido, a oferta de atividades esportivas na zona rural mostra-se ainda como um desafio a ser superado.

A assistência social tem cumprido papel relevante para o município de Araponga. Com relação aos programas de transferência de renda, percebe-se que eles cumprem um papel relevante para a complementação da renda e, sobretudo, para assegurar a presença dos alunos na rede pública de ensino municipal. A assistência social oferece oficinas em parcerias com outras pastas, sobretudo na sede municipal.

Apesar de não contar com a integralidade dos equipamentos contemplados pelo Sistema Unificado da Assistência Social (Suas), como Centro de Atenção Psicossocial (Caps), o serviço social é atendido por centros regionais, de modo a não deixar de atender a população. O conselho tutelar mantém uma ação diligente, com acompanhamento em todo território municipal, em relação aos grupos vulneráveis, sendo destacado o trabalho realizado com idosos, mulheres, pessoas com transtorno mental e pessoas que tentaram o suicídio. O município de Araponga atualmente encontra-se sem profissional da psicologia, o que limita grandemente o escopo das ações que podem ser realizadas pela pasta.

Em relação à saúde pública, distingue-se 4 unidades básicas de saúde, sendo a unidade da sede municipal com plantão 24 horas, e 2 unidades da farmácia popular. O município conta com atendimentos especializados, como cirurgia geral, urologia, ginecologia, dermatologia e pediatria, porém as demais especialidades e os casos complexos são encaminhados para Viçosa. Nos últimos anos, registou-se o crescimento do número de atendimentos (consultas, exames e cirurgias) realizados pela rede pública.

Segundo os relatos da gestão municipal e da sociedade civil, as “doenças mentais” e o suicídio são bastante frequentes na população de Araponga. As falas indicam a ocorrência de 3 casos de suicídio e dezenas de tentativas por ano, o que, se comprovado, apontaria para uma incidência muito maior do que a média estadual, de modo a se tornar um verdadeiro problema de política pública



para o município. A ampliação dos serviços de psiquiatria e de atendimento psicológico devem ser considerados prioritários.

Além disso, a gestão de saúde apresentou um dado preocupante com relação à recorrência de picadas por escorpião no município, tendo registrado cerca de quarenta ocorrências no ano de 2025, inclusive uma durante a estadia da equipe em Araponga. Esse quantitativo acende um alerta para a gestão municipal para continuar com os esforços já existentes de campanhas preventivas e de combate, mas também de reavaliar os meios utilizados para isso.

A expansão dos serviços locais de assistência social e de saúde no município também representaria um importante impacto sobre o sistema de transporte municipal. O sistema escolar encontra-se estabelecido e atende a todas as comunidades e escolas do município. Por outro lado, grande parte da frota pública encontra-se destinada para o deslocamento dos usuários dos equipamentos do SUS e do Suas, seja no município de Araponga, seja em municípios do entorno que prestam serviços regionais.

Araponga não conta com um transporte público propriamente instituído, porém conta com uma rede de veículos que rodam todo o município três vezes ao dia em horários espaçados e sem taxa para a população. Tendo em vista que a frota dedicada às atividades de educação e saúde tem previsão específica de uso, nota-se que o município não apresenta um veículo que seja capaz de atender devidamente as atividades culturais, esportivas e de lazer, de modo a limitar a oferta dessas iniciativas na zona rural. A aquisição de um veículo específico para essas áreas representaria um aumento na capacidade da oferta de atendimento de diversas demandas das associações e organizações.

As longas distâncias e as estradas de terra determinam uma baixa capacidade de mobilidade da população pelo município, o que deve ser entendido como um limitador do desenvolvimento socioeconômico e para as próprias políticas públicas nas comunidades rurais. Exceto a pavimentação da região urbanizada, da estrada que vai ao Parque Estadual da Serra do Brigadeiro e, parcialmente, da estrada até o Distrito e da estrada à comunidade de Estouros, todas as demais estradas municipais são estradas de terra, suscetíveis às intempéries, que ficam fortemente comprometidas nas épocas das chuvas, com pontos de alagamento, atolamento de barro e deslizamento de massas de terra. A expansão da pavimentação deve ser uma prioridade para a gestão municipal.

Em relação à urbanização, embora seja uma área bastante pequena, existe um crescimento desordenado, sem ordenamento dos loteamentos, sem a delimitação dos espaços



públicos e sem a presença efetiva de um sistema de drenagem. Nesse aspecto, considera-se urgente a adoção de um Código de Posturas, que estabeleça um padrão construtivo, delimita regras de uso das calçadas, defina as áreas institucionais, regulamente a criação de taludes e estabeleça o padrão de drenagem urbana. A necessidade do Código de Posturas foi reforçada por diversas secretarias e entidades da sociedade civil.

A defesa civil e o plano de contingenciamento do município estão estabelecidos, apesar de contar com poucos efetivos e muitas vezes depender do suporte voluntário dos cidadãos. Dentre os principais problemas, alagamentos e deslizamentos são registrados nos períodos chuvosos. Os alagamentos são recorrentes sobretudo na área de crescimento desordenado, enquanto pequenos deslizamentos são registrados notadamente nas zonas rurais. No período da seca, o principal problema da região são os incêndios, que ameaçam especialmente as áreas de proteção ambiental de Mata Atlântica.

Com relação à gestão municipal, percebe-se que o corpo de funcionários públicos em larga medida é restrito, especialmente nas áreas meio, de modo que muitas pastas sejam assumidas por poucos funcionários. A rotina de trabalho, portanto, torna-se uma sucessão de urgências — “apagando incêndios” —, em que poucos recursos humanos e administrativos estejam dedicados à produção de dados, de informações e ao planejamento de novas políticas públicas. As contas públicas são superavitárias, o que permite que Araponga se organize para a realização de investimentos em áreas estratégicas, como as políticas setoriais. Por outro lado, os recursos disponíveis são escassos, de modo que o desenvolvimento nos próximos anos dependerá de bastante organização e eficiência da gestão municipal.

Por último, por meio do diálogo com as entidades da sociedade civil e das conversas informais do cotidiano, percebe-se uma forte demanda dos munícipes de Araponga por um conjunto maior de atividades de esporte, cultura e lazer. Essas atividades são entendidas como vetores de envolvimento da sociedade, de integração das diferentes comunidades do município, de promoção do senso de pertencimento e de promoção do bem-estar e da saúde mental. Além disso, percebe-se a existência de várias entidades em defesa do pequeno produtor rural, da produção agroecológica, da defesa dos recursos naturais e da garantia do acesso à terra.

A questão fundiária foi ressaltada como um entrave para a regularização das propriedades e da própria produção agrícola, de modo inclusive a prejudicar a sensação de pertencimento das comunidades à terra. Boa parte das terras foram adquiridas em contratos de compra e venda, sem



regularização da matrícula em cartório. A regularização fundiária está na base das questões socioambientais enfrentadas pelo município, na zona urbana e, sobretudo, na zona rural.

Com relação à identidade Puri, percebe-se que esse é um tema controverso na sociedade, de modo que, em algumas localidades, o processo identitário seja reconhecido e celebrado, enquanto em outras localidades a questão seja negada. Essa situação em nada invalida a causa do movimento de ressurgência que acontece em Araponga. Na verdade, o debate sobre o tema indica um movimento de questionamento da própria identidade e da tomada de consciência sobre o processo histórico de ocupação e apagamento histórico ocorrido na região. A cultura Puri deve ser entendida como um patrimônio imaterial do município de Araponga.

Naquilo que concerne ao turismo, os atores da sociedade civil consultados reconhecem o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro e as áreas remanescentes de Mata Atlântica como verdadeiros patrimônios naturais. Esses atores também reconhecem que o setor poderia ser incentivado para a promoção do desenvolvimento do município. Entende-se que o turismo deva ser estruturado em sua multiplicidade e que o município apresenta grande potencial para o desenvolvimento de distintos segmentos, tais como: ecoturismo; turismo de aventura; turismo de base comunitária; etnoturismo; turismo de negócios; turismo de café e turismo histórico-cultural. Nesse sentido, o turismo deve ser entendido como uma importante oportunidade para a promoção do desenvolvimento socioeconômico de diversos grupos sociais e para o fortalecimento dos patrimônios naturais, imateriais e históricos de Araponga.

Desse modo, percebe-se que o estudo de campo foi de fundamental importância para refinar e concluir o diagnóstico do município de Araponga, uma vez que os múltiplos aspectos da realidade local se sobrepõem à conjuntura descrita pelos dados secundários. Percebe-se que a gestão municipal precisa avançar na capacidade de prover dados e informações, de forma a permitir o desenho de políticas públicas setoriais mais assertivas e consistentes com os problemas observados pelos gestores e pela própria comunidade no dia a dia. Esse período de imersão em Araponga, de contato direto com a gestão municipal e com a sociedade, foi primordial para os resultados alcançados no plano de desenvolvimento, como será demonstrado na próxima seção. Antes, segue o acervo fotográfico das atividades realizadas pela equipe da Fundação João Pinheiro.



#### 4.1 Acervo fotográfico da imersão em Araponga

Fotografia 1: Encontro de apresentação do diagnóstico do município de Araponga entre a equipe da Fundação João Pinheiro e a gestão municipal – 12/1/2026



Fonte: Acervo próprio.

Fotografia 2: Sede municipal de Araponga



Fonte: Acervo próprio.



Fotografia 3: Vista aérea da sede municipal de Araponga a partir do Mirante do Cruzeiro



Fonte: Acervo próprio

Fotografia 4: Visita ao novo local de eventos de Araponga



Fonte: Acervo próprio.

Fotografia 5: Distrito de Estevão de Araújo



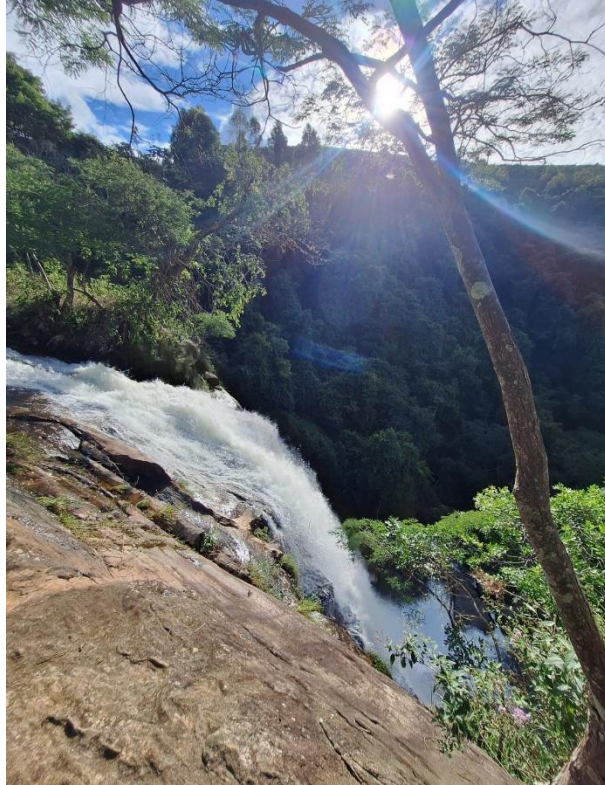
Fonte: Acervo próprio.

Fotografia 6: Visita à fazenda Pico do Boné



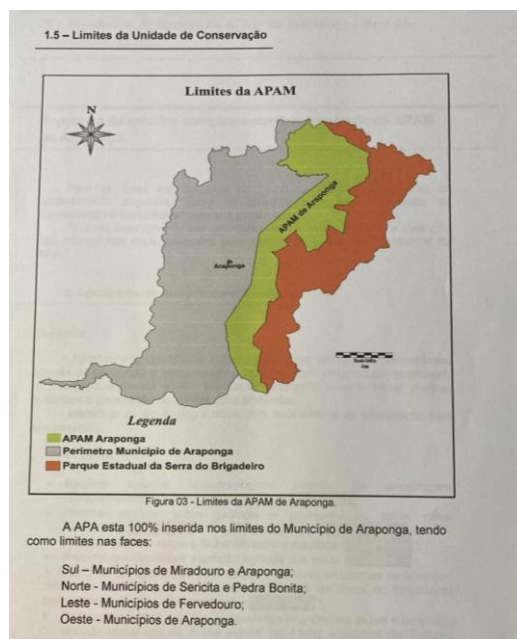
Fonte: Acervo próprio.

Fotografia 7: Visita à cachoeira na região de Estouros



Fonte: Acervo próprio.

Fotografia 8: Mapa do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro e da APA Araponga



Fonte: Acervo próprio. Registro autorizado pela Divisão de Meio Ambiente.

Fotografia 9: Ponto de coleta de lixo na estrada do parque



Fonte: Acervo próprio.

Fotografia 10: Ponto de deslizamento de terra na estrada do parque



Fonte: Acervo próprio.



Fotografia 11: Diálogo da equipe da Fundação João Pinheiro com a comunidade na Barraca de Praia Danta – 27/1/2026



Fonte: Acervo próprio.



Fotografia 12: Revisão do plano de desenvolvimento da equipe da Fundação João Pinheiro com a representante do Ministério Público, Lúnia Dias – 29/1/2026



Fonte: Acervo próprio.

Fotografia 13: Apresentação final e pactuação do plano de desenvolvimento entre as equipes da Fundação João Pinheiro, do Ministério Público e da Prefeitura Municipal de Araponga – 30/1/2026



Fonte: Acervo próprio.



## 5 PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE ARAPONGA

O Plano de Desenvolvimento Municipal foi uma construção coletiva coordenada pela Fundação João Pinheiro. Além de todos os aspectos apontados nas etapas do diagnóstico, ressalta-se a abertura ao diálogo e às propostas de mudanças, que foram trabalhadas com cada um dos gestores em Araponga. O plano de desenvolvimento constitui-se de um conjunto de metas, que são detalhadas em ações e indicadores, que orientam as entregas e facilitam o acompanhamento dos trabalhos. Para cada uma dessas metas, há também a indicação do responsável pelas entregas e os prazos para as respectivas conclusões.

A definição precisa dos prazos para cada ação pareceu se tornar um elemento dificultador, de engessamento da gestão municipal, por isso optou-se por prazos amplos para o conjunto de cada meta. As tabelas com todas as informações sobre cada uma das metas encontram-se disponíveis no apêndice final desse documento.

Destaca-se que não houve processo de ordenamento de prioridades entre as metas, portanto, as metas serão apresentadas de ordem alfabética tanto nessa seção como no apêndice. Entende-se que o ordenamento de prioridades será benéfico em uma etapa futura de acompanhamento e de revisão do plano de desenvolvimento, porém foi oportuno deixar o andamento dos trabalhos livres nesse primeiro momento. Como já reportado, a gestão municipal conta com um contingente restrito de gestores técnicos que precisam de flexibilidade para lidar com as demandas da rotina de trabalho e as exigências propostas a partir plano de desenvolvimento.

Ao longo dos trabalhos desenvolvido pela equipe da Fundação João Pinheiro e a gestão municipal, foram pactuadas 50 metas a serem desenvolvidas pelas secretarias e divisões municipais. No dia 29/1/2026, houve um processo de revisão das metas pelo Ministério Público, por meio do qual houve a inclusão de duas novas metas para a Secretaria de Educação. No dia 30/1/2026, durante a pactuação do plano de desenvolvimento, a própria gestão municipal sugeriu a inclusão de uma nova meta para a Secretaria de Administração. O conjunto das 53 metas do Plano de Desenvolvimento Municipal de Araponga distribui-se da seguinte maneira:

- a) Secretaria de Administração – 4 metas;
- b) Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente: Divisão de Agricultura – 6 metas;  
Divisão de Meio Ambiente – 5 metas;
- c) Secretaria de Assistência Social – 4 metas;



- d) Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer: Divisão de Cultura – 3 metas; Divisão de Turismo – 5 metas; Divisão de Esportes – 5 metas;
- e) Secretaria de Educação – 8 metas;
- f) Secretaria de Infraestrutura Viária – 1 meta;
- g) Secretaria de Obras – 1 meta;
- h) Secretaria de Saúde – 5 metas;
- i) Secretaria de Transporte – 2 metas;
- j) Defesa Civil – 4 metas.

A próxima seção dedica-se a nomear cada uma das metas pactuadas em cada uma das secretarias e divisões administrativas, com uma breve descrição das justificativas, em que se expõe a motivação dessas metas figurarem no plano de desenvolvimento. Essas justificativas baseiam-se no diagnóstico criado a partir dos dados secundários e do estudo de campo. Como pode ser percebido, boa parte dessas metas entram na categoria “estudo”, que irão demandar basicamente hora de trabalho das equipes responsáveis. A ideia central é a produção de informação com os dados disponíveis à gestão municipal, no sentido de gerar conhecimento consolidado sobre as questões centrais e possibilitar a construção de políticas públicas assertivas. Nesse sentido, grande parte das metas visa fortalecer a própria gestão a dar os próximos passos no futuro.

Com relação à captação de recursos, entende-se que esse seja um gargalo para a adoção de metas de maior porte e a construção de centros, instituições e estruturas viárias. Nota-se que a gestão municipal de Araponga precisa avançar em sua capacidade de criação de projetos e participação em editais e convênios de forma mais qualificada. Cabe ressaltar que órgãos do [Estado de Minas Gerais](#) e da [União Federal](#) apresentam um amplo conjunto de programas, projetos e fundos capazes de financiar algumas das iniciativas previstas pelo plano de desenvolvimento. Nesse sentido, incentiva-se que os gestores municipais de Araponga realizem uma busca ativa dessas iniciativas nos *sites* relativos às suas respectivas pastas.

A fim de orientar a busca por novas oportunidades, deixa-se abaixo uma lista – não exaustiva – de fundos e plataformas de fomento, públicos e privados, nos mais diversos setores das políticas públicas, nas quais é possível acessar a divulgação de editais e parcerias:

- a) [Associação Mineira de Municípios](#);



- b) [BDMG – Edital Municípios 2026;](#)
- c) [Cemig – Chamamentos Públicos;](#)
- d) [Copasa – Chamamentos Públicos;](#)
- e) [Fundação Banco do Brasil;](#)
- f) [Fundo Brasil de Direitos Humanos;](#)
- g) [Fundo Estadual de Cultura de Minas Gerais;](#)
- h) [Fundo Socioambiental BNDES;](#)
- i) [Fundo Vale;](#)
- j) [Fundos do Ministério Público;](#)
- k) [Instituto Cultural Vale;](#)
- l) [Itaú Social;](#)
- m) [Mapa das Organizações da Sociedade Civil;](#)
- n) [Plataforma Capta;](#)
- o) [Plataforma Captamos;](#)
- p) [Plataforma Êxitos;](#)
- q) [Plataforma Prosas;](#)
- r) [Plataforma Semente;](#)
- s) [Transferegov.br.](#)

Para além dessas metas, observa-se que boa parte das questões apresentadas pelo secretariado poderiam ser resolvidas caso o município tivesse aprovado o Código de Posturas. Esse documento disciplina as relações de uso dos espaços públicos, de modo a estabelecer normas de convivência, regras de funcionamento das atividades, segurança, uso e conservação dos espaços públicos, assim como diretrizes para a higiene e manutenção do ambiente urbano. Como a aprovação dessa lei depende do Poder Legislativo de Araponga, o referido projeto de lei não foi estabelecido



como uma meta no plano de desenvolvimento. De todo modo, avalia-se a aprovação do Código de Posturas como urgente.

Por fim, percebe-se que o município de Araponga apresenta um conjunto grande de entidades da sociedade civil que podem exercer atividades em parcerias com a gestão municipal nas mais diversas áreas, tais como assistência social, turismo, cultura, esporte, meio ambiente e agricultura. O fortalecimento das parcerias público-privadas deve ser entendido como promotor do desenvolvimento municipal por meio da dinamização dos serviços realizados em atendimento às demandas da sociedade. Essas parcerias devem ser entendidas como estratégicas para a gestão municipal participar de editais e convênios em níveis estadual e federal, de forma a aumentar as oportunidades de captação de recursos. Assim, incentiva-se a realização desse tipo de acordo de cooperação para o cumprimento das metas estabelecidas no plano de desenvolvimento.

### **5.1 Secretaria de Administração**

**Meta:** Conclusão de obras e operacionalização das creches municipais.

Justificativa: As creches, que têm como objetivo atender crianças de 0 a 3 anos, são fundamentais para a implementação completa do ensino infantil da educação básica em Araponga, por meio do desenvolvimento integral, em seus aspectos cognitivo, físico, emocional e social. Hoje, esse serviço é inexistente no município. Essa meta também integra os esforços do município em elevar a qualidade dos serviços públicos de educação disponíveis à sociedade, sendo necessário alinhamento com a Secretaria de Educação. A meta encontra-se na pasta da administração. A limitação para a implementação desse serviço reside na conclusão dos prédios e na compra dos equipamentos necessários à sua implementação. Foi reportado pela gestão municipal que as obras se encontram em fase de conclusão e que os serviços de creche serão operacionalizados ainda em 2026.

**Meta:** Estudo de viabilidade do novo pátio da Secretaria de Transporte.

Justificativa: A avaliação das condições atuais de funcionamento do setor de transporte do município de Araponga demanda a realização de um estudo voltado à viabilidade de implantação de um novo pátio. Nessa perspectiva, a iniciativa prevê a estruturação do estudo em conjunto com a equipe responsável, considerando aspectos operacionais, logísticos e de organização do espaço. Dessa forma, espera-se subsidiar decisões mais adequadas quanto à infraestrutura necessária, contribuindo para a melhoria da gestão da frota, das rotinas de trabalho e do atendimento às demandas do município.



**Meta:** Revisão do processo licitatório para evitar interrupção de serviços.

Justificativa: A revisão dos procedimentos licitatórios no município de Araponga busca aprofundar a análise de processos que já são realizados, identificando pontos de melhoria relacionados a prazos, planejamento e gestão contratual. Com esse aprimoramento, espera-se fortalecer o planejamento das contratações, reduzir riscos de descontinuidade e assegurar maior regularidade e eficiência na execução dos serviços públicos.

**Meta:** Varredura e captação de recursos via editais e convênios.

Justificativa: A ampliação das fontes de financiamento disponíveis ao município de Araponga passa pela identificação contínua de oportunidades em editais e convênios junto a diferentes esferas e instituições. Nesse sentido, propõe-se uma atuação mais sistemática e diversificada na busca por recursos, incluindo áreas em que a captação ainda é pouco explorada. Com isso, espera-se viabilizar novos projetos, fortalecer políticas públicas estratégicas e ampliar a capacidade de investimento do município, de forma planejada e alinhada às prioridades da gestão.

## 5.2 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

### 5.2.1 Divisão de Agricultura

**Meta:** Ação de fortalecimento da participação dos produtores de café em eventos.

Justificativa: Os eventos do café são promotores da cadeia produtiva do café, com a reunião de produtores, associações, pesquisadores e empresas de tecnologia, maquinário e insumos agrícolas. Esses eventos são oportunidades para a realização de negócios, divulgação de marcas e o fortalecimento de parcerias. A participação em eventos serve como uma plataforma de divulgação do café de Araponga, que precisa ganhar maior visibilidade e reconhecimento por sua alta qualidade. Além do aspecto econômico, a participação nos eventos deve ser encarada como também uma estratégia de promoção das associações dos produtores de café e da própria divulgação do município.

**Meta:** Adesão ao Programa Estadual de Regularização Fundiária Rural.

Justificativa: A regularização fundiária é uma questão sensível no município de Araponga, com a existência de muitos moradores que não apresentam o registro do imóvel em cartório, somente o contrato de compra e venda. Essa realidade deixa parte da população insegura sobre a propriedade e gera conflitos sobre a posse e divisão das terras. A adesão do Programa Estadual de Regularização Fundiária Rural do governo do Estado de Minas Gerais ([Minas Gerais, \[20--\]](#)) torna-se uma importante



ferramenta para promover a segurança jurídica e a fixação do homem no campo no município de Araponga.

**Meta:** Campanha de boas práticas agrícolas.

Justificativa: As Boas Práticas Agrícolas (BPA) são um conjunto de normas e recomendações técnicas a ser aplicado em toda a cadeia produtiva, da produção ao processamento e transporte, tendo em vista a adoção de práticas que assegurem a saúde dos trabalhadores rurais e a oferta de alimentos seguros. O objetivo dessa meta é que a Secretaria de Agricultura forneça um material simples, de fácil acesso e entendimento, por meio de cartilhas curtas, de modo a promover o conhecimento dos produtores rurais sobre as BPA de modo gradual. Espera-se que as cartilhas sejam amplamente divulgadas na sociedade.

O Programa Certifica Minas, gerido pela Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais, é reconhecido como um programa que promove as BPA na produção do café e em outros cultivos, tais como hortaliças, frutas, ovos, carnes, leite e mel ([Minas Gerais, 2018](#)). O Programa BPA Brasil é de iniciativa do Ministério da Agricultura e Pecuária ([Brasil, 2025](#)).

**Meta:** Estudo da viabilidade do serviço de inspeção municipal.

Justificativa: a instalação do Serviço de Inspeção Municipal (SIM) trata-se uma relevante proposta para fomentar o desenvolvimento econômico local e promover a segurança alimentar dos produtos de origem animal e vegetal, tendo em vista que a certificação é uma garantia de qualidade. O SIM pode ser um meio de formalização da agroindústria e da expansão do mercado, uma vez que os produtos inspecionados podem participar dos editais de compras públicas de alimentos, como o Programa de Aquisição de Alimentos ([Brasil, 2024a](#)) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar ([Brasil, 2024b](#)). Desse modo, o SIM deve ser considerado como uma política estratégica de valorização do agricultor familiar, dedicado ao abastecimento local.

Cabe ressaltar que a adesão aos critérios federais dos Sistemas Brasileiros de Inspeção de Produtos e Insumos Agropecuários (SISBI) é condição para que a certificação do SIM seja considerada suficiente para permitir o comércio estadual e nacional dos produtos locais ([Brasil, 2026b](#)).

**Meta:** Estudo e implementação do projeto piloto de assistência técnica e extensão rural itinerante.

Justificativa: Os serviços de assistência técnica e extensão rural são essenciais para a difusão de conhecimento técnico, a adoção de práticas sustentáveis e a promoção de inovações nos cultivos temporários e permanentes, na criação de animais e nas atividades de silvicultura e



aquicultura. O projeto visa o estabelecimento de um sistema de atendimento direto aos produtores rurais de forma itinerante, por meio de um plano piloto a ser realizado primeiramente em uma determinada comunidade ainda a ser definida. Ele pretende promover o uso racional dos recursos naturais, dos insumos agrícolas, com vistas à promoção da sustentabilidade e da diversificação da produção no campo. Nesse sentido, o objetivo central da meta é a atuação direta da secretaria de agricultura junto aos produtores rurais. O projeto piloto objetiva uma implementação gradual, no sentido de permitir a correção de falhas e promover melhorias, em diálogo aberto com a comunidade, de modo a permitir a plena execução do projeto em todo município nos anos futuros.

**Meta:** Fortalecimento da Assistência Técnica da Festa do Café e do Agro.

Justificativa: A Festa do Café é um evento tradicional do município de Araponga, que envolve atividades dedicadas aos produtores de café, bem como atividades culturais. O evento apresenta ampla adesão da população local, de modo a se tornar um momento oportuno para atividades de assistência técnica de caráter mais geral. Nos últimos anos, o evento tem apresentado um segmento de assistência técnica aos produtores de café. O objetivo dessa meta é fortalecer esse segmento, com intuito de trazer palestrantes e ações de capacitação dentro do evento, com vistas a promover a adesão do produtor rural à Festa do Café e promover as boas práticas agrícolas no município.

#### 5.2.2 Divisão de Meio Ambiente

**Meta:** Ação de escuta das comunidades no processo de revisão do plano de manejo do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro.

Justificativa: Em diálogo com a população e as entidades da sociedade civil, torna-se latente um conjunto expressivo de demandas referentes ao plano de manejo do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, que prevê processo de revisão nos próximos meses. Em primeiro lugar, esses atores demandam ser ouvidos com calma, em processo anterior ao momento de revisão do plano de manejo. Posteriormente, eles requisitam que esse processo de escuta seja respeitado e defendido diante do conselho gestor do parque. Um conjunto de demandas relaciona-se à contraposição da proposta de diminuição da zona de amortecimento do parque estadual, sobretudo na insegurança que essa proposta traz para as atividades econômicas permitidas de serem desenvolvidas na região, notadamente a mineração. Além disso, ressalta-se um conjunto de propostas derivadas do movimento



de ressurgência dos povos Puris, com reivindicações que incluem, inclusive, a alteração do nome da unidade de conservação para Parque Estadual Serra dos Puris. Nesse sentido, essa meta pretende promover a gestão participativa, com reflexos não restritos ao meio ambiente, mas também com repercussões sobre a economia e a identidade cultural das comunidades impactadas.

**Meta:** Diagnóstico do abastecimento de água e do esgotamento sanitário do município.

Justificativa: O saneamento básico é a principal questão de meio ambiente dos municípios, apresentando uma série de desafios à gestão municipal. Naquilo que concerne à rede de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, percebe-se que os dados municipais são inconsistentes, uma vez que apenas a sede municipal e o distrito de Estevão Araújo apresentam abastecimento de água pela Copasa e apenas a sede municipal conta com uma ETE, cujo licenciamento ambiental encontra-se com problemas com a Feam por não apresentar todos os parâmetros demandados para o efetivo tratamento dos esgotos. Nesse cenário, a maior parte da população, que habita a zona rural, não é atendida por nenhum tipo de serviço público de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, sem nenhum controle municipal sobre as soluções alternativas encontradas nessas localidades. Dessa forma, o diagnóstico mostra-se de suma importância para dimensionar políticas públicas assertivas para o provimento dos serviços de saneamento, assim como para a preservação dos recursos naturais, notadamente os recursos hídricos, tal qual disposto no Marco Legal do Saneamento Básico.

**Meta:** Estabelecimento da gestão e revisão do plano de manejo da APA.

Justificativa: Apesar de ser formalmente constituída e apresentar um conselho, a APA apresenta apenas uma estrutura formal, sem ocorrer a gestão da área de preservação. Ao transitar pelo município, fica evidente a pressão das atividades agrícolas sobre as matas nativas remanescentes de Mata Atlântica. Nesse sentido, a gestão efetiva, capaz de realizar ações de fiscalização e controle, deve ser considerada de grande relevância para a preservação dos recursos naturais do município. A revisão do plano de manejo deve estar alinhada com a revisão do plano de manejo do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, tendo em vista serem zonas contíguas.

**Meta:** Estudo da viabilidade da terceirização da coleta de resíduos sólidos.

Justificativa: A coleta de resíduos sólidos não é a ideal. O caminhão dedicado à tarefa está em condições precárias, de modo que um caminhão compactador deve ser considerado uma



prioridade. Ademais, os pontos de coleta devem ser repensados, uma vez que as atuais estruturas são abertas, permitindo a entrada de animais e águas de chuva, e localizadas muito próximas às áreas de interesse turístico. Cabe ressaltar que já está em estudo a viabilidade de terceirização dos serviços, que ficaria responsável pelo maquinário e pessoal para a coleta de resíduos no município. A necessidade de compra do caminhão de lixo e dos pontos de coleta devem ser analisadas durante esse estudo. Essas aquisições só fazem sentido em alinhamento com a definição do novo sistema de coleta.

**Meta:** Projeto piloto para a implementação do Decreto Municipal nº 3.502/2023 - Projeto Águas Limpas.

Justificativa: O município de Araponga tem-se preocupado com as soluções alternativas para o saneamento, sobretudo para a destinação ambientalmente adequadas para os esgotos em zonas rurais, conforme estabelecido no Projeto Águas Limpas – Decreto Municipal nº 3.502/2023 (Araponga, 2023). Infelizmente, a referida legislação nunca saiu do papel. A meta, portanto, deseja suprir essa lacuna, por meio de um projeto piloto, a ser implementado em uma comunidade da zona rural. O projeto piloto deve procurar estabelecer, por meio de parcerias com entidades da sociedade civil, as bases para a ampliação das soluções alternativas ambientalmente adequada em todo o território.

### 5.3 Secretaria de Assistência Social

**Meta:** Diagnóstico das vulnerabilidades do município.

Justificativa: Esta meta fundamenta-se na necessidade de organizar e espacializar as demandas de assistência social, que hoje carecem de uma análise sobre onde e quando ocorrem com maior frequência. O ordenamento dessas vulnerabilidades e a construção do perfil populacional atingido são fundamentais para que o município deixe de atuar de forma reativa e passe a concentrar esforços em campanhas preventivas específicas. Futuramente, esse diagnóstico servirá como a base estratégica para o gabinete e para a secretaria decidirem a alocação de recursos humanos e financeiros, garantindo que as intervenções cheguem com precisão às zonas de maior necessidade.

**Meta:** Estruturação do grupo de acolhimento de mães de filhos em condição neurodivergente.

Justificativa: Esta meta parte da observação de uma demanda específica e crescente de mães que enfrentam sobrecarga e isolamento devido à condição neurodivergente de seus filhos, sem



um espaço oficial de suporte mútuo. A listagem de atividades e a consolidação da estrutura em relatório pretendem formalizar esse serviço dentro da rede municipal. Futuramente, esse grupo será capaz de promover a saúde mental e o compartilhamento de estratégias de cuidado entre as participantes.

**Meta:** Estudo para criação do Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI).

Justificativa: A meta fundamenta-se no envelhecimento populacional de Araponga e na ocorrência de situações de vulnerabilidade ou abandono que a rede atual não consegue absorver integralmente, sendo necessário o rompimento do vínculo do usuário da assistência social com o município. O estudo é necessário para mapear a demanda real, analisar os complexos requisitos legais de funcionamento e estimar os custos de manutenção antes de qualquer investimento. O documento final servirá como suporte técnico para que a prefeitura avalie a viabilidade de implantação própria ou via consórcios, assegurando que futuras decisões sobre o acolhimento institucional de idosos sejam pautadas em dados financeiros e operacionais sólidos.

**Meta:** Implementação das oficinas/grupos sociais.

Justificativa: A proposta baseia-se na identificação de demandas e interesses dos usuários, promovendo espaços de convivência e capacitação. O levantamento de recursos e o planejamento de cronogramas são necessários para viabilizar oficinas que façam sentido para a realidade local, aproveitando parcerias para reduzir custos. A curto prazo, a execução dessas oficinas permitirá o fortalecimento dos vínculos comunitários e a oferta de suporte socioeducativo estruturado, servindo também como porta de entrada para o acompanhamento mais próximo de grupos vulneráveis.

## **5.4 Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer**

### **5.4.1 Divisão de Cultura**

**Meta:** Implantar um calendário de eventos culturais.

Justificativa: A meta justifica-se pela necessidade de organizar o fluxo de atividades culturais do município que hoje carece de uma agenda integrada e previsível. Isso prejudica tanto o planejamento logístico quanto o acesso da população. Ao catalogar os eventos e identificar tradições que demandam resgate, busca-se garantir a preservação da identidade local frente a riscos de descontinuidade. Futuramente, o calendário oficial servirá como um instrumento estratégico para o desenvolvimento econômico e turístico de Araponga, permitindo a previsibilidade para o fomento



cultural e comercial, facilitando a atração de visitantes, além de consolidar um canal de comunicação eficiente entre a gestão e a comunidade.

**Meta:** Implementação das parcerias público-privadas para o fortalecimento das manifestações culturais.

Justificativa: A meta apoia-se na constatação de que a máquina pública, isoladamente, encontra limites orçamentários e operacionais para atender a todas as demandas das comunidades. Assim, a busca por parcerias com o terceiro setor e entidades privadas torna-se necessária para ampliar o alcance das políticas culturais sem sobrecarregar exclusivamente o tesouro municipal. O uso futuro dessa estrutura de editais permitirá uma gestão mais compartilhada e transparente da cultura, na qual o setor público atua também como indutor, promovendo a sustentabilidade dos programas culturais e garantindo que as manifestações artísticas locais tenham suporte contínuo.

**Meta:** Plano de valorização da cultura Puri.

Justificativa: Esta meta fundamenta-se na importância histórica e ancestral da etnia Puri para o território de Araponga, visando reparar a invisibilidade desses remanescentes por meio de ações de documentação e reconhecimento institucional. A necessidade do plano decorre da urgência em salvaguardar a memória oral e as expressões culturais que correm risco de desaparecimento sem o devido amparo público. Para o futuro, a patrimonialização e a instituição de uma data oficial de valorização criarão uma base sólida para políticas futuras de fortalecimento da presença dessa etnia no município e aumento do sentimento de pertencimento por parte dessa população.

#### 5.4.2 Divisão de Turismo

**Meta:** Criação de roteiros e guias turísticos.

Justificativa: Esta meta fundamenta-se na fragmentação das informações sobre os atrativos locais, o que dificulta a permanência do visitante e a circulação interna no município. A realização do inventário e a elaboração de guias são necessárias para transformar pontos isolados em produtos turísticos integrados e compreensíveis ao público interno e externo, informando elementos cruciais para a decisão do turista de frequentar ou não cada roteiro. Futuramente, esses materiais servirão como base para a promoção digital do município e para o ordenamento da oferta turística, facilitando a navegação do turista e o planejamento de novas rotas temáticas ([Brasil, 2007](#)).

**Meta:** Estruturar um centro de atendimento ao turista.



Justificativa: A meta fundamenta-se na ausência de um ponto de referência oficial para o suporte ao visitante, o que gera dispersão na prestação de informações e perda de dados estatísticos sobre o perfil do turista. A identificação de imóveis e o levantamento de custos operacionais desejam institucionalizar o acolhimento no município. Futuramente, o centro funcionará como um espaço não só para direcionamento e esclarecimento de dúvidas dos turistas e da população geral sobre os pontos turísticos, mas também como um ponto de exposição simples de elementos turísticos presentes na cidade, como cafés especiais, artesanato etc.

**Meta:** Estudo de viabilidade do projeto escolar "Conhecendo a minha casa".

Justificativa: Esta meta parte da necessidade de aproximar a comunidade escolar do patrimônio histórico e ambiental de Araponga, combatendo o desconhecimento local sobre o próprio patrimônio natural, seu potencial turístico e a necessidade de preservação ambiental desses espaços. O estudo é fundamental para alinhar a logística e o conteúdo pedagógico entre as secretarias de Turismo e Educação antes da execução. A curto prazo, o projeto permitirá formar multiplicadores dentro das famílias do município, criando uma base de apoio social ao turismo e fortalecendo a identidade territorial dos alunos.

**Meta:** Executar intervenções prioritárias na infraestrutura dos pontos turísticos.

Justificativa: A proposta baseia-se na identificação de deficiências estruturais que limitam a utilização plena dos espaços turísticos municipais, especialmente em termos de acessibilidade e segurança. O levantamento de custos e a execução das intervenções são necessários para adequar os locais para visitação. Futuramente, estas melhorias assegurarão a viabilidade dos pontos turísticos com um padrão de qualidade do receptivo maior, o que pode atrair um maior número de visitantes.

**Meta:** Implantação de sinalização turística.

Justificativa: A meta justifica-se pela atual carência de orientação espacial, fator que compromete a experiência do visitante e a segurança no acesso aos atrativos. A estruturação de um projeto visual e a busca por parcerias para a instalação de placas respondem à necessidade de profissionalizar o receptivo municipal. O uso futuro desse sistema de sinalização permitirá uma melhor distribuição do fluxo de pessoas pelo território, o que reduz trânsitos desnecessários, mas também aumenta o interesse popular em transitar pela cidade em si, não havendo receio de se perder pela municipalidade ([Brito; Magalhães, 2021](#)).



#### 5.4.3 Divisão de Esporte

**Meta:** Desenvolvimento do calendário anual e programação das atividades da divisão de esportes.

Justificativa: A organização e a disponibilização do calendário anual e da programação das atividades da Divisão de Esportes do município de Araponga objetivam sistematizar ações que já são planejadas, distinguindo os eventos esportivos pontuais de maior porte das atividades recorrentes, semanais ou mensais. Atualmente, a ausência de uma estrutura organizada e divulgada dificulta o acompanhamento das ações e pode impactar a participação da população. Com a consolidação e a divulgação dessas informações, espera-se ampliar o acesso às práticas esportivas, favorecer o planejamento dos participantes e fortalecer o esporte como política pública contínua no município.

**Meta:** Estudo de viabilidade da expansão dos projetos esportivos para a zona rural.

Justificativa: Esse estudo busca compreender as condições necessárias para ampliar o acesso da população rural às atividades esportivas promovidas pelo município de Araponga. Para isso, serão considerados aspectos como infraestrutura, logística, demanda local e capacidade de execução das ações. A partir dessa análise, espera-se subsidiar a tomada de decisão da gestão municipal quanto à expansão dos projetos esportivos, de forma planejada e compatível com a realidade das comunidades rurais, contribuindo para a inclusão social, a promoção da saúde e o fortalecimento do esporte como política pública no município.

**Meta:** Estudo de viabilidade de implementação da corrida de rua do município.

Justificativa: Esse estudo busca avaliar a viabilidade de implementação da corrida de rua no município de Araponga, considerando aspectos como percurso, segurança, logística e participação da população. A partir dessa análise, espera-se verificar o potencial da iniciativa para incentivar a prática de atividade física, promover integração comunitária e fortalecer a divulgação do município como destino turístico, consolidando o evento no calendário esportivo local.

**Meta:** Implementação do projeto de xadrez.

Justificativa: A execução do projeto de xadrez busca ampliar as oportunidades de prática esportiva e educativa no município de Araponga, incorporando uma modalidade que contribui para o desenvolvimento do raciocínio lógico, da concentração e da disciplina. Com a oferta estruturada do



projeto, espera-se diversificar as ações da política esportiva municipal, estimular a participação de diferentes faixas etárias e fortalecer o uso do esporte como ferramenta de formação e inclusão.

**Meta:** Implementação do torneio regional de futebol.

Justificativa: O fortalecimento do esporte local e a ampliação da integração esportiva com os municípios da região orientam a realização de um torneio regional de futebol em Araponga. Nesse contexto, a promoção de um evento de maior porte tem potencial para projetar o município no cenário regional, estimulando a participação de atletas, equipes e torcedores. Além disso, espera-se que a iniciativa contribua para a movimentação da economia local, com impactos positivos em setores como comércio, alimentação e serviços, consolidando o esporte como instrumento de desenvolvimento social e econômico no município.

### 5.5 Secretaria de Educação

**Meta:** Ampliar a alfabetização de jovens, adultos e idosos no município por meio do Programa Brasil Alfabetizado (PBA).

Justificativa: A ampliação da alfabetização de jovens, adultos e idosos no município de Araponga é fundamental diante da existência de uma parcela da população que ainda não domina a leitura e a escrita, o que limita o acesso a direitos básicos, serviços públicos e oportunidades de inclusão social. Nesse contexto, o Programa Brasil Alfabetizado (PBA) possibilita atender esse público de forma adequada à realidade local, com turmas organizadas em espaços próximos às comunidades. Dessa forma, espera-se reduzir a taxa de analfabetismo no município, promover a inclusão educacional e fortalecer a autonomia dos participantes.

As informações oficiais sobre o Programa Brasil Alfabetizado (PBA) podem ser consultadas no *site* do Ministério da Educação, por meio do *link*: ([Brasil, 2024c](#)).

**Meta:** Articular expansão do EJA para a modalidade semipresencial da rede estadual.

Justificativa: A meta surge da constatação de que, embora exista oferta de EJA presencial na sede do município, o deslocamento diário até a escola representa uma dificuldade significativa para jovens e adultos residentes nas comunidades rurais. Nesse contexto, a articulação com a rede estadual para a expansão do EJA na modalidade semipresencial apresenta-se como alternativa mais flexível e adequada à realidade local, ao permitir maior autonomia de horários e reduzir barreiras de acesso. Dessa forma, espera-se, com essa iniciativa, ampliar a participação desse público na educação básica,



favorecer a permanência nos estudos e subsidiar futuras decisões sobre a ampliação e adequação da oferta educacional no município.

**Meta:** Criação da Feira Municipal de Ciências e Cultura.

Justificativa: A criação da Feira Municipal de Ciências e Cultura busca incentivar o protagonismo dos estudantes e valorizar os conhecimentos desenvolvidos nas escolas do município de Araponga, integrando ciência, cultura e realidade local. Nesse sentido, a iniciativa permitirá que temas como sustentabilidade, história local, cultura regional e inovação sejam trabalhados de forma prática e participativa, fortalecendo o vínculo entre escola e comunidade. Desse modo, espera-se que a feira estimule o interesse dos alunos pelo aprendizado, promova a troca de experiências entre as unidades escolares e amplie a participação da população nas ações educacionais do município.

**Meta:** Estudo e diálogo com a rede estadual para avaliar a adequação do calendário escolar à realidade local.

Justificativa: A análise da relação entre o calendário escolar e a realidade local de Araponga busca compreender como fatores como atividades sazonais, condições de acesso, contexto socioeconômico e eventos próprios do município influenciam a vivência escolar dos alunos. Nesse sentido, a articulação com a rede estadual permitirá avaliar, de forma técnica e pactuada, os limites e as possibilidades de eventuais ajustes no calendário escolar. A partir dessa avaliação e, sendo identificada sua viabilidade, espera-se contribuir para a melhoria da frequência, a redução da evasão e o fortalecimento do processo educacional, respeitando as normas vigentes e a autonomia da rede estadual de ensino.

**Meta:** Estudo sobre adesão à Política Nacional de Educação do Campo, das Águas e das Florestas (Novo Pronacampo).

Justificativa: O Novo Pronacampo – Política Nacional de Educação no Campo, das Águas e das Florestas – é uma iniciativa do governo federal que foi instituída com o objetivo de ampliar o acesso, a permanência e promover a aprendizagem dos estudantes residentes em zonas rurais. Por meio da adesão, os municípios podem acessar recursos financeiros e técnicos, inclusive de qualificação pedagógica, para adaptar os equipamentos públicos escolares e as metodologias de ensino à educação no campo ([Brasil, 2026c](#)).

**Meta:** Estudo sobre adesão à Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ).



Justificativa: A Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ) tem como objetivo central desenvolver ações e programas educacionais dedicados à superação das desigualdades étnico-raciais em toda a comunidade escolar – gestores, professores, funcionários e estudantes. A PNEERQ deve ser entendida como estratégica relevante para a promoção do reconhecimento da identidade Puri em Araponga, de modo a valorizar as heranças culturais provenientes dos povos tradicionais ([Brasil, 2026d](#)).

**Meta:** Estudo da viabilidade da centralização das escolas rurais.

Justificativa: Esse estudo busca avaliar se a atual distribuição das unidades escolares no meio rural atende de forma eficiente às demandas educacionais do município de Araponga. Para orientar essa análise, serão considerados aspectos como número de alunos, condições de acesso, transporte escolar, infraestrutura e custos de manutenção, permitindo examinar alternativas de organização da rede, inclusive a centralização em uma unidade mais estruturada. A partir dessa possibilidade, torna-se viável avaliar a superação do modelo de ensino multisseriado, que representa um desafio pedagógico significativo e, em muitos casos, não se mostra o mais adequado para garantir a aprendizagem. Dessa forma, espera-se que a avaliação proposta possa subsidiar a tomada de decisão da gestão municipal com informações técnicas e sociais, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino no município.

**Meta:** Plano de reorganização da equipe pedagógica.

Justificativa: O plano tem como foco a revisão da atual distribuição de funções da equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de Araponga, marcada pela concentração de múltiplas atribuições em um número reduzido de profissionais, o que tem gerado sobrecarga de trabalho e limitado uma atuação mais estratégica junto às escolas. Nesse sentido, a proposta consiste em definir com maior clareza as funções, responsabilidades e os fluxos de trabalho da equipe pedagógica. Complementarmente, a iniciativa inclui a avaliação da necessidade de reforço de pessoal, com vistas a fortalecer o apoio às unidades escolares, qualificar a gestão educacional e tornar as ações pedagógicas mais eficientes e coerentes com a realidade do município.

## 5.6 Secretaria de Infraestrutura Viária

**Meta:** Desenvolvimento do plano de estruturação de vias do município.



Justificativa: A extensão territorial do município de Araponga, com uma área significativa em zona rural, impõe desafios permanentes à gestão e à manutenção das vias, que demandam acompanhamento contínuo e ações frequentes. Nesse contexto, a elaboração de um plano de estruturação das vias busca organizar esse trabalho de forma mais estratégica, estabelecendo critérios e prioridades e ampliando a visão sobre a infraestrutura viária do município, de modo a otimizar o uso dos recursos públicos e qualificar ainda mais a tomada de decisão.

### **5.7 Secretaria de Obras**

**Meta:** Desenvolvimento do plano de estruturação de obras do município.

Justificativa: A atuação da Secretaria de Obras tem sido marcada, em grande medida, pelo atendimento contínuo de demandas emergenciais, o que dificulta o planejamento e a organização das intervenções no município de Araponga. Nesse contexto, a elaboração de um plano de estruturação das obras busca orientar a atuação da equipe a partir de uma visão mais integrada e planejada, permitindo priorizar ações, organizar cronogramas e fortalecer a capacidade de gestão das obras municipais.

### **5.8 Secretaria de Saúde**

**Meta:** Ação de Prevenção à Picada de Escorpião.

Justificativa: Busca reforçar a atuação da secretaria em conjunto à Secretaria de Meio Ambiente de conscientização da população, combate às infestações e prevenção a acidentes de picadas de escorpião no município. Esse objetivo se desdobra com a inserção do diagnóstico territorial dos casos, o qual visa obter mais informações capazes de subsidiar as ações de prevenção a partir do mapeamento da concentração de casos e denúncias, de modo a aproveitar ainda melhor os recursos disponíveis para essas ações. Além disso, estabelece também um compromisso com o monitoramento e avaliação contínua das ações na expectativa de que as intervenções nas comunidades permaneçam constantes, mas a sua forma não necessariamente.

**Meta:** Análise de Perfil Epidemiológico e Gestão de Medidas Intervencionistas no município.

Justificativa: Busca obter as principais patologias municipais registradas, além de se construir um perfil dos grupos atingidos e de se definir estratégias de intervenção e prevenção contra elas. Com relação a essa meta, ela se apoia na necessidade de consolidação das informações da pasta,



uma vez que não se sabe a situação em que o município se encontra quanto ao tópico para além das percepções negativas do público comum. Com isso, espera-se ser possível fornecer uma base informacional rica para a tomada de decisão futura da gestão pública de Araponga, mais especificamente em quais combates e prevenção a patologias centralizar mais esforços, em quais comunidades situar mais recursos humanos, em quais épocas do ano estar mais atento e para quais públicos pensar as políticas em ordem de prioridade.

**Meta:** Diagnóstico Situacional de Saúde Mental.

Justificativa: Baseia-se na ausência de um dado consolidado sobre uma problemática recorrentemente relatada durante a estadia da equipe, sendo que ela parte do mesmo início que a anterior, mas difere-se pela análise de demanda e oferta de serviços e ações para a saúde mental no município, além da avaliação da necessidade de expansão, o que ocasionaria, sequencialmente, na estruturação de um projeto de ampliação da rede de atendimento. Com essa meta, o objetivo se alinha ao da meta anterior, fornecendo um arcabouço para a tomada de ação futura, mas também almeja já de antemão em pôr em xeque a capacidade atual da máquina pública municipal e planejar um meio de melhorá-la a fim de atender à demanda encontrada.

**Meta:** Estudo para implementação do Centro Permanência Dia.

Justificativa: Esta meta fundamenta-se na identificação de uma lacuna assistencial no município para públicos que necessitam de cuidados constantes, mas que possuem vínculos familiares preservados, evitando o isolamento social e a institucionalização precoce. A necessidade do estudo torna-se premente para converter relatos de demanda reprimida em dados técnicos concretos, permitindo que a gestão dimensione o impacto financeiro e operacional antes da execução. Futuramente, este documento servirá como a peça central para a captação de recursos junto a esferas estaduais e federais, além de nortear a estruturação de uma rede municipal de cuidados que equilibre o suporte à saúde com a manutenção do convívio comunitário, otimizando o uso dos equipamentos públicos e respondendo diretamente ao envelhecimento populacional no território. Esse estudo deve ser alinhado com a Secretaria da Assistência Social, o ideal é que seja uma proposta coletiva e integrada entre as pastas.

**Meta:** Perfil Demográfico e Temporal de Lesões Autoprovocadas.

Justificativa: Na seção de relatos a partir da visita da equipe foi exposta a preocupação reiterada por inúmeras pastas e inclusive membros da sociedade civil quanto à recorrência de



atentados contra a própria vida durante o ano no município de Araponga, o que motivou a construção da meta com a Secretaria de Saúde. Esse compromisso marca um passo crucial para promover enfrentamentos efetivos nesse cenário, tendo em vista somente ser possível dimensionar a necessidade de atuação a partir do levantamento do quadro atual do município a respeito das ocorrências, em quais comunidades elas ocorrem, se há e quando há sazonalidade, qual o perfil demográfico dos casos e quais estratégias a Secretaria de Saúde, em parceria com a Secretaria de Assistência Social, podem utilizar para reaver esse cenário.

### **5.9 Secretaria de Transporte**

**Meta:** Estudo de redução de custo da gestão de manutenção dos veículos.

Justificativa: O levantamento dos custos relacionados à manutenção da frota municipal busca analisar os gastos recorrentes com pequenos reparos, incluindo aqueles realizados fora do município, no âmbito da gestão de transportes de Araponga. A partir dessa análise comparativa, o estudo permitirá avaliar a viabilidade econômica de alternativas de organização da manutenção, como a alocação de profissional próprio para a execução desses serviços. Desse modo, espera-se subsidiar decisões voltadas à redução de custos, ao uso mais eficiente dos recursos públicos e ao aprimoramento da gestão da frota municipal.

**Meta:** Estudo de viabilidade da compra de um micro-ônibus.

Justificativa: O estudo busca avaliar a viabilidade da aquisição de um micro-ônibus para atender às demandas da população do município de Araponga, especialmente aquelas relacionadas a atividades culturais, esportivas e demais ações coletivas promovidas pelo poder público. Assim, a análise permitirá verificar a adequação do veículo às necessidades de deslocamento, bem como seu potencial para ampliar o acesso da população a eventos, projetos e serviços, de forma mais organizada e eficiente.

### **5.10 Defesa Civil**

**Meta:** Estudo preliminar da viabilidade do desassoreamento do Ribeirão Felix.

Justificativa: A gestão preventiva de riscos ambientais no município fundamenta a realização de um estudo preliminar sobre a viabilidade do desassoreamento do Ribeirão Félix. Sob essa ótica, a iniciativa busca compreender os efeitos desse processo sobre o risco de enchentes, a segurança da população e a preservação ambiental. A partir desse estudo, espera-se subsidiar a tomada de



decisão do município com informações técnicas que indiquem a viabilidade, os limites e os possíveis benefícios de intervenções futuras.

**Meta:** Mapeamento das áreas de risco.

Justificativa: A identificação e sistematização de informações sobre locais sujeitos a alagamentos, deslizamentos e outros eventos adversos no município de Araponga permitem compreender de forma mais precisa as vulnerabilidades do território. Com base nesse diagnóstico, é possível subsidiar ações preventivas da Defesa Civil, orientar o planejamento urbano e fortalecer a capacidade de resposta do município, contribuindo para a redução de riscos e a proteção da população.

**Meta:** Plano de contingência de combate a incêndios com a Secretaria de Meio Ambiente.

Justificativa: As características ambientais do município de Araponga e a recorrência de períodos de estiagem indicam a importância da elaboração de um plano de contingência de combate a incêndios, em articulação com a Secretaria de Meio Ambiente. Nesse sentido, a iniciativa busca organizar protocolos de prevenção, resposta e atuação integrada entre os órgãos envolvidos, definindo responsabilidades, fluxos de comunicação e medidas emergenciais. Dessa forma, espera-se reduzir os danos ambientais, proteger áreas sensíveis e garantir maior segurança à população, fortalecendo a capacidade de resposta do município diante de situações de risco.

**Meta:** Projeto conhecendo a defesa civil na educação infantil.

Justificativa: A aproximação da Defesa Civil com a educação infantil busca promover, desde a primeira infância, a conscientização sobre noções básicas de prevenção, cuidado com o ambiente e percepção de riscos, além de apresentar, de forma lúdica, as funções da Defesa Civil no município. Dessa forma, por meio de ações educativas adequadas à faixa etária, o projeto pretende contribuir para a formação de uma cultura preventiva, fortalecendo a segurança e o cuidado coletivo em Araponga.



## REFERÊNCIAS

ARAPONGA (MG). **Decreto nº 3.502**. Institui o Projeto “Águas Limpas”, que consiste na Política de Incentivo à instalação de fossas sépticas biodigestoras ou tanque de evapotranspiração nas áreas rurais do município de Araponga e dá outras providências. Araponga, 2023. Disponível em: <https://araponga.mg.gov.br/wp-content/uploads/2023/10/Decreto.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2026.

ARAPONGA (MG). Prefeitura. [**Expo Araponga**]. Araponga, 10 set. 2025h. Instagram: @prefeituradearapongamg. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DOa7S48Ed7G/>. Acesso em: 7 jan. 2026.

ARAPONGA (MG). Prefeitura. [**Cafés premiados / Concurso Florada Premiada e Green Gold**]. Araponga, 12 nov. 2025a. Instagram: @prefeituradearapongamg. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DQ-S5Y4EaS9/>. Acesso em: 7 jan. 2026.

ARAPONGA (MG). Prefeitura. [**Cavalgada da tradição**]. Araponga, 7 maio 2025c. Instagram: @prefeituradearapongamg. Disponível em: [https://www.instagram.com/p/DJW\\_kY4R4GW/](https://www.instagram.com/p/DJW_kY4R4GW/). Acesso em: 7 jan. 2026.

ARAPONGA (MG). Prefeitura. [**Cavalgada de Nossa Senhora Aparecida**]. Araponga, 16 out. 2025b. Instagram: @prefeituradearapongamg. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/DP304d3EY6F/>. Acesso em: 7 jan. 2026.

ARAPONGA (MG). Prefeitura. [**Circuito turístico da serra do Brigadeiro / feira turística**]. Araponga, 7 jun 2025d. Instagram: @prefeituradearapongamg. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/DKn1xZasOVI/>. Acesso em: 7 jan. 2026.

ARAPONGA (MG). Prefeitura. [**Concurso de cafés especiais**]. Araponga, 1 dez. 2025e. Instagram: @prefeituradearapongamg. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DRug2jMEeLJ/>. Acesso em: 7 jan. 2026.

ARAPONGA (MG). Prefeitura. [**Concurso de marcha / Mega Poeirão**]. Araponga, 18 abr. 2025f. Instagram: @prefeituradearapongamg. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DImKyqexHXa/>. Acesso em: 7 jan. 2026.

ARAPONGA (MG). Prefeitura. [**Encontro de trilheiros em Araponga**]. Araponga, 18 ago. 2025g. Instagram: @prefeituradearapongamg. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DNhGkEVsKX1/>. Acesso em: 7 jan. 2026.

ARAPONGA (MG). Prefeitura. [**Exposição de artesanato**]. Araponga, 2 abr. 2025i. Instagram: @prefeituradearapongamg. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DH8625ixJxq/>. Acesso em: 7 jan. 2026.

ARAPONGA (MG). Prefeitura. [**Festa do café / Festival do café**]. Araponga, 5 ago. 2025j. Instagram: @prefeituradearapongamg. Disponível em: [https://www.instagram.com/reel/DM\\_BXJNR6nR/](https://www.instagram.com/reel/DM_BXJNR6nR/). Acesso em: 7 jan. 2026.

ARAPONGA (MG). Prefeitura. [**Oficina de artesanato e economia solidária**]. Araponga, 24 nov. 2025k. Instagram: @prefeituradearapongamg. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DRcuNq4kT62/>. Acesso em: 7 jan. 2026.

ARAPONGA (MG). Prefeitura. [**Rei e rainha do café**]. Araponga 21 jul. 2025l. Instagram: @prefeituradearapongamg. Disponível em: [https://www.instagram.com/p/DMZCxy1xD\\_J/](https://www.instagram.com/p/DMZCxy1xD_J/). Acesso em: 7 jan. 2026.



ARAPONGA (MG). Prefeitura. **Araponga - MG**. Araponga, 2026. Disponível em:

<https://araponga.mg.gov.br/araponga-mg/>. Acesso em: 7 jan. 2026.

ARAPONGA. In: WIKIPEDIA: the free encyclopedia. [San Francisco, CA: Wikimedia Foundation], 2025m. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Araponga\\_\(Minas\\_Gerais\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Araponga_(Minas_Gerais)). Acesso em: 2 jan. 2026.

ASSIS, Geraldo. **Conhecer Araponga**. Araponga: [s.n.], 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CAPTADORES DE RECURSOS. **Captamos**. [S.l.]: ABCR, 2026. Disponível em: <https://captadores.org.br/captamos/>. Acesso em: 26 mar. 2026.

ASSOCIAÇÃO MINEIRA DE MUNICÍPIOS. [**Página inicial**]. Belo Horizonte, [20--]. Disponível em: <https://portalamm.com/>. Acesso em: 26 mar. 2026.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS. **Editai BDMG municípios 2026**: municípios mais resilientes e sustentáveis com o apoio do BDMG. Belo Horizonte: BDMG, 2026. Disponível em: <https://www.bdmg.mg.gov.br/editaimunicipios/>. Acesso em: 26 mar. 2026.

BANCO ITAÚ. **Itaú Social**. São Paulo, 2026. Disponível em: <https://www.itausocial.org.br/>. Acesso em: 26 mar. 2026.

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO (Brasil). **BNDES Fundo Socioambiental**. Rio de Janeiro: BNDES, [2025]. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/bndes-fundo-socioambiental>. Acesso em: 26 mar. 2026.

BITENCOURT, Henrique César. **Hipsometria de Araponga**. [S.l.]: Spatial Node, 12 mar. 2023. Disponível em: <https://www.spatialnode.net/projects/hipsometria-de-araponga-mg-05aeda>. Acesso em 7 jan. 2026.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. **Boas práticas agrícolas**. Brasília, DF, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/boas-praticas-agricolas>. Acesso em: 25 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. **Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos e Insumos Agropecuários – SISBI**. Brasília, DF, 2026b. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/defesa-agropecuaria/suasa>. Acesso em: 25 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Novo Pronacampo**: Política Nacional de Educação do Campo, das Águas e das Florestas. Brasília, DF, 2026c. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/novo-pronacampo>. Acesso em: 25 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola**. Brasília, DF, 2026d. disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pneerq>. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pneerq>. Acesso em: 25 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Brasil Alfabetizado**. Brasília, DF, 2024c. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/brasil-alfabetizado>. Acesso em: 25 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Brasília, DF, 2024b. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae>. Acesso em: 25 mar. 2026.



- BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. **Tranferegov.br**. Brasília, DF, 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/transferegov/pt-br>. Acesso em: 26 mar. 2026.
- BRASIL. Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional. Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil. **Atlas digital de desastres no Brasil**. Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://atlasdigital.mdr.gov.br/>. Acesso em: 6 jan. 2026.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à fome. **Programa Bolsa Família e Cadastro Único Municipal**: conhecer para incluir no seu município. Brasília, DF, 2026a. Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/ri/pbfcad/relatorio-completo.html>. Acesso em: 5 jan. 2026.
- BRASIL. Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. **Programa de Regionalização do Turismo – roteiros do Brasil**: módulo 7. Brasília, DF, 2007. Disponível em: [https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/programa-de-regionalizacao-do-turismo/modulos-operacionais-do-programa-de-regionalizacao/modulox20operacional\\_7\\_roteirizacao\\_turistica.pdf](https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/programa-de-regionalizacao-do-turismo/modulos-operacionais-do-programa-de-regionalizacao/modulox20operacional_7_roteirizacao_turistica.pdf). Acesso em: 25 mar. 2026.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Brasília, DF, 2024a. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/aceso-a-informacao/comunicabr/lista-de-aco-es-e-programas/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>. Acesso em: 25 mar. 2026.
- BRITO, Marcelo; MAGALHÃES, Sérgio Paz (org.). **Guia brasileiro de sinalização turística**. 2. ed. Brasília, DF: Iphan, 2021. Disponível em: <https://bibliotecadigital.iphan.gov.br/items/065d5ab2-8976-4724-b147-8f7b58c7381d>. Acesso em: 26 mar. 2026.
- CLIMATE DATA. **Gráfico climático Araponga**. [S.l.: s.n.], [202-]. Disponível em: <https://pt.climate-data.org/america-do-sul/brasil/minas-gerais/araponga-176511/#climate-graph>. Acesso em: 5 jan. 2026.
- COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS. **Copasa Hub**. Belo Horizonte: Copasa, ©2026. Disponível em: <https://hub.copasa.com.br/>. Acesso em: 26 mar. 2026.
- COMPANHIA ELÉTRICA DE MINAS GERAIS. **Participe dos editais da Cemig**. Belo Horizonte: Cemig, ©2026. Disponíveis em: <https://www.cemig.com.br/inscreva-seu-projeto/>. Acesso em: 26 mar. 2026.
- CUMBUCA. **Terreiro cultural**. [S.l.: s.n.], 2010. Disponível em: <https://cumbuca.org.br/terreiro-cultural-2/>. Acesso em: 15 jan. 2026.
- ÊXITOS. **A plataforma**. Itajaí, 2026. *Site*. Disponível em: <https://www.plataformaexitos.com.br/a-plataforma-2/>. Acesso em: 26 mar. 2026.
- FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. **Fundação BB**. Brasília, DF, ©2026. Disponível em: <https://fbb.org.br/>. Acesso em: 26 mar. 2026.
- FUNDAÇÃO BRASILEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **Araponga**: mapas. Rio de Janeiro: FBDS, 2018. Disponível em: <https://www.geo.fbds.org.br/MG/ARAPONGA/MAPAS/>. Acesso em: 3 jan. 2026.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Índice mineiro de responsabilidade social**. Belo Horizonte: FJP, 2024. Disponível em: <https://imrs.fjp.mg.gov.br/>. Acesso em: 9 jan. 2026.
- FUNDO BRASIL. **Direitos humanos**: transformação social. [S.l.: sn.], ©2026. Disponível em: <https://www.fundobrasil.org.br/>. Acesso em: 26 mar. 2026.



- ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS CIDADES – BRASIL. **Ranking**: classificação para os municípios brasileiros. Brasília, DF: IDSC-BR, [20--]. Disponível em: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/rankings/>. Acesso em: 9 jan. 2026.
- INFOSANBAS. **Araponga - MG**. Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <https://infosanbas.org.br/municipio/araponga-mg/>. Acesso em: 7 jan. 2026.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Araponga**. Rio de Janeiro: IBGE, ©2026. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=3252&view=detalhes>. Acesso em: 12 dez. 2025.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e estados do Brasil**: Araponga. Rio de Janeiro: IBGE, © 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/araponga/panorama>. Acesso em: 9 jan. 2026.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama Censo 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 9 jan. 2026.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Mapa das Organizações da Sociedade Civil**. Brasília, DF: Ipea, 2016. Disponível em: <https://mapaosc.ipea.gov.br/sobre>. Acesso em: 26 mar. 2026.
- INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS (MG). **Plano de manejo do parque estadual da Serra do Brigadeiro**. Belo Horizonte: IEF, 2007. Encarte 1: diagnóstico do Parque. Disponível em: [https://documentacao.socioambiental.org/ato\\_normativo/UC/3885\\_20190213\\_124317.pdf](https://documentacao.socioambiental.org/ato_normativo/UC/3885_20190213_124317.pdf). Acesso em: 8 jan. 2026.
- INSTITUTO SOCIEDADE, POPULAÇÃO E NATUREZA. **Capta**. Brasília, DF: ISPN, [20--]. Disponível em: <https://capta.org.br/>. Acesso em: 26 mar. 2026.
- MINAS GERAIS. MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Programa Certifica Minas**. Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <http://certificaminas.agricultura.mg.gov.br/>. Acesso em: 26 mar. 2026.
- MINAS GERAIS. Ministério Público. **Plataforma Semente**. Belo Horizonte, ©2024. Disponível em: <https://sementemg.org/>. Acesso em: 26 mar. 2026.
- MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Regularização fundiária rural**. Belo Horizonte, [20--]. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/agricultura/pagina/regularizacao>. Acesso em: 25 mar. 2026.
- MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Cultura e Turismo. **Fundo Estadual de Cultura (FEC)**. Belo Horizonte, 2024. Disponível em: <https://www.secult.mg.gov.br/documentos/sobre-fundo-estadual-de-cultura-2>. Acesso em: 26 mar. 2026.
- MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social. **Índice de pobreza multidimensional de Minas Gerais (IPM Minas)**. Belo Horizonte: Sedese, 2024. Disponível em: <https://social.mg.gov.br/a-sedese/ipm-minas>. Acesso em: 9 jan. 2026.
- MUSEU DA CULTURA PURI. **Povo Puri**. Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://www.museupuri.com.br/povo-puri>. Acesso em: 15 jan. 2026.
- NAÇÕES UNIDAS; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. Brasília: PNUD Brasil: Ipea: Fundação João Pinheiro, [2000]. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/>. Acesso em: 9 jan. 2026.



OLIVEIRA, Eliane Venturini. Do front ao esquecimento: a batalha de Araponga (MG) e a Revolução de 1932. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 33., 2025, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: ANPUH, 2025.

PLATAFORMA Prosas. [S.l.: s.n.], [2022]. *Site*. Disponível em: <https://prosas.com.br/inicio>. Acesso em: 26 mar. 2026.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Índice Sebrae de desenvolvimento econômico local**. Brasília, DF: Sebrae, [202-]. Disponível em: <https://inteligencia.sebraemg.com.br/isdel>. Acesso em: 6 jan. 2026.

SILVA, Elisângela. **Arqueologia e coletivos indígenas**: os purizados do entorno da Serra do Brigadeiro/Minas Gerais. 2011. 296 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia com ênfase em Arqueologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/items/66f9f9fa-45f8-4d9a-8b40-5648583d6a24>. Acesso em: 24 mar. 2026.

SILVA, Ivan. **A distribuição espacial das chuvas na Zona da Mata de Minas Gerais sob a influência do relevo**. 2014. 61 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal de Viçosa, 2014. Disponível em: [https://www.geo.ufv.br/wp-content/uploads/2015/03/Ivan-Oliveira-da-Silva.pdf#:~:text=Em%20relação%20ao%20aspecto%20climático%2C%20a%20Zona,e%20DINIZ%20\(2005%2C%20p.%209348\)%20dizem%20que](https://www.geo.ufv.br/wp-content/uploads/2015/03/Ivan-Oliveira-da-Silva.pdf#:~:text=Em%20relação%20ao%20aspecto%20climático%2C%20a%20Zona,e%20DINIZ%20(2005%2C%20p.%209348)%20dizem%20que). Acesso em: 5 jan. 2026.

SOARES, Michellia Pereira *et al.* Composição florística do estrato arbóreo de floresta Atlântica Interiorana em Araponga - Minas Gerais. **Revista Árvore**, Viçosa, v. 30, n. 5, out. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rarv/a/BGDm83CzgmPB65H3sg5Hzxh/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 5 jan. 2026.

VALE. **Instituto Cultural Vale**. [S.l.: s.n.], 2026. Disponível em: <https://institutoculturalvale.org/>. Acesso em: 26 mar. 2026.

## APÊNDICE: TABELAS DE METAS, AÇÕES, INDICADORES, RESPONSÁVEIS E PRAZOS DE CADA SECRETARIA MUNICIPAL E DIVISÃO ADMINISTRATIVA

### 1 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

META	AÇÃO	DESCRIÇÃO	INDICADOR	RESPONSÁVEL	INÍCIO	FIM	OBSERVAÇÕES
Conclusão de obras e operacionalização das creches municipais	Finalizar as obras.	Término da construção do prédio que irão receber o ensino infantil de 0 a 3 anos na sede municipal e no Distrito de Estevão de Araújo	Obra entregue	Secretário	Fevereiro de 2026	Agosto de 2026	
	Adquirir os equipamentos e mobiliários necessários.	Aquisição dos equipamentos e suportes para a operacionalização plena das atividades previstas de serem realizadas nas creches.	Equipamentos comprados	Secretário			
	Alinhar com a secretaria de educação	Proceder com os trâmites necessários para a implementação do serviço de educação infantil de 0 a 3 anos com a secretaria estadual e com o ministério da educação.	Autorização e liberação de recursos para funcionamento	Secretário			
	Contratação de pessoal	Organização da contratação de pessoal e a efetivação operacionalização do serviço de creche para a sociedade.	Realização da reunião	Secretário			
Estudo de viabilidade do novo pátio da secretaria de transporte	Identificar as necessidades de infraestrutura do novo pátio	Pátio, garagem, oficina, prédio, salas, banheiros	Lista das necessidades	Secretário	Julho de 2026	Outubro de 2026	
	Avaliar com engenheiro da prefeitura os requisitos para suprir essas necessidades	Área adequada, localização, padrão construtivo, requisitos de segurança e de meio ambiente	Lista das exigências da obra	Secretário			
	Estimar custo de mão de obra, equipamentos e materiais para a construção com o engenheiro	Relação do custo total da obra e dos equipamentos a serem disponibilizados no novo pátio.	Estimativa de custo	Secretário			
	Apresentar prévia do custo para avaliação do gabinete	Apresentação da estimativa de custos do projeto ao gabinete, permitindo análise e tomada de decisão sobre a continuidade e prioridades da obra	Realização da reunião	Secretário			
Revisão do processo licitatório para evitar interrupção de serviços	Instituir um Calendário de Antecedência para contratos essenciais	Esta etapa consiste na criação de um cronograma de controle que dispara alertas automáticos ou manuais 180 dias antes do vencimento de contratos fundamentais. O objetivo é garantir tempo hábil para a montagem de novos processos sem que o serviço seja interrompido.	Cronograma de vencimentos e alertas.	Secretário	Contínuo		
	Mapear os serviços críticos que não podem sofrer solução de continuidade	Este procedimento envolve a identificação de serviços vitais como limpeza pública, merenda escolar, manutenção de frota e coleta de lixo. Ao listar essas prioridades, a administração consegue focar esforços para que esses contratos nunca fiquem sem cobertura legal.	Lista de serviços essenciais.	Secretário			
	Padronizar termos de referência e editais	Esta fase trata da criação de modelos fixos de documentos para as compras e contratações mais comuns. A padronização ajuda a reduzir erros técnicos cometidos pelas secretarias e diminui a quantidade de recursos ou contestações feitas por empresas participantes.	Modelos padronizados.	Secretário			
	Criar um fluxo de "Checklist de Instrução" para documentação	Esta atividade foca na implementação de uma lista de conferência obrigatória que deve acompanhar todo pedido de compra. Isso garante que o processo só avance quando estiver com todos os documentos necessários, evitando idas e vindas de papéis.	Ficha de checklist de processos.	Secretário			
	Implementar reuniões de alinhamento trimestrais entre os setores	Esta etapa final consiste na realização de encontros periódicos entre quem pede o serviço e quem faz a licitação. As reuniões servem para ajustar o planejamento e resolver gargalos de comunicação antes que os prazos se tornem críticos.	Ata de reunião trimestral.	Secretário			
Varredura e captação de recursos via editais e convênios	Criar uma Matriz de Prioridades baseada nos gargalos e potenciais	Esta etapa consiste na definição de quais áreas do município precisam de investimento imediato para resolver problemas, como a evasão escolar, e quais áreas podem gerar crescimento, como o setor do café e o turismo. Essa organização ajuda a direcionar os esforços de captação para o que é mais estratégico.	Tabela de prioridades de investimento.	Secretário	Fevereiro de 2026	Agosto de 2026	O ideal é que a pasta se utilize do serviço da empresa terceirizada de forma contínua, de modo a melhorar a captação de verbas para o município
	Monitorar semanalmente as plataformas de captação	Este procedimento envolve a verificação regular de portais de convênios, como o Transferegov, além de fundos estaduais e editais de bancos como o BNDES. O foco é identificar janelas de oportunidade para o envio de propostas assim que os recursos forem anunciados.	Relatório de monitoramento de editais.	Secretário			
	Elaborar um portfólio de "Projetos de Prateleira"	Esta fase trata da criação de projetos básicos e propostas padronizadas que ficam prontas para uso. Ter esses documentos guardados permite que a prefeitura responda rapidamente a novos editais que tenham prazos curtos de inscrição, adaptando apenas os detalhes específicos.	Pasta de projetos base.	Secretário			
	Estabelecer fluxo de comunicação mensal com a empresa de consultoria para envio de oportunidades	Esta atividade foca na organização de uma rotina de contato com a empresa de consultoria contratada pela prefeitura. O objetivo é garantir que as oportunidades filtradas por eles sejam analisadas pela gestão todo mês, evitando o acúmulo de demandas e a perda de prazos.	Registro de reuniões/contatos na frequência estabelecida.	Secretário			

## 2 SECRETARIA DE AGRICULTURA – DIVISÃO DE AGRICULTURA (1ª parte)

META	AÇÃO	DESCRIÇÃO	INDICADOR	RESPONSÁVEL	INÍCIO	FIM	SUGESTÕES
Ação de fortalecimento da participação dos produtores de café em eventos	Listar os eventos de café relevantes para a participação dos produtores	Busca ativa dos principais eventos da cadeia produtiva do Café, como a Semana Internacional do Café (SIC) em Belo Horizonte e a Semana do Fazendeiro em Viçosa.	Lista de eventos	Secretário	Fevereiro de 2026	Dezembro de 2026	
	Verificar o custo de participação	Contato com os produtores dos eventos e verificação dos preços para se tornar expositor em cada um dos eventos. Estimativa de custo da viagem e hospedagem.	Estimativa de custo	Secretário			
	Buscar interessados e parcerias	Lista de produtores interessados em ter o café exposto. Estabelecer cotas de participação. Dimensionamento do stand.	Lista de interessados	Secretário			
	Alinhar com o setor orçamentário e o gabinete da prefeitura	Diálogo com o setor financeiro e político para a disponibilização da verba para a efetiva implementação.	Previsão orçamentária	Secretário			
	Participação do evento	Avaliar o custo-benefício da participação em termos de negócios concretizados. Aproveitar esses eventos para mostrar aos produtores a importância central que as associações desempenham na economia cafeeira.	Registro de participação	Participantes			
Adesão ao Programa Estadual de Regularização Fundiária Rural	Verificar as condições para a adesão ao programa	O programa funciona por edital, portanto os municípios selecionados devem apresentar uma série de documentos.	Lista de requisitos.	Secretário	Fevereiro de 2026	Depende de abertura de novo edital	Verificar a data de abertura de edital. Ano passado ocorreu no primeiro semestre.
	Manifestar interesse junto à Emater	Verificar se a lista de requisitos é suficientes e questionar sobre a data de abertura do novo edital. A notícia de assinatura de novo contrato com os municípios foi de junho de 2026.	Reunião com o representante da Emater.	Secretário			
	Participar do edital do Programa de Realização Fundiária	Submeter toda a documentação necessária no tempo correto	Submissão da candidatura do município	Secretário			
	Aderir ao projeto ou verificar as falhas da candidatura	Em caso positivo, aderir ao projeto e prestar todas as facilidades para a execução do trabalho do governo estadual. Em caso negativo, verificar as falhas e pontos de melhoria para uma nova candidatura.	Assinatura do Contrato de Cooperação Técnica	Secretário			
Campanha de boas práticas agrícolas	Definir objetivos das campanhas	Escolha dos temas de boas práticas agrícolas que serão abordados, como agroecologia, manejo do solo, uso correto de insumos, colheita e pós-colheita	Objetivos definidos	Secretário	Fevereiro de 2026	Fevereiro de 2027	
	Organizar e reunir boas práticas com base em orientações de instituições reconhecidas	Listagem de boas práticas indicadas por instituições de referência (Ministério da Agricultura, Embrapa, Emater, Universidades)	Lista de boas práticas	Secretário			
	Consultar Emater sobre o conteúdo reunido	Análise do conteúdo junto à Emater, considerando a realidade local	Lista de boas práticas revisada	Secretário			
	Produzir material em formato de cartilha e roteiro para rádio	Produção de cartilha informativa e roteiros simples para divulgação em rádio, com mensagens curtas, objetivas e linguagem acessível aos produtores	Cartilha e programa na rádio	Secretário			
	Publicar nas redes sociais, no site da prefeitura e divulgar na rádio	Divulgação do material nos canais oficiais do município, incluindo redes sociais, site da prefeitura e rádio local	Material de divulgação	Secretário			
Estudo da viabilidade do serviço de inspeção municipal	Estudar os requisitos de implementação do SIM	Verificação da documentação, da estrutura mínima e de profissionais especializados. Deve-se investigar se existe ou seria pertinente realizar um consórcio intermunicipal para a implementação do SIM. Verificar as condições de adesão ao SISBI-POA e SISBI-POV para que os alimentos e produtos inspecionados possam ter comercialização nacional.	Lista de requisitos	Secretário	Março de 2026	Março de 2027	
	Estimar os custos de implementação do SIM	Relação de custos para operacionalizar o SIM.	Orçamento	Secretário			
	Alinhar com o setor orçamentário e o gabinete da prefeitura	Diálogo com o setor financeiro e político para saber se há disponibilidade da verba para a efetiva implementação.	Previsão orçamentária	Secretário			
	Propor o projeto de lei	Caso haja verba e interesse, o SIM é instituído por lei. Caberia à secretaria fazer o projeto de lei e ao prefeito apresentar na Câmara Municipal	Projeto de Lei	Secretário/ Prefeito			

### 3 SECRETARIA DE AGRICULTURA – DIVISÃO DE AGRICULTURA (2ª parte)

META	AÇÃO	DESCRIÇÃO	INDICADOR	RESPONSÁVEL	INÍCIO	FIM	SUGESTÕES
Estudo e implementação do projeto piloto de assistência técnica itinerante	Listar as necessidades para a implementação do projeto	Estrutura básica, público-alvo, tipo de produção a ser atendida, profissionais necessários, equipamentos e os respectivos custos. Busca por parcerias para exposição das manifestações culturais e do artesanato locais.	Lista de todos os itens, etapas e custos gerais do projeto	Secretário	Março de 2026	Março de 2027	
	Analisar parcerias com órgãos estaduais e universidades	Investigação sobre a possibilidade de convênios com a Emater, IMA, Epamig e com a universidade de Viçosa	Lista de instituições interessadas em participar do projeto	Secretário			
	Estabelecer um projeto piloto	Determinar uma localidade, número de produtores para o início do projeto de assistência técnica, estabelecer diálogo com a comunidade a ser atendida e um cronograma de trabalho	Plano piloto	Secretário			
	Alinhar com o setor orçamentário e o gabinete da prefeitura	Diálogo com o setor financeiro e político para a disponibilização da verba para a efetiva implementação.	Previsão orçamentária	Secretário			
	Executar o projeto piloto	Realização do plano piloto. Avaliação dos resultados, do retorno dos participantes e do interesse de produtores de outras localidades em receber o mesmo serviço	Relatório	Secretário			
Fortalecimento da Assistência Técnica da Festa do Café e do Agro	Listar principais problemas que necessitam de capacitações por parte dos produtores rurais, mobilizando as associações dos produtores do município	Listagem dos principais problemas relatados pelos produtores rurais. Definição do tema das ações/ palestras/ cursos dedicados à assistência técnica.	Lista dos principais problemas e sugestão dos temas	Secretário	Fevereiro de 2026	Setembro de 2027	Avaliar para 2027 se seria benéfico uma alteração de calendário da Festa para o primeiro semestre.
	Analisar infraestrutura, materiais e pessoal existentes e necessários para a realização das capacitações	Definição das necessidades para a implementação do evento. Estrutura dos stands, palco, espaço para produtores, os produtos e as empresas agrícolas.	Plano do evento	Secretário			
	Analisar junto do setor orçamentário e o gabinete do prefeito a disponibilidade do evento	Definição sobre o investimento e alinhamento sobre o perfil do evento.	Previsão orçamentária	Secretário			
	Divulgar programação nas redes informativas do município e junto das associações dos produtores do município	Divulgação do material nos canais oficiais do município, incluindo redes sociais, site da prefeitura e rádio local	Material de divulgação	Secretário			
	Avaliar desempenho do evento	Consultar diretamente os produtores rurais sobre a relevância da assistência técnica fornecida. Ex. Diálogo, questionário, caixa de sugestões	Relatório	Secretário			

#### 4 SECRETARIA DE AGRICULTURA – DIVISÃO DE MEIO AMBIENTE

META	AÇÃO	DESCRIÇÃO	INDICADOR	RESPONSÁVEL	INÍCIO	FIM	OBSERVAÇÕES
Diagnóstico do abastecimento de água e do esgotamento sanitário do município	Listar áreas atendidas e não atendidas por rede de água e de esgoto	Verificação das áreas atendidas e do funcionamento da ETE, sobretudo nas áreas rurais. Realizar convênio com o Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico da Zona da Mata de Minas Gerais - Cisab -, que realiza testes de água mais barato em parceria com a Universidade de Viçosa. Prever testes de nascentes. Utilizar a rede dos agentes de saúde para realizar a consulta domiciliar, por meio de um formulário.	Mapeamento	Chefe da divisão	Março de 2026	Março de 2027	Realizar parceria com secretaria de saúde para apoio por parte dos agentes de saúde
	Coletar dados sobre o abastecimento de água em todo o município	Levantamento das formas de abastecimento utilizadas como rede pública, poços artesanais (profundos), poços rasos e nascentes	Relatório parcial	Chefe da divisão			
	Coletar dados sobre o esgotamento sanitário em todo município	Identificação das formas utilizadas para o esgotamento sanitário (rede coletora, fossas, lançamento de esgoto sem tratamento, ausência de sistema)	Relatório parcial	Chefe da divisão			
	Classificar das formas de abastecimento de água e esgotamento sanitário em condições adequadas e inadequadas (Marco Legal do Saneamento Básico)	Formas de adequadas de abastecimento de água: rede de distribuição, poços artesanais (profundos) e captação de água de chuva (cisternas). Formas inadequadas de abastecimento de água: poços rasos, nascentes (demandam análise de água e tratamento). Formas adequadas de esgotamento sanitário: rede de coleta e tratamento e fossa séptica. Formas inadequadas de esgotamento sanitário: fossas rudimentares e descarte direto.	Áreas classificadas	Chefe da divisão			
	Consolidar das informações levantadas, com apresentação de alternativas viáveis voltadas aos problemas eventualmente identificados	Relatório da situação do abastecimento de água e do esgotamento sanitário no município	Relatório final	Chefe da divisão			
Estudo da viabilidade da terceirização da coleta de resíduos sólidos	Aplicar o custo da compra de um caminhão compactador ou de terceirização	Levantamento de preços das opções de caminhão, considerar a compra de um veículo seminovo em bom estado. Avaliar em paralelo a terceirização do serviço.	Relatório	Chefe da divisão	Março de 2026	Setembro de 2026	
	Avaliar um novo modelo ponto de coleta de lixo	Levantamento das alternativas e custos, como os ecopontos. Essa alteração se faz necessária em razão que os pontos de coleta do município são abertos, acessíveis a animais e pouco atrativos para as rotas turísticas.	Orçamento	Chefe da divisão			
	Alinhar com o setor orçamentário e com o gabinete a disponibilidade de recurso para implementação do projeto	Diálogo com o setor financeiro e político para a disponibilização da verba.	Previsão orçamentária	Secretário			
	Realizar gradualmente o projeto	O caminhão deve ser a prioridade da pasta, uma vez que pode permitir inclusive a melhora da rotina de coleta nas comunidades rurais. Os novos pontos de coleta podem ser repensados com maior prazo.	Novo serviço implementado	Secretário			
Projeto piloto para a implementação do Decreto Municipal nº 3.502/2023 - Projeto Águas Limpas	Escolher uma comunidade a ser atendida pelo projeto	Levantamento das possíveis comunidades a serem atendidas pelo projeto e escolha da área de implementação do projeto piloto	Relatório	Chefe da divisão	Março de 2027	Dezembro de 2027	
	Avaliar custo das alternativas disponíveis	Levantamento dos custos, equipamentos, pessoal e também do cronograma de trabalho para a execução do projeto	Orçamento	Chefe da divisão			
	Alinhar com o setor orçamentário e com o gabinete da prefeitura sobre a disponibilidade de recurso para implementação do projeto	Diálogo com o setor financeiro e gabinete do prefeito para a disponibilização da verba para a efetiva implementação.	Previsão orçamentária	Secretário			
	Executar o projeto	Implementação do projeto na comunidade selecionada	Obras concluídas	Secretário			
Ação de escuta das comunidades no processo de revisão do plano de manejo do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro	Fazer um cronograma de audiências públicas em todas as comunidades	Marcação de audiências com as comunidades e os sociais estabelecidos	Cronograma	Chefe da divisão	Fevereiro de 2026 (em andamento)	Depende do processo de revisão do plano de manejo conduzido pelo IEF	A população está preocupada com a possibilidade de redução da zona de amortecimento do parque (APA) e com as sondagens de pesquisa mineral.
	Registro das atas das reuniões	Registro das atas das reuniões, validadas e assinadas pelos participantes	Atas	Chefe da divisão			
	Lista das principais demandas da população de Araponga em relação ao novo plano de manejo	A partir das reuniões, estabelecer a lista de prioridades diante do conselho gestor do parque	Lista de prioridades	Chefe da divisão			
	Defender dos interesses da população na revisão do plano de manejo do parque	Apresentar a lista de lista de prioridades e defender os interesses locais diante do IEF e da gestão do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro	Participação no processo de revisão do parque	Conselho			
Estabelecimento da gestão e e revisão do plano de manejo da APA	Dimensionar o efetivo mínimo para implantar a gestão da APA	Levantamento de custos de pessoal e de infraestrutura, se for o caso	Orçamento	Chefe da divisão	Março de 2026	Dezembro de 2026	O prazo destina à implementação da gestão. Se forem necessárias obras, deve-se fazer novo dimensionamento. A revisão do plano de manejo acompanhará a revisão do plano de manejo do parque.
	Alinhar com o setor orçamentário e o gabinete da prefeitura sobre a disponibilidade de recurso para implementação da gestão da APA	Diálogo com o setor financeiro e político para a disponibilização da verba.	Previsão orçamentária	Secretário			
	Escutar a comunidade para o processo de revisão do plano de manejo da APA	Registro das atas das reuniões, validadas e assinadas pelos participantes	Atas das reuniões	Chefe da divisão			
	Revisar o plano de manejo da APA	Escrever e publicar o novo plano de manejo da APA, em alinhamento com a revisão do plano de manejo do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro	Novo plano de manejo	Chefe da divisão			

## 5 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

META	AÇÕES	DESCRIÇÃO	INDICADORES	RESPONSÁVEL	INÍCIO	FIM	OBSERVAÇÕES
Diagnóstico das Vulnerabilidades do Município	Ordenar as vulnerabilidades mais recorrentes registradas no município na área de assistência social	Classificação das situações de risco e vulnerabilidade social mais frequentes, utilizando os dados dos sistemas de informação da assistência para estabelecer uma hierarquia de prioridades no atendimento.	Lista com vulnerabilidades ordenadas	Secretário	Março de 2026	Setembro de 2026	
	Mapear as zonas de concentração	Identificação dos bairros ou regiões onde as vulnerabilidades ocorrem com mais frequência, permitindo visualizar as áreas da cidade que demandam maior atenção das equipes.	Lista das zonas de concentração	Secretário			
	Analisar os períodos de maior frequência, se for o caso	observação da sazonalidade dos problemas sociais, verificando se existem épocas do ano em que determinadas vulnerabilidades aumentam, como em períodos de frio ou de colheita	Relatório de períodos de risco.	Secretário			
	Construir o perfil populacional de cada vulnerabilidade	Detalhamento das características das pessoas atingidas, analisando dados como composição familiar, faixa etária, gênero e renda para entender quem é o público mais exposto a cada risco.	Lista de perfis de público.	Secretário			
	Detalhar elementos presentes nas 3 variáveis: zona, período e perfil	Cruzamento das informações de local, tempo e tipo de pessoa para compreender em quais situações específicas as vulnerabilidades se manifestam no município.	Quadro resumo da situação social.	Secretário			
	Listar estratégias existentes para intervenção dessas vulnerabilidades	Levantamento de programas, benefícios e modelos de serviços já existentes (sejam federais, estaduais ou de outros municípios) que podem ser adaptados para enfrentar os problemas identificados.	Lista de soluções existentes	Secretário			
	Planejar campanhas preventivas específicas direcionadas às vulnerabilidades mais recorrentes	Elaboração de ações de conscientização e busca ativa focadas nos problemas mais graves, desenhando mensagens e abordagens simples para o público prioritário.	Cronograma de campanhas.	Secretário			
Estruturação do grupo de acolhimento de mães de filhos em condição neurodivergente	Estimar número de pessoas que serão atendidas ao iniciar o projeto	Levantamento prévio de quantas mães residentes no município possuem filhos com diagnóstico de neurodivergência.	Lista de estimativa de público.	Secretário	Março de 2026		O início do projeto está vinculado ao início das atividades do Centro de Referência ao Autista.
	Listar as atividades e os serviços pretendidos de serem desenvolvidos	Detalhamento do que será feito nos encontros, definindo se o foco será em rodas de conversa, orientações psicológicas ou atividades de integração social voltadas ao suporte emocional dessas mães.	Roteiro de atividades e serviços.	Secretário			
	Planejar o cronograma dos encontros	Organização de um calendário fixo com as datas, horários e locais onde o grupo irá se reunir.	Calendário de encontros.	Secretário			
	Avaliar os recursos necessários e os existentes, considerando possíveis parcerias	Verificação de espaços físicos, materiais de apoio e lanches, além da busca por profissionais voluntários ou entidades parceiras que possam colaborar com a mediação do grupo sem custos extras.	Relação de recursos e parcerias.	Secretário			
	Alinhar os custos das oficinas com a Prefeitura	Apresentação dos gastos previstos para o setor financeiro ou para o gabinete, assegurando que o município tenha verba disponível para garantir a continuidade das reuniões e o fornecimento de materiais básicos.	Relatório completo, inclusive com os custos	Secretário			
Estudo para criação do ILPI	Levantar a demanda e o perfil dos idosos em situação de vulnerabilidade no município	Coleta de dados junto aos cadastros sociais e de saúde para identificar quantos idosos necessitam de acolhimento integral, analisando também o grau de dependência e as condições de risco social de cada um.	Lista de demanda e perfis.	Secretário	Março de 2026	Setembro de 2026	
	Mapear os serviços e alternativas existentes de atendimento ao idoso no município e região	Identificação de asilos, casas de repouso, centros-dia ou programas de apoio que já funcionam na cidade ou em municípios vizinhos, verificando se essas opções conseguem suprir a necessidade atual.	Relação de serviços existentes.	Secretário			
	Analisar os requisitos legais, estruturais e operacionais para implantação de uma ILPI	Estudo das normas de funcionamento para que uma instituição de longa permanência seja autorizada a operar.	Resumo de exigências legais.	Secretário			
	Avaliar os custos de implantação e manutenção da ILPI, considerando possíveis fontes de financiamento	Cálculo dos investimentos para reforma ou construção do local e dos gastos mensais com funcionários, alimentação e remédios, buscando também identificar verbas estaduais, federais ou doações que possam ajudar.	Planilha de custos e fontes de recursos.	Secretário			
	Apresentar o estudo técnico à Prefeitura para avaliação	Alinhamento com o gabinete do prefeito, permitindo que a gestão tome a decisão sobre a viabilidade política e financeira de abrir e manter a ILPI no município.	Relatório completo, com custos	Secretário			
Implementação das oficinas/grupos sociais	Identificar o público-alvo das oficinas sociais	Definição de quem são as pessoas prioritárias para participar das atividades, levando em conta critérios como idade, renda ou o fato de já serem acompanhadas pelos serviços da assistência municipal.	Lista de público prioritário.	Secretário	Fevereiro de 2026	Julho de 2026	
	Definir os tipos de oficinas a serem ofertadas	Escolha definitiva das oficinas que serão abertas, cruzando o que a população deseja com aquilo que a prefeitura tem condições reais de oferecer no momento.	Lista de oficinas definidas.	Secretário			
	Avaliar os recursos necessários e os existentes, considerando possíveis parcerias	Verificação de materiais, ferramentas e espaços físicos que a prefeitura já possui, além de buscar parceiros ou voluntários que possam colaborar com a execução das aulas.	Relatório de recursos e parceiros.	Secretário			
	Planejar o cronograma das oficinas sociais	Organização de um calendário com as datas, horários e locais de cada encontro, garantindo que a programação seja clara tanto para os instrutores quanto para os alunos.	Calendário de atividades.	Secretário			
	Alinhar os custos das oficinas com a Prefeitura	Apresentação dos gastos previstos com materiais e pessoal para o setor financeiro ou gabinete, buscando assegurar que haja recurso disponível para manter as oficinas até o fim.	Relatório completo com custos e cronograma	Secretário			

## 6 SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER – DIVISÃO DE CULTURA

META	AÇÃO	DESCRIÇÃO	INDICADOR	RESPONSÁVEL	INÍCIO	FIM	OBSERVAÇÕES
Implantar um calendário de eventos culturais	Listar os eventos culturais que acontecem no município	Elencar os eventos, com a respectiva época do ano em que acontecem.	Lista	Chefe da divisão	Contínuo		Não foram pactuados prazos em razão da ausência de chefe de divisão e de secretário. A pasta da cultura demanda atenção urgente da gestão municipal.
	Identificar os eventos culturais tradicionais que precisam de uma política de resgate, preservação e salvaguarda	Mapear eventos culturais de interesse, que envolvam a comunidade e estejam envolvidos na preservação da memória e da identidade de Araponga, e suas respectivas épocas em que acontecem	Lista	Chefe da divisão			
	Criar um calendário de eventos culturais municipal		Calendário	Chefe da divisão			
	Estabelecer uma política de fomento de atividades culturais a serem atendidas pelo município	Valorização dos eventos tradicionais e prestação de suporte logístico e financeiro para a realização das atividades.	Orçamento	Chefe da divisão			
	Alinhar com o setor orçamentário a disponibilidade de recurso para implementação do projeto	Diálogo com o setor financeiro e gabinete do prefeito para a disponibilização da verba para a efetiva implementação.	Previsão orçamentária	Chefe da divisão			
	Divulgação do calendário oficial de eventos do município	Criação de material de divulgação nas redes digitais e na rádio. Pode-se pensar em uma divulgação trimestral dos eventos.	Material de divulgação	Chefe da divisão			
Implementação das parcerias público-privadas para o fortalecimento das manifestações culturais	Mapear as demandas por parte das comunidades	Esta etapa consiste em ouvir os grupos culturais e associações para entender o que eles mais precisam (ex: materiais, espaço físico, apoio para eventos), garantindo que as parcerias busquem resolver problemas reais.	Lista de necessidades da comunidade.	Chefe da divisão			Não foram pactuados prazos em razão da ausência de chefe de divisão e de secretário. A pasta da cultura demanda atenção urgente da gestão municipal.
	Dialogar com entidades do 3º setor sobre parcerias	Este procedimento envolve reuniões com ONGs, associações, intitutos e fundações para verificar o interesse dessas entidades em colaborar com a cultura local, seja através de recursos ou de trabalho técnico.	Ata de reuniões com entidades.	Chefe da divisão			
	Construir edital	Esta fase trata da redação das regras para que as entidades possam se candidatar à parceria. O foco é criar um documento simples que defina o que a prefeitura oferece e o que o parceiro deve realizar.	Minuta do edital pronta.	Chefe da divisão			
	Publicar edital de construção de parcerias	Esta atividade foca na divulgação oficial do documento nos canais da prefeitura (site, mural e rádio), abrindo o prazo para que as empresas e entidades interessadas apresentem suas propostas.	Protocolo de publicação do edital.	Chefe da divisão			
	Executar programas com parceiros	Esta etapa final marca o início das atividades práticas em conjunto com as entidades que foram selecionadas, realizando os projetos culturais com o apoio dos parceiros.	Relatório de atividades realizadas.	Chefe da divisão			
Plano de valorização da cultura Puri	Mapear as expressões culturais dos povos Puri	Realização de busca ativa e cadastramento de agentes culturais, artesãos, detentores de saberes tradicionais e manifestações artísticas vinculadas à identidade Puri no território municipal. Realizar diálogo propositivo com o Movimento de Ressurgência Puri.	Lista de agentes e artesãos cadastrados	Chefe da divisão			Não foram pactuados prazos em razão da ausência de chefe de divisão e de secretário. A pasta da cultura demanda atenção urgente da gestão municipal.
	Documentar história oral da etnia	Criação de um acervo audiovisual e textual contendo relatos dos anciãos e membros da comunidade sobre suas trajetórias, mitos, línguas e memórias ancestrais.	Processo de registro de patrimônio	Chefe da divisão			
	Verificar o enquadramento de elementos (saberes e práticas) culturais dos povos Puri para patrimonialização imaterial municipal	Análise dos elementos culturais dos povos Puris passíveis de serem oficializados via lei como patrimônio cultural imaterial do município, avaliando a relevância dos elementos para a representatividade de Araponga. Outro objetivo: icoms cultural.	Lista de elementos culturais analisados com suas justificativas	Chefe da divisão			
	Institucionalizar no município o dia de valorização da cultura Puri	Proposição da lei para encaminhamento por parte do prefeito à câmara de vereadores do município criando a data comemorativa de modo a servir futuramente para centralização de eventos principais de fim celebrativo da cultura e presença da etnia no território de Araponga.	Projeto de lei	Chefe da divisão			
	Publicar reconhecimento da cultura e história Puri nas redes informativas da prefeitura	Difusão institucional do patrimônio Puri através dos canais oficiais da Prefeitura (site (seção específica dentro da secretaria de cultura), Instagram etc).	Publicação nas redes informativas	Chefe da divisão			

## 7 SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER – DIVISÃO DE TURISMO

META	AÇÃO	DESCRIÇÃO	INDICADOR	RESPONSÁVEL	INÍCIO	FIM	OBSERVAÇÕES
Criação de roteiros e guias turísticos	Realizar inventário dos pontos turísticos	Listagem detalhada de todos os pontos turísticos naturais e históricos do município. O objetivo é criar uma base de dados atualizada que sirva de referência para todas as demais ações de promoção do turismo local.	Lista dos pontos turísticos.	Chefe da divisão	Abril de 2026	Outubro de 2026	
	Definir temas para os roteiros	Organização dos pontos turísticos em grupos temáticos, como a Rota das Cachoeiras, a Rota Histórica, a Rota do Café ou Rota de Saberes e Conhecimento Tradicionais (Turismo comunitário) sendo fundamental incluir pontos de parada (restaurantes, bares, cafeterias etc) e de hospedagem.	Roteiros definidos.	Chefe da divisão			
	Elaborar os guias turísticos a partir dos roteiros definidos	Reunião de informações práticas indispensáveis para o turista que percorrerá cada trajeto. Inclui dados como equipamentos necessários, distância total, pontos de descanso, locais para hidratação e o nível de dificuldade de cada percurso.	Guias elaborados.	Chefe da divisão			
	Publicar roteiros com os guias nas redes informativas da prefeitura	Divulgação dos materiais produzidos nos canais oficiais, como o site da prefeitura e as redes sociais voltadas ao turismo. O foco é tornar as informações acessíveis ao público de forma direta e atrativa.	Protocolo de publicação.	Chefe da divisão			
Estruturar um centro de atendimento ao turista	Identificar imóveis públicos ou locais de grande fluxo para a instalação	Esta etapa consiste na listagem de prédios da prefeitura que estejam sem uso ou na identificação de pontos estratégicos, como praças centrais ou portais de entrada, que facilitem o acesso do turista logo na sua chegada ao município.	Lista de possíveis locais.	Chefe da divisão	Março de 2026	Julho de 2027	
	Levantar custos de reforma, mobiliário e equipamentos de informática	Este procedimento envolve o orçamento de todos os gastos necessários para adequar o espaço físico, incluindo a compra de balcão de atendimento, móveis para a área de espera e computadores para a gestão dos dados turísticos.	Estimativa de custo.	Chefe da divisão			
	Definir o quadro de pessoal e horários de funcionamento, considerando parcerias	Esta fase trata do planejamento da escala de trabalho focada nos períodos de maior movimento, como finais de semana e feriados, além de avaliar possíveis convênios com associações locais ou estagiários para reduzir custos de pessoal.	Plano de Operação e Escala.	Chefe da divisão			
	Estipular os serviços oferecidos e seus custos	Esta atividade foca na listagem do que o centro entregará ao público, como mapas e agendamento de passeios, além do cálculo do custo fixo mensal necessário para manter esses serviços ativos e a estrutura funcionando.	Catálogo de Serviços e Custo de Manutenção.	Chefe da divisão			
	Alinhar com o setor orçamentário e o gabinete da prefeitura	Esta etapa compreende a apresentação do projeto completo para os setores financeiro e político do município, visando garantir a reserva da verba necessária e obter a autorização final para o início dos investimentos.	Parecer de autorização do Gabinete.	Secretário da pasta			
Estudo de viabilidade do projeto escolar "Conhecendo a minha casa"	Definir o público-alvo	Esta etapa consiste na escolha de quais alunos participarão das visitas aos pontos turísticos do município, decidindo se o projeto abrangerá apenas algumas séries específicas ou se será estendido a todas as turmas da rede municipal.	Lista de turmas participantes.	Chefe da divisão	Fevereiro de 2026	Março de 2026	
	Calcular custos logísticos	Levantamento detalhado de todos os gastos necessários para levar os alunos aos locais, incluindo o valor do transporte escolar, a alimentação durante o percurso e o custo dos seguros de viagem obrigatórios.	Planilha de custos logísticos.	Chefe da divisão			
	Avaliar com a secretaria de educação a disponibilidade de calendário e parceria com os professores	Alinhamento com a equipe pedagógica para verificar em quais datas as viagens não atrapalham as aulas e para garantir que os professores estejam engajados em conectar o passeio ao conteúdo ensinado em sala.	Cronograma de visitas aprovado.	Chefe da divisão			
	Registro da programação prévia para professores e alunos	Criação de um roteiro que explique o que será visto em cada local, servindo como um guia para que os professores preparem os alunos e para que todos saibam exatamente como será o dia da visita.	Roteiro pedagógico do projeto.	Chefe da divisão			
Executar intervenções prioritárias na infraestrutura dos pontos turísticos	Avaliar a infraestrutura dos pontos turísticos	Estado atual de conservação das trilhas, acessos de veículos e áreas de banho, identificando pontos críticos de erosão, queda de pedras ou vegetação obstruída.	Relatório de vistorias (com fotos).	Chefe da divisão	Março de 2026	Dezembro de 2026	
	Listar as necessidades de acessibilidade e segurança	Locais que exigem intervenções mínimas para circulação, como instalação de degraus rústicos, corrimãos em trechos íngremes, limpeza de caminhos e sinalização de perigo (áreas fundas ou pedras escorregadias).	Lista de materiais e reparos necessários.	Chefe da divisão			
	Estimar os custos das intervenções	Elaboração dos orçamentos detalhados (planilhas de custos) com base nos preços de mercado para materiais e mão de obra necessários.	Planilha de orçamentos.	Chefe da divisão			
	Alinhar com o setor orçamentário e a prefeitura	Viabilidade financeira para pequenas reformas em termos de custo, mas prioritárias e de grande impacto	Tabela de custo aprovada.	Secretário da pasta			
	Realizar as intervenções	Execução dos reparos e instalações planejados, utilizando técnicas de baixo impacto ambiental para melhorar o acesso e a experiência do visitante sem descaracterizar a natureza.	Relatório fotográfico do "antes e depois".	Chefe da divisão			
Implantação de sinalização turística	Listar os locais que necessitam de placas indicativas	Identificação de pontos estratégicos, como esquinas e trevos, onde as placas de direção devem ser instaladas.	Relação dos locais.	Chefe da divisão	Março de 2026	Março de 2027	
	Elaborar o projeto visual	Criação do layout das placas, definindo o tamanho das letras, as cores e os ícones que serão utilizados. O foco é garantir que a sinalização seja padronizada e de fácil leitura para motoristas e pedestres.	Projeto visual das placas.	Chefe da divisão			
	Buscar parcerias com empreendimentos locais para redução de custo	Busca por apoio junto a empresas e comércios da região para viabilizar a publicidade visual nas placas. Essa cooperação visa diminuir os gastos diretos da prefeitura com a fabricação da sinalização por meio de patrocínios.	Lista de parcerias.	Chefe da divisão			
	Alinhar com o setor orçamentário e gabinete sobre disponibilidade da verba necessária	Apresentação do custo final do projeto ao setor financeiro e ao gabinete, já considerando as parcerias obtidas. Busca-se verificar se existe recurso disponível para cobrir o valor restante e obter a autorização para prosseguir.	Tabela de custo aprovada.	Secretário			
	Abrir processo de licitação para fabricação das placas	Trâmites administrativos para contratar a empresa que irá produzir as placas conforme o projeto visual aprovado. Envolve a elaboração do documento com as especificações técnicas para garantir a qualidade do material.	Edital de licitação ou Ordem de compra.	Chefe da divisão			
	Coordenar a instalação das placas junto à Secretaria de Obras e parceiros	Organização logística para fixar as placas nos locais mapeados anteriormente. O trabalho é feito em conjunto com a equipe de obras e os parceiros para garantir que a instalação seja feita de forma segura e visível.	Relatório de instalação concluída.	Chefe da divisão			

## 8 SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER – DIVISÃO DE ESPORTES

META	AÇÃO	DESCRIÇÃO	INDICADORES	RESPONSÁVEL	INÍCIO	FIM	OBSERVAÇÕES
Desenvolvimento do calendário anual e programação das atividades da divisão de esportes	Mapear eventos e atividades esportivas do município do ano corrente por comunidade	Listagem de todas as atividades desportivas do ano em cada comunidade do município.	Lista de eventos e atividades	Chefe da divisão	Março de 2026	Abril de 2026	Programação de atividades é divulgação mensal. Calendários dos próximos eventos, divulgação apenas dos eventos garantidos.
	Categorizá-los em eventos recorrentes e eventos anuais	Separação dos eventos contínuos de programação semanal ou mensal dos eventos semestrais.	Lista de eventos categorizados	Chefe da divisão			
	Realização de alinhamento do calendário com o secretário da pasta	Validação da programação mensal e do calendário anual com o secretário.	Calendário aprovado pelo secretário	Chefe da divisão			
	Realização de alinhamento com o gabinete sobre o calendário aprovado pelo secretário	Validação com o Prefeito sobre os eventos e atividades aprovados pelo secretário.	Calendário aprovado pelo prefeito	Secretário			
	Publicação do calendário oficial da divisão de esportes nas redes informativas da prefeitura	Divulgação da programação e das datas oficiais nas redes sociais, na rádio e no site da prefeitura.	Publicação nas redes informativas	Secretário			
Estudo de viabilidade da expansão dos projetos esportivos para a zona rural	Mapear projetos esportivos em curso em todo o município	Listagem de todos os projetos esportivos que já estão funcionando no município.	Lista de projetos esportivos	Chefe da divisão	Agosto de 2026	Dezembro de 2026	
	Identificar áreas não atendidas pelos projetos em curso	Identificação das comunidades sem acesso às atividades de esporte.	Lista de áreas não atendidas	Chefe da divisão			
	Avaliar junto à comunidade da área quais projetos são mais adequados	Diálogo com os moradores para saber que tipo de atividade esportiva eles realmente querem ou precisam.	Definição dos projetos a serem implementados	Chefe da divisão			
	Analisar infraestrutura, materiais e pessoal existentes e necessários para a realização dos projetos	Verificação do que já se tem e o que falta de quadras, equipamentos esportivos, materiais e professores para os projetos.	Estimativa de custo	Chefe da divisão			
	analisar necessidade de transporte da população participante para o local de prática	Checar se os usuários vão precisar de ônibus ou vans para chegar até o local das atividades.	Estimativa de nº de automóveis necessários	Chefe da divisão			
	Avaliar junto ao setor orçamentário a disponibilidade de recurso para implementação dos projetos	Consulta ao setor financeiro para saber se existe dinheiro disponível para tirar os projetos do papel.	Previsão orçamentária	Chefe da divisão			
	Realização de alinhamento com o gabinete sobre o projeto aprovado pelo secretário	Apresentação do plano para aprovação do Prefeito.	Projeto aprovado pelo prefeito	Secretário			
Estudo de viabilidade de implementação da corrida de rua do município	Realizar consultas com outras prefeituras e organizações sobre experiências de corridas em condições similares	Pesquisa sobre como outros municípios organizaram corridas parecidas.	Relatório de experiências similares na região	Chefe da divisão	Março de 2026	Julho de 2026	
	Listar grupos e comunidades de interesse	Cadastro de corredores, grupos de corrida existentes e moradores que querem participar da corrida.	Definição de público alvo	Chefe da divisão			
	Analisar período mais adequado para realização	Escolha da melhor data e horário, considerando o clima e outros eventos no município.	Definição da data de realização	Chefe da divisão			
	Definir percurso e analisar infraestrutura, materiais e pessoal necessários e existentes, avaliando possíveis parcerias	Desenho do trajeto e levantamento de material, equipe e parceiros para garantir a segurança e bem-estar dos participantes.	Estimativa de custo	Chefe da divisão			
	Avaliar junto ao setor orçamentário a disponibilidade de recurso para implementação	Verificação da verba disponível com o setor financeiro para cobrir os custos da corrida.	Previsão orçamentária	Chefe da divisão			
	Realização de alinhamento com o secretário da pasta	Reunião com o Secretário para aprovação do planejamento e da viabilidade.	Projeto aprovado pelo secretário	Chefe da divisão			
Realização de alinhamento com o gabinete sobre o projeto aprovado pelo secretário	Apresentação da proposta final para o Prefeito para autorização do evento.	Projeto aprovado pelo prefeito	Secretário				
Implementação do projeto de xadrez	Listar grupos e comunidades de interesse	Relação dos bairros, associações e pessoas interessadas em participar das atividades.	Determinação do público alvo	Chefe da divisão	Março de 2026	Abril de 2026	
	Analisar infraestrutura, materiais e pessoal necessários e existentes, avaliando possíveis parcerias	Levantamento do espaço físico, equipamentos e professores, além de possíveis parceiros para ajudar com os custos.	Estimativa de custo	Chefe da divisão			
	Alinhar com o setor orçamentário a disponibilidade de recurso para implementação do projeto	Diálogo com o setor financeiro para a disponibilização da verba para a efetiva implementação.	Previsão orçamentária	Chefe da divisão			
	Realização de alinhamento com o secretário da pasta e com a secretaria de assistência social	Reunião para validação dos detalhes técnicos e aprovação dos Secretários.	Projeto aprovado pelo secretário	Chefe da divisão			
	Realização de alinhamento com o gabinete sobre o projeto aprovado pelo secretário	Apresentação final da proposta para o Prefeito.	Projeto aprovado pelo prefeito	Secretário			
Execução do projeto	Início do projeto com registros das atividades sendo realizadas	Fotos, vídeos e publicações	Chefe da divisão				
Implementação do torneio regional de futebol	Listar parcerias e grupos de interesse	Contato com as empresas locais, investigação do interesse em cotas de participação de publicidade	Lista de parcerias	Chefe da divisão	Maio de 2026	Agosto de 2026	
	Contato com os times da região	Diálogo com os times para verificação do interesse de participação no torneio	Lista de times	Chefe da divisão			
	Analisar período mais adequado para a realização do torneio	Definição do calendário	Cronograma das partidas	Chefe da divisão			
	Definir os custos do torneio, considerando parcerias	Estrutura, publicidade, arbitragem, segurança e alimentação	Estimativa de custo	Chefe da divisão			
	Alinhar com o setor orçamentário a disponibilidade de recurso para implementação do projeto	Diálogo com o setor financeiro para a disponibilização da verba para a efetiva implementação.	Previsão orçamentária	Chefe da divisão			
	Realização de alinhamento com o secretário da pasta	Reunião para a validação com o Secretário.	Projeto aprovado pelo secretário	Chefe da divisão			
	Realização de alinhamento do gabinete da Prefeitura	Apresentação final da proposta para o Prefeito.	Projeto aprovado pelo prefeito	Secretário			

## 9 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (1ª parte)

META	AÇÃO	DESCRIÇÃO	INDICADOR	RESPONSÁVEL	INÍCIO	FIM	OBSERVAÇÕES
Ampliar a alfabetização de jovens, adultos e idosos no município por meio do Programa Brasil Alfabetizado (PBA)	Conhecer as orientações do Programa Brasil Alfabetizado	Leitura e compreensão das orientações, critérios e responsabilidades do programa para apoiar o planejamento das ações de alfabetização	Documento síntese com orientações e critérios do Programa Brasil Alfabetizado	Secretário	Fevereiro de 2026	Agosto de 2026	
	Mapeamento do público não alfabetizado	Levantamento do público jovem, adulto e idoso que não domina a leitura e a escrita no município, em articulação com a assistência social	Listagem do público jovem, adulto e idoso não alfabetizado no município	Secretário			
	Adesão ao Programa Brasil Alfabetizado	Adoção dos procedimentos necessários para a participação do município no Programa Brasil Alfabetizado junto aos órgãos federais	Protocolo ou comprovante de adesão do município ao programa	Secretário			
	Planejamento das ações de alfabetização no município	Organização das turmas, locais de funcionamento e público atendido, conforme as diretrizes do programa	Lista de turmas organizadas (local, horário e público atendido)	Secretário			
	Implantação das turmas de alfabetização	Execução das turmas de alfabetização em espaços acessíveis às comunidades	Registro de funcionamento das turmas de alfabetização	Secretário			
Articular expansão do EJA para a modalidade semi-presencial da rede estadual	Levantamento do público-alvo	Identificar jovens e adultos que podem se beneficiar do EJA presencial ou semi-presencial, identificando os que já concluíram a alfabetização e os que ainda precisam continuar os estudos	Lista do público potencial para o EJA	Secretário	Fevereiro de 2027	Novembro de 2026	
	Divulgar a possibilidade de participação no EJA	Informar à população sobre o programa, modalidades e requisitos, de forma geral, sem garantir turmas	Registro das ações de divulgação realizadas	Secretário			
	Registrar o interesse da população	Anotar quem deseja participar, para subsidiar futuras articulações com a rede estadual	Cadastro de interessados no EJA	Secretário			
	Articular com a rede estadual	Entrar em contato com a escola estadual ou secretaria estadual de educação para apresentar demanda e verificar possibilidades de atendimento	Registro de articulação com a rede estadual	Secretário			
	Acompanhar o andamento das negociações com a rede estadual	Mantém contato com a escola estadual para verificar abertura de turmas ou ajustes de oferta	Documento com os retornos da rede estadual sobre o EJA	Secretário			
Criação da Feira Municipal de Ciências e Cultura	Definir o formato e o tema da feira	Definir o objetivo da feira e o tema central, como sustentabilidade, história local ou cultura regional	Documento com objetivo e tema da feira	Secretário	Março de 2026	Outubro de 2026	
	Estabelecer regras e critérios de participação	Definir como as escolas irão participar, as categorias dos trabalhos e os critérios de avaliação	Regulamento da feira	Secretário			
	Definir data, local e estrutura do evento	Escolher a data e o local da feira (ex.: praça, ginásio ou escola) e organizar a estrutura necessária, como tendas, mesas e som	Registro de data, local e estrutura prevista	Secretário			
	Divulgar a feira e mobilizar a comunidade	Divulgar o evento nas escolas e nos canais do município, incentivando a participação da comunidade	Registro de divulgação	Secretário			
	Executar a feira conforme o planejamento definido	Esta fase final consiste na realização prática da primeira edição da feira, registrando o evento e a adesão.	Imagens da feira realizada	Secretário			
Estudo e diálogo com a rede estadual para avaliar a adequação do calendário escolar à realidade local	Levantar aspectos da realidade local que impactam o calendário escolar	Identificar situações do município que dificultam a presença dos alunos na escola em determinados períodos do ano, como épocas de maior trabalho das famílias ou condições climáticas	Relatório da realidade local	Secretário	Fevereiro de 2026	Novembro de 2026	Prazo longo, pois é muito imprevisível a participação de outros atores
	Analisar dados de frequência e evasão escolar	Verificar em quais períodos do ano há maior número de faltas ou abandono escolar	Lista de dados de frequência e evasão escolar	Secretário			
	Organizar as informações em estudo técnico	Reunir os dados levantados em um documento simples para apoiar o diálogo com a rede estadual	Estudo técnico consolidado	Secretário			
	Dialogar com a rede estadual de ensino	Apresentar o estudo e discutir, de forma conjunta, a possibilidade de ajustes no calendário escolar	Registro do diálogo com a rede estadual	Secretário			
	Registrar encaminhamentos e consensos alcançados	Formalizar, em relatório, os entendimentos, limites e possibilidades definidos na articulação com a rede estadual	Documento de encaminhamentos e consensos	Secretário			

## 10 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (2ª parte)

META	AÇÃO	DESCRIÇÃO	INDICADOR	RESPONSÁVEL	INÍCIO	FIM	OBSERVAÇÕES
Estudo sobre adesão à Política Nacional de Educação do Campo, das Águas e das Florestas (Novo Pronacampo)	Avaliar critérios para adesão	O novo PronaCampo foi lançado pelo governo federal em 2025, com o intuito de garantir, fortalecer a educação no campo. O programa deve ser entendido como uma alternativa para a manutenção das escolas rurais, uma alternativa à proposta de centralização das escolas	Lista de critérios	Secretário	Fevereiro de 2026	Abril de 2026	Se o município já tiver aderido, verificar como o programa pode fortalecer a captação de recursos e o desenvolvimento pedagógico das escolas rurais
	Analisar correspondência das escolas listadas para com os critérios necessários	Verificar quais as escolas que se enquadram no programa e como o programa pode ser utilizado para a captação de recursos para o ensino municipal	Lista de escolas atendidas	Secretário			
	Avaliar com as comunidades no município a pertinência da adesão	Diálogo com as comunidades pertinentes ao programa para avaliação dos benefícios de adesão ao programa pelas escolas rurais.	Diálogo com as comunidades	Secretário			
	Solicitar adesão à política, se pertinente	Realizar a adesão do município na plataforma do governo federal.	Adesão	Secretário			
Estudo sobre adesão à Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ)	Estudar leis federais 10.639/2003 e 11.645/2008	As leis tornam obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos de ensino fundamental	Leitura das leis	Secretário	Fevereiro de 2026	Abril de 2026	Se o município já tiver aderido, verificar como a política pode ser utilizada para fortalecer o movimento identitário Puri
	Elencar benefícios para a educação municipal a partir da adesão	A promoção dessa política deve ser entendida dentro do arcabouço de valorização das heranças étnico-raciais do município, principalmente a relativa aos povos Puri.	Lista de benefícios	Secretário			
	Analisar critérios necessários para adesão à política	Verificação das adequações pedagógicas necessárias para a efetiva implementação das legislações federais e realização das respectivas adequações do sistema de ensino.]	Lista de adequações	Secretário			
	Realizar adesão à política	Promover o ensino municipal alinhado com a política nacional	Adesão	Secretário			
Estudo sobre a viabilidade e pertinência da centralização das escolas rurais	Identificar a localização dos alunos e as rotas do transporte escolar	Mapear a localização dos alunos das escolas rurais, as condições das estradas e as rotas de transporte escolar	Lista de alunos, estradas e rotas do transporte escolar	Secretário	Abril de 2026	Abril de 2-27	
	Definir escolas e público atendido	Identificar quais escolas rurais e quais alunos poderiam ser incluídos em um eventual processo de centralização	Lista de escolas e alunos passíveis de centralização	Secretário			
	Analisar a melhor solução logística entre estruturas existentes e nova unidade	Avaliar a viabilidade logística do uso de prédios existentes ou da implantação de nova unidade escolar	Parecer sobre a solução logística mais viável	Secretário			
	Levantar custos atuais e custos estimados da centralização	Comparar os custos atuais de funcionamento das escolas com os custos estimados de uma estrutura centralizada em operação	Comparativo de custos: modelo atual e modelo centralizado	Secretário			
	Realizar reuniões com as comunidades afetadas para ouvir as demandas locais	Realizar reuniões com educadores e comunidades para levantar percepções, demandas e impactos	Ata ou registro das reuniões com comunidades e educadores	Secretário			
	Consolidar estudo técnico	Organizar as informações e análises em relatório para subsidiar a tomada de decisão da gestão	Relatório final para tomada de decisão	Secretário			
Plano de reorganização da equipe pedagógica	Diagnosticar a estrutura atual	Levantar como a equipe pedagógica está organizada hoje, identificando acúmulo de funções e dificuldades operacionais	Diagnóstico da estrutura atual	Secretário	Fevereiro de 2026	Junho de 2026	
	Definir funções e responsabilidades	Estabelecer claramente as atribuições da equipe pedagógica, distinguindo atividades pedagógicas e administrativas	Lista de funções e responsabilidades	Secretário			
	Propor nova organização da equipe	Desenhar uma estrutura mais adequada à realidade do município, considerando as demandas das escolas e a possível necessidade de novos profissionais e suas atribuições	Proposta de nova organização da equipe	Secretário			
	Consolidar o plano de reorganização	Organizar as propostas em um plano formal para orientar as discussões sobre a possibilidade de implementação da nova estrutura	Plano de reorganização consolidado	Secretário			

## 11 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA VIÁRIA

META	AÇÃO	DESCRIÇÃO	INDICADOR	RESPONSÁVEL	INÍCIO	FIM	OBSERVAÇÕES
Desenvolvimento do plano de estruturação de vias do município	Listar todas as obras necessárias de serem feitas no município	Levantamento das obras existentes no município, incluindo aquelas em andamento, paralisadas e ainda não iniciadas, com registro da situação atual de cada uma.	Listagem das obras	Secretário	Março de 2026	Setembro de 2026	Com suporte da Secretaria de Administração
	Descrever e definir o custo de realização das obras	Recursos humanos, materiais e de tempo para a realização de cada uma das obras.	Estimativa de custos	Secretário			
	Categorizar as obras de acordo com a prioridade de realização	Classificação das obras por nível de prioridade: Prioridade alta: obras com necessidade imediata, relacionadas à segurança da população, risco estrutural, mobilidade, saúde pública ou interrupção de serviços essenciais. Prioridade média: obras importantes para melhoria dos serviços e da infraestrutura, mas que não apresentam risco imediato e podem ser programadas a curto prazo. Prioridade baixa: obras desejáveis para ampliação ou melhoria futura, sem urgência, que podem ser planejadas para médio ou longo prazo.	Relação das obras por nível de prioridade	Secretário			
	Consolidar informações em formato de relatório	Organização e reunião de todas as informações levantadas em um relatório, de forma clara e estruturada, para apoiar o planejamento e a tomada de decisões	Relatório final	Secretário			

## 12 SECRETARIA DE OBRAS

META	AÇÃO	DESCRIÇÃO	INDICADOR	RESPONSÁVEL	INÍCIO	FIM	OBSERVAÇÕES
Desenvolvimento do plano de estruturação de obras do município	Listar todas as obras necessárias de serem feitas no município	Levantamento das obras existentes no município, incluindo aquelas em andamento, paralisadas e ainda não iniciadas, com registro da situação atual de cada uma	Listagem das obras	Secretário	Março de 2026	Setembro de 2026	Com suporte da Secretaria de Administração
	Descrever e definir o custo de realização das obras	Recursos humanos, materiais e de tempo para a realização de cada uma das obras.	Estimativa de custos	Secretário			
	Categorizar as obras de acordo com a prioridade de realização	Classificação das obras por nível de prioridade: Prioridade alta: obras com necessidade imediata, relacionadas à segurança da população, risco estrutural, mobilidade, saúde pública ou interrupção de serviços essenciais. Prioridade média: obras importantes para melhoria dos serviços e da infraestrutura, mas que não apresentam risco imediato e podem ser programadas a curto prazo. Prioridade baixa: obras desejáveis para ampliação ou melhoria futura, sem urgência, que podem ser planejadas para médio ou longo prazo.	Relação das obras por nível de prioridade	Secretário			
	Consolidar informações em formato de relatório	Organização e reunião de todas as informações levantadas em um relatório, de forma clara e estruturada, para apoiar o planejamento e a tomada de decisões	Relatório final	Secretário			

### 13 SECRETARIA DE SAÚDE

META	AÇÃO	DESCRIÇÃO	INDICADOR	RESPONSÁVEL	INÍCIO	FIM	OBSERVAÇÕES
Ação de prevenção à picada de escorpião	Realizar diagnóstico epidemiológico e territorial	Identificação dos grupos atingidos, no mapeamento das espécies recorrentes e na contabilização dos registros anuais de picadas. Envolve a localização das zonas de concentração e a análise dos períodos de maior frequência para direcionar as intervenções de forma estratégica.	Relação de bairros, grupos e casos.	Secretário	Ação contínua		Reforço das atividades que já vem sendo desenvolvidas pela pasta.
	Estruturar o planejamento e a comunicação intersecretorial	Alinhamento de medidas de controle junto ao setor de Meio Ambiente e a criação de materiais informativos para orientação da sociedade. Inclui teste de um canal direto de denúncia e escuta para que a população possa reportar o encontro de escorpiões oficialmente.	Roteiro de trabalho e canal de avisos.	Secretário			
	Executar intervenções de campo e fiscalização	Construção de um roteiro de fiscalização para ambientes propícios e na organização de uma força-tarefa para visitar as áreas críticas. Durante as visitas, é feita a avaliação das condições das moradias e o diálogo com os moradores sobre métodos de prevenção.	Relatório de Visitas e Fiscalizações.	Secretário			
	Monitorar e avaliar os resultados pós-intervenção	Acompanhar se o número de picadas diminuiu após as limpezas e visitas realizadas. Serve para decidir se a equipe precisa voltar aos locais ou se o jeito de trabalhar deve ser ajustado para melhorar o resultado.	Comparativo de casos e resultados.	Secretário			
Análise de Perfil Epidemiológico e Gestão de Medidas Intervencionistas no Município	Classificar a prevalência de patologias municipais	Ordenação das doenças mais recorrentes registradas no município, permitindo a criação de um ranking de prioridades para a gestão da saúde pública com base no volume de notificações.	Lista de doenças prioritárias.	Secretário	Março de 2026	Junho de 2026	
	Mapear a distribuição territorial e sazonal	Listagem das zonas de concentração dos casos e a análise dos períodos de maior frequência ao longo do ano. O objetivo é identificar onde e quando os surtos costumam ocorrer para otimizar o deslocamento de recursos.	Lista de concentrações e calendário de ocorrências.	Secretário			
	Delimitar o perfil dos grupos atingidos	Construção do perfil populacional de cada doença, analisando características como idade, gênero e condições socioeconômicas. Além disso, busca detalhar a relação entre a zona, o período e o perfil para entender o comportamento específico de cada enfermidade.	Relatório de perfil populacional.	Secretário			
	Definir estratégias de intervenção e prevenção	Listagem de estratégias existentes para intervenção nesses contextos e do planejamento de campanhas preventivas específicas. O foco é direcionar as mensagens e ações de saúde exatamente para o público e local onde a doença é mais recorrente.	Plano de campanhas e intervenções.	Secretário			
Diagnóstico Situacional de Saúde Mental	Ordenar as principais demandas e as condições de neurodivergências presentes no município por número de diagnósticos existentes	Classificação das principais demandas de saúde mental e das condições de neurodivergência registradas no município de acordo com o número de diagnósticos existentes. O objetivo é criar um panorama que revele quais condições exigem maior atenção da rede pública.	Ranking de diagnósticos e demandas.	Secretário	Março de 2026	Setembro de 2026	
	Mapear as zonas de concentração	Localização geográfica das zonas de concentração dos pacientes atendidos. A análise busca identificar bairros ou regiões com maior demanda reprimida ou maior incidência de casos, facilitando o planejamento de unidades de saúde descentralizadas.	Lista da distribuição dos casos pelas comunidades.	Secretário			
	Levantar os serviços e ações existentes para a saúde mental no município	Realização de um inventário completo de todas as unidades de saúde, programas, equipes especializadas e iniciativas voltadas ao suporte psicológico e psiquiátrico atualmente em operação.	Relatório de serviços ativos.	Secretário			
	Verificar a necessidade de ampliação desses serviços	Análise técnica sobre a suficiência da estrutura atual frente à demanda identificada, avaliando se os serviços existentes são capazes de absorver o número total de usuários e diagnósticos levantados.	Relatório de capacidade de atendimento.	Secretário			
	Estruturar projeto para ampliação da rede de atendimento, se necessário	Elaboração de um planejamento formal para a expansão da capacidade de atendimento, prevendo a criação de novos pontos de cuidado ou o reforço das equipes multidisciplinares caso a estrutura atual seja insuficiente.	Projeto de ampliação.	Secretário			
Estudo para implementação do Centro Permanência Dia	Definir público-alvo a partir da estimativa de usuários	Levantamento estatístico da população local para identificar a quantidade de cidadãos que se encontram em situação de necessidade desse suporte, permitindo prever a capacidade de atendimento necessária para a unidade.	Levantamento de usuários	Secretário	Março de 2026	Março de 2027	Propor projeto na plataforma semente mp
	Listar as atividades e os serviços pretendidos de serem desenvolvidos	Detalhamento de toda a grade de programação, cuidados e assistências que serão oferecidos no centro, descrevendo a rotina de acolhimento e as intervenções sociais planejadas para o dia a dia.	Lista com atividades e serviços	Secretário			
	Avaliar a disponibilidade ou a necessidade de aquisição de equipamento público	Análise dos prédios e espaços da prefeitura para verificar se existe um local adequado ou se será necessário adquirir, alugar ou construir uma nova estrutura física para abrigar o centro.	Relatório de espaço físico.	Secretário			
	Estimar o custo de operacionalização do centro	Cálculo de todos os gastos fixos e variáveis necessários para manter a unidade funcionando, incluindo folha de pagamento, alimentação, manutenção do imóvel e materiais de consumo.	Planilha de custos operacionais.	Secretário			
	Apresentar a proposta para o gabinete da Prefeitura	Entrega do estudo de viabilidade e do planejamento financeiro à gestão municipal para que seja tomada a decisão política sobre a implantação do serviço.	Ata de reunião	Secretário			
Perfil Demográfico e Temporal de Lesões Autoprovocadas	Realizar o levantamento estatístico de ocorrências	Contabilização dos registros anuais de tentativas e de autoextermínio no município. O processo busca transformar dados brutos em informações organizadas para entender a real dimensão do problema na rede de saúde local.	Total de ocorrências por tipos e ano	Secretário	Março de 2026	Setembro de 2026	
	Mapear a distribuição territorial e sazonal	Mapeamento das zonas de concentração dos casos e a análise dos períodos de maior frequência. O objetivo é identificar bairros críticos e épocas do ano que exigem maior prontidão das equipes de intervenção.	Lista de concentrações e calendário de ocorrências.	Secretário			
	Construir o perfil demográfico das ocorrências	Análise das características demográficas recorrentemente presentes nos casos, como faixa etária, gênero e ocupação. A consolidação desses dados em formato de relatório permite identificar quais grupos sociais estão em maior situação de vulnerabilidade.	Perfil Demográfico consolidado	Secretário			
	Articular estratégias com a assistência social	Alinhamento com o setor de assistência social para listar as estratégias de intervenção já existentes no município. A partir dessa integração, busca-se definir ações conjuntas que utilizem as estratégias identificadas para o acolhimento e acompanhamento dos casos.	Plano de intervenção	Secretário			

## 14 SECRETARIA DE TRANSPORTES

META	AÇÃO	DESCRIÇÃO	INDICADOR	RESPONSÁVEL	INÍCIO	FIM	OBSERVAÇÕES
Estudo de redução de custo da gestão de manutenção dos veículos	Listar a quantidade e a condição da frota atual	Listagem dos tipos de veículos, quantidade e condição de trabalho	Relatório de condição da frota atual	Secretário	Fevereiro de 2026	Março de 2026	Fazer análise com a estrutura existente, com estrutura adicional (elevador ex.) e com a contratação de um mecânico.
	Identificar os tipos de manutenções recorrentes da frota	Tipos de serviços e peças, com os respectivos custos, baseado no ano anterior	Lista de serviços e custos	Secretário			
	Categorizar em serviços simples e complexos	simples: realizáveis com poucas peças e 1 pessoa; complexos: realizáveis com uma infraestrutura complexa e 1 ou mais pessoas especializadas.	Lista com serviços categorizados	Secretário			
	Avaliar a economia caso se responsabilizassem pelos serviços simples	Análise da viabilidade de execução interna dos serviços simples, considerando a contratação de mecânico, infraestrutura, gestão de peças e ferramentas básicas e potencial de redução de gastos	Documento contendo a análise feita	Secretário			
	Consolidar informações em formato de relatório	Organização e reunião de todas as informações levantadas em um relatório, de forma clara e estruturada, para apoiar o planejamento e a tomada de decisões	Relatório final	Secretário			
Estudo de viabilidade da compra de um microônibus	Avaliar qual tipo de equipamento é necessário	Estudo sobre as especificidades dos veículos, modelos e capacidade de transporte de passageiros	Relatório	Secretário	Fevereiro de 2026	Março de 2026	
	Estimar custo do equipamento	Levantamento de preços das opções adequadas, considerar a compra de um veículo seminovo em bom estado	Orçamento	Secretário			
	Apresentar o estudo para o gabinete	Apresentação do estudo ao gabinete, permitindo análise e tomada de decisão	Reunião	Secretário			

## 15 DEFESA CIVIL

META	AÇÃO	DESCRIÇÃO	INDICADOR	RESPONSÁVEL	INÍCIO	FIM	OBSERVAÇÕES
Estudo preliminar da viabilidade do desassoreamento do rio ribeirão felix	Realizar o levantamento batimétrico para medir a profundidade atual e o volume de sedimentos acumulados	Medição física do leito do rio para verificar os pontos de acúmulo de sedimento.	Relatório	Chefe da divisão	Abril de 2026	Novembro de 2026	
	Identificar as causas do assoreamento com apoio da engenheira ambiental da prefeitura	Busca entender a origem do problema, verificando situações como o desmatamento da mata ciliar, o descarte irregular de entulho ou o lançamento de esgoto.	Lista de causas identificadas.	Chefe da divisão			
	Verificar com a secretaria de meio ambiente as licenças necessárias para intervenção no rio	Consulta aos órgãos ambientais para saber quais autorizações são obrigatórias antes de colocar máquinas no rio.	Lista de licenças necessárias.	Chefe da divisão			
	Elaborar o plano de descarte do material retirado com apoio da secretaria de obras e meio ambiente	Definir para onde será levada a terra retirada do rio. Inclui a análise de toxicidade do sedimento para saber o local exato da destinação final.	Plano de descarte de resíduos.	Chefe da divisão			
	Orçar a mobilização de maquinário para retirada dos sedimentos com o setor orçamentário	Cálculo do custo para contratar ou mobilizar escavadeiras e caminhões, levando em conta o que a prefeitura já possui e o que precisará ser alugado ou obtido via parceria.	Orçamento	Chefe da divisão			
Plano de contingência de combate a incêndios com a secretaria de Meio Ambiente	Mapear as áreas de maior risco de queimadas	Identificação das regiões mais vulneráveis do município, como serras, matas ciliares próximas a lavouras e áreas vizinhas à Serra do Brigadeiro.	Lista de áreas críticas.	Chefe da divisão	Março de 2026	Julho de 2026	
	Estimar impacto financeiro para pagamento de diárias ou gratificações aos brigadistas	Cálculo dos custos necessários para remunerar ou gratificar os brigadistas durante os períodos de combate.	Planilha de custos de pessoal.	Chefe da divisão			
	Estabelecer calendário de formação teórica e prática com o Corpo de Bombeiros	Organização do treinamento para o uso dos 10 kits de brigada e táticas de combate a incêndios florestais. O foco é capacitar os voluntários e servidores para operarem os equipamentos de forma segura e eficiente.	Cronograma de treinamentos.	Chefe da divisão			
	Realizar levantamento de veículos disponíveis na frota municipal e planejar a requisição de transporte extra	Conferência dos veículos da prefeitura que podem ser usados no deslocamento de equipes.	Relação de veículos e logística.	Chefe da divisão			
	Dialogar para identificar reservatórios em propriedades particulares e pontos de captação pública	Mapeamento de fontes de água estratégicas para o reabastecimento de caminhões e bombas de combate.	Cadastro de pontos de água.	Chefe da divisão			
	Criar canal de comunicação direta com cafeicultores para execução de aceiros preventivos e notificação imediata	Uso da rádio, Instagram e WhatsApp para orientar produtores rurais sobre a limpeza de terrenos e a criação de aceiros.	Lista de transmissão	Chefe da divisão			
Projeto conhecendo a defesa civil na educação infantil	Elaborar material lúdico sobre segurança e riscos locais	Criação de cartilhas, desenhos para colorir e personagens que ajudem a explicar os riscos da região de forma leve.	Material educativo impresso ou digital.	Chefe da divisão	Março de 2026	Abril de 2026	
	Organizar visitas da Defesa Civil às escolas com o uso de uniformes e equipamentos	Ida das equipes uniformizadas até as instituições de ensino levando equipamentos básicos de segurança.	Cronograma de visitas escolares.	Chefe da divisão			
	Realizar conversas sobre evacuação e primeiros socorros adaptadas para crianças	Realização de bate-papos e simulações simples, como sair de um local em segurança e o que fazer em pequenos incidentes.	Relatório de palestras realizadas.	Chefe da divisão			
	Promover o "Dia da Defesa Civil" na escola para identificação de sinais de perigo	Dia de atividades práticas onde as crianças aprendem a observar sinais da natureza, como trinças na terra ou o aumento do nível dos rios.	Registro fotográfico da atividade.	Chefe da divisão			
Mapeamento das áreas de risco	Capacitar a defesa civil para o mapeamento cartográfico dig	Treinamento da equipe da Defesa Civil para o uso de ferramentas básicas de mapeamento e interpretação de imagens.	Certificado ou lista de presença da capacitação.	Chefe da divisão	Abril de 2026	Novembro de 2026	Observa-se que talvez não seja possível realizar um mapeamento georreferenciado. Nesse caso, deve-se optar por um descritivo fotográfico completo
	Realizar o levantamento aéreo completo das zonas urbanas e rurais para identificar vulnerabilidades	Captação de imagens de alta resolução de todo o território municipal para identificar pontos críticos, como encostas instáveis, margens de rios que podem inundar e áreas suscetíveis a incêndios.	Banco de imagens do território.	Chefe da divisão			
	Consolidar as imagens em um mapa digital único que sirva de guia para intervenções	Fotos e dados coletados em um único arquivo digital organizado. Este mapa servirá como a ferramenta principal para que a prefeitura decida onde realizar obras de infraestrutura ou onde proibir construções para garantir a segurança da população.	Mapa digital consolidado.	Chefe da divisão			